UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS

TAINA SILVA SANTOS

“SOBREVIVENDO NO INFERNO”: DA DENÚNCIA À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO

Erechim
2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santos, Taina Silva
SOBREVIVENDO NO INFERNO:: DA DENÚNCIA À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO / Taina Silva Santos. -- 2026.
122 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior
Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2026.

I. Ribeiro Junior, Prof. Dr. Halferd Carlos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TAINA SILVA SANTOS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Erechim.

Orientador: Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior

Erechim

2026

TAINA SILVA SANTOS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade da Fronteira Sul (UFFS)– Campus Erechim.

Aprovada em 21/08/2026.

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
HALFERD CARLOS RIBEIRO JUNIOR
Data: 03/09/2025 08:33:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Junior- Orientador (UFFS/Erechim)

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIANA SALETE LOSS
Data: 01/09/2025 17:30:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dra. Adriana Salete Loss (Membro Interno UFFS/Erechim)

gov.br Documento assinado digitalmente
RENAN SANTOS MATTOS
Data: 02/09/2025 21:17:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Renan Santos Mattos (Membro Interno- UFFS/Erechim)

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIANE DA ROSA DOMINGUEZ BITTENCOURT
Data: 04/09/2025 09:39:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª Dra Fabiane Da Rosa Dominguez Bittencourt Silva (Membro Externo– UFSM)

RESUMO

Esta dissertação parte das vivências de uma mulher negra, filha da classe trabalhadora, que encontrou na educação caminhos de resistência e reconstrução identitária. Compreendendo o racismo como um fenômeno estrutural que atravessa a sociedade brasileira e produz impactos significativos nos contextos educacionais, a pesquisa busca responder à seguinte questão: como as propostas pedagógicas antirracistas publicadas na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) podem contribuir para a desconstrução do racismo no contexto educacional refletindo sobre sua presença na sociedade e pensando em estratégias para o seu enfrentamento? Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de análise documental, tendo como base duas principais fontes de documentos. A primeira fonte, são reportagens que apresentam denúncias de caráter discriminatórios, nos quais crianças negras foram expostas a situações que evidenciam a desvalorização de seus corpos e culturas. A segunda fonte de pesquisa e reflexão, é a revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, que apresenta reflexões e práticas didático-pedagógicas propondo caminhos para uma educação antirracista. O referencial teórico mobiliza uma matriz antirracista, decolonial, crítica, interdisciplinar e feminista negra, articulando contribuições de Nilma Lino Gomes, Cida Bento, Eliane Cavalleiro, Barbara Carine, Sueli Carneiro, bell hooks e Frantz Fanon. Entre os eixos centrais estão a problematização do currículo eurocentrado, a ausência de representatividade negra e a análise do racismo na sociedade. A obra Sobrevivendo no Inferno, dos Racionais MC's, também atravessa esta pesquisa como uma referência de saber crítico e resistência cultural, trazendo narrativas que denunciam as desigualdades raciais e sociais e fortalecem as reflexões sobre identidade, memória, pertencimento e luta antirracista.

Palavras-chave: educação antirracista; interdisciplinaridade; racismo; infância;

ABSTRACT

This dissertation is grounded in the lived experiences of a Black woman from a working-class background who found in education a path toward resistance and the reconstruction of her identity. Understanding racism as a structural phenomenon that permeates Brazilian society and significantly impacts educational contexts, the study seeks to answer the following research question: how can the anti-racist pedagogical proposals published in the journal of the Brazilian Association of Black Researchers (ABPN) contribute to dismantling racism in educational settings by reflecting on its presence in society and proposing strategies to confront it? This is a qualitative study developed through documentary analysis based on two main sources. The first consists of news reports documenting cases of racial discrimination in which Black children were subjected to situations that reveal the devaluation of their bodies and cultures. The second source is the journal of the Brazilian Association of Black Researchers (ABPN), which presents theoretical reflections and pedagogical practices that propose pathways toward anti-racist education. The theoretical framework is grounded in an anti-racist, decolonial, critical, interdisciplinary, and Black feminist perspective, drawing on the contributions of Nilma Lino Gomes, Cida Bento, Barbara Carine, Sueli Carneiro, bell hooks, and Frantz Fanon. The central themes include the critique of Eurocentric curricula, the lack of Black representation, and the analysis of racism in Brazilian society. The album Surviving in Hell (Sobrevivendo no Inferno) by Racionais MC's also informs this research as a source of critical knowledge and cultural resistance, offering narratives that expose racial and social inequalities while strengthening reflections on identity, memory, belonging, and anti-racist struggle.

Keywords: anti-racist education; interdisciplinarity; racism; childhood.

Ao meu pai Orlando Raimundo dos Santos que mesmo sem saber escrever o próprio nome me deu força para seguir a diante, por nós. Meu diploma é seu, todos eles!

AGRADECIMENTOS

Tem uma entrevista do Emicida, meu cantor favorito, em que ele diz: “Eu gosto muito de conversar com as crianças, eu acho que conversar com as crianças é chegar a tempo; conversar com os adultos é chegar atrasado.”

Eu carrego essa fala como quem carrega um aviso e um compromisso. Porque eu sei o que é crescer sem que cheguem a tempo. Sei o que é ser atravessada cedo demais pela dureza do mundo e talvez por isso, essa escrita também seja um gesto de urgência.

Espero ter chegado a tempo não só pela pequena Tai, mas por todas e todos que ainda estão por vir, pelas crianças que seguem tentando existir em meio ao peso de um mundo que, muitas vezes, insiste em negá-las.

Celebro meus amigos e minhas amigas, aqueles e aquelas que caminharam comigo, que compartilharam sonhos, dúvidas, risos e desafios ao longo desta trajetória. Agradeço à família que encontrei e construí para além dos laços de sangue.

Celebro também o amor que escolheu caminhar ao meu lado, a parceria construída nos detalhes, no cuidado cotidiano e na força compartilhada dos dias. Um amor que foi abrigo, impulso e presença durante essa caminhada.

Celebro todos os caminhos que se cruzaram com o meu até aqui, porque cada encontro deixou uma marca, uma aprendizagem e uma parte de mim. Afinal, ninguém chega sozinho.

Agradeço ao meu orientador, por acreditar nesse trabalho até o fim e pelo privilégio de dividir saberes tão essenciais.

Agradeço à banca por ofertar seu tempo, sua escuta sensível e sua presença a este encontro, tornando possível que este momento seja também um espaço de diálogo, reconhecimento e partilha.

Tensiono, contudo, que essa trajetória não é feita apenas de encontros bonitos. Ela também carrega as marcas de uma sociedade que nos coloca à prova o tempo todo. Uma sociedade em que atravessar a porta de um mercado pode significar não voltar para casa. Foi assim com João Alberto, assassinado dentro de uma unidade do Carrefour. O que aconteceu com João não foi uma exceção. Foi a expressão de uma

estrutura que insiste em nos lembrar, pela violência, qual lugar esperam que corpos negros ocupem.

É nesse mesmo chão, que ainda guarda a memória do sangue derramado que hoje caminho. Estar aqui, como bolsista do Programa Carrefour, não representa apenas uma conquista. É habitar um espaço atravessado por memória, contradição e responsabilidade. Carrego comigo a dor de saber que muitos outros "Joãos" seguem tendo seus destinos interrompidos antes mesmo que possam sonhar com o futuro. Cada passo que dou também ecoa aqueles que foram impedidos de continuar caminhando. Escrever depois disso é um ato de enfrentamento. É dizer: eu sobrevivi e mais do que isso, eu produzo, eu penso e eu construo.

Celebro assim minha ancestralidade e aqueles que caminharam antes de mim, porque foi sobre o corpo deles que o caminho foi aberto. Foram eles que sustentaram, com suas existências, a possibilidade da minha.

Esta dissertação, portanto, é a resposta que eu dou a uma sociedade que tentou me manter presa, entre a opressão, a perseguição e a tristeza que me acompanharam desde muito cedo, entre o peso de um destino que parecia já traçado pela ausência de perspectivas.

Agradeço também aos olhares que duvidaram de mim. Porque, de algum modo, foram eles que tensionaram ainda mais a minha vontade de existir para além do que esperavam.

Celebro à rua esse espaço duro e, ao mesmo tempo, formador onde aprendi que viver é também negociar com o risco, com a ausência, com o improviso.

A rua onde eu entendi que pertencimento não é algo dado, mas algo que se constrói nos afetos possíveis, nas relações que resistem, nos caminhos que a gente insiste em trilhar.

Agradeço àquele dia em que, em silêncio e necessidade, falei com o preto velho, pedindo que olhasse pelo meu pai, já que eu não podia estar presente. E a resposta veio, firme, atravessando tudo:
“Fia, quando você vai começar a cuidar de ti?”

Essa pergunta ainda ecoa, talvez essa escrita também seja uma tentativa de resposta.

Agradeço ao meu pai, Orlando Raimundo dos Santos, a quem eu chamo de família, ele me criou à sua maneira entre vícios, traumas e a dureza de uma vida marcada pela simplicidade. Reconheço que, dentro de suas possibilidades, ele fez o que pôde. O importante para mim nunca foi o que falta, mas o que sempre tivemos e eu sempre tive você, pai. Eu te amo por isso.

Talvez tudo o que está escrito aqui soe duro. E é.

Enquanto muitos se preparavam para exercer a docência, eu estava ocupada tentando sobreviver. E, ainda assim, nunca foi só por mim.

Nesse caminho que encontrei forças para seguir começando aos poucos, a entender que o meu tempo não era atraso e sim outro ritmo, marcado por outras urgências.

Viver já não é seguir um manual, mas se permitir sentir viva, mesmo depois de tudo.

Agradeço, não por chegar e sim por permanecer. Por persistir na rebeldia quebrando regras.

***E é isso que sustenta tudo: sonhar, construir e poetizar*.**

“Todo mundo devia nessa história se ligar, porque tem muito amigo que vai pro baile dançar. Esquecer os atritos, deixar a briga pra lá e entender o sentido quando o DJ detonar.”

Na vida, as pessoas são julgadas pelo que têm. Quem não tem dinheiro, fama, muitas vezes parece não ter ninguém. Muitos querem crescer, “sendo alguém na vida”, enquanto outros usam seu próprio irmão na maldade, como se a vida do outro não tivesse valor.

Somos tratados com descaso, tiram nosso direito de argumentar, de questionar e de sermos ouvidos. E aí está o problema: muitos até aceitam, muitos até apoiam essa história. “Neguinho morreu, se lembra?” “Nem vi.” Levou tiro de polícia, tiro de fuzil. Essa é a realidade de jovens que esperam apenas uma oportunidade de existir, persistir e construir uma história diferente.

Dona Maria chorou, não aguentou. Seu filho também tinha um sonho: ser doutor. Mas ninguém perguntou. Chegaram metendo tiro, botando medo. Quem é esse neguinho? Será que na quebrada já era visto como bandido? Mentira, nem vem. Menino bom como esse não tem. Tinha dois filhos, uma casa, uma mulher para sustentar. Mas tudo aconteceu por baixo dos panos. E quando passou lá na televisão, foi só mais um engano, mais uma vida reduzida a uma notícia.

Agora eu posso entender o porquê vocês falam tanto que Jesus chorou. Foi por esses, “os inocentes”. Mas parece que ninguém entende. E se ele, Jesus, que vocês tanto pedem, estivesse aqui hoje, certeza que, diante das mesmas injustiças, seria crucificado novamente.

Tudo isso aqui não é só escrita. Não é só poesia. É um grito de desespero, de medo, de não acreditar. Porque hoje mais um filho chora a morte de um pai que não vai voltar. A “morte” o levou. Foi mais um Silva que a estrela não brilhou.

“Era só mais um Silva que a estrela não brilha. Ele era funkeiro, mas era pai de família.”

Texto autoral em diálogo com a canção “Rap do Silva”, de Bob Rum (1995).

Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge
Para que meus inimigos tenham pés e não me alcancem
Para que meus inimigos tenham mãos e não me toquem
Para que meus inimigos tenham olhos e não me vejam
E nem mesmo em pensamento eles possam ter
Para me fazerem mal. Armas de fogo meu corpo não alcançará. Facas e espadas se quebrem em o meu corpo tocar. Cordas e correntes arrebentem sem o meu corpo amarrar.
Pois eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge. Jorge é de capadócia, Salve Jorge!

(Jorge Ben, 2023 p.43)

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
CNE	Conselho Nacional de Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
ERER	Educação para as relações étnico-raciais.
EC	Estado do Conhecimento

SUMÁRIO

1 UBUNTU EU SOU PORQUE NÓS SOMOS 14
2 PERMITA QUE EU FALE: O QUE NASCE QUANDO O RACISMO É QUESTIONADO? 25
2.1 NÃO VAI DAR MAIS PRA SER SUPER-HERÓI: O SILÊNCIO DOS CORPOS E O AVESSO DA HUMANIDADE 28
2.2 PRA SOBREVIVER AQUI TEM QUE SER MÁGICO: PRÁXIS, CONFLITOS E DIMENSÃO PESSOAL 40
2.3 ESTE LUGAR É UM PESADELO PERIFÉRICO: A PAZ PELA GUERRA 41
2.4 "QUERIA QUE DEUS OUVISSE A MINHA VOZ": A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 45
3. "AMAR ELO" ESTADO DO CONHECIMENTO(EC) 51
4."É TUDO PRA ONTEM": CAMINHOS DA PESQUISA 64
5. "MESMAS CORES E MESMOS VALORES": ONDE ESTÁ O CORPO NEGRO 79
5.1: "MEU SONHO? É ESTUDAR, TER UMA CASA, UMA FAMÍLIA": DENÚNCIAS DE RACISMO CONTRA CRIANÇAS 80
5.2 "MALANDRAGEM DE VERDADE É VIVER": REFLEXÕES A PARTIR DOS ARTIGOS DO DOSSIÊ TEMÁTICO 86
6. "ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO" 109
REFERÊNCIAS 112

1 UBUNTU EU SOU PORQUE NÓS SOMOS

Eu tenho uma bíblia velha, uma pistola automática
Um sentimento de revolta
Tô tentando sobreviver no inferno.
Mano Brown, Gênesis (Racionais MC's, Sobrevivendo no Inferno, 1997)

Esta dissertação, intitulada "Sobrevivendo no Inferno": da denúncia à produção de conhecimento para a desconstrução do racismo na educação" parte da compreensão de que o racismo atravessa o cotidiano escolar e produz marcas profundas na vida das crianças negras. Longe de se manifestar apenas em episódios isolados, ele se expressa em práticas, discursos e representações que comprometem os processos de aprendizagem, o sentimento de pertencimento e a construção das identidades.

Diante dessa realidade, esta pesquisa busca compreender de que maneira práticas discriminatórias continuam sendo reproduzidas nos espaços educativos e, ao mesmo tempo, evidenciar possibilidades de enfrentamento por meio de uma educação comprometida com a equidade racial. Mais do que denunciar as violências produzidas pelo racismo, o estudo volta seu olhar para práticas didático-pedagógicas que valorizam a história, a cultura e os saberes da população negra, reconhecendo a escola como um espaço estratégico para a construção de relações étnico-raciais

Nesse sentido, a pesquisa concentra-se em analisar como as propostas pedagógicas antirracistas publicadas na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)[1] podem contribuir para a desconstrução do racismo no contexto educacional refletindo sobre sua presença na sociedade e pensando em estratégias para o seu enfrentamento?

Essa investigação dialoga com a compreensão de Sueli Aparecida Carneiro (2023), ao falar em nome das escravizadas e dos excluídos da vida pública, daqueles que, sem direitos reconhecidos foram privados do acesso à educação. E, mesmo adentrando esse lugar, a escola, ainda enfrentam situações constrangedoras de discriminação, exclusão e preconceito.

[1] Para mais informações acesse: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) – ABPN. Sobre a Revista. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/about. Acesso em: 21 jun. 2025.

Sob essa compreensão, este trabalho não se constitui como uma produção individual, ele nasce de várias vozes, debates, encontros, dores e aprendizados coletivos, que moldaram meu caminho.

Em que a construção do conhecimento se nutre das discussões, leituras e experiências, até dos traumas presentes nas vivências de grupos da sociedade. Os resultados apresentados nessa dissertação, é fruto das vivências de uma mulher negra, e filha da classe trabalhadora, de uma mãe que trabalhou em casas alheias e de um pai que sempre se desdobrou em diferentes ocupações para sustentar a família, sendo para aqueles e aquelas que, como eu, anseiam por tempos mais tranquilos, dedicando-se especialmente a quem, em algum momento, se sentiu oprimido por um sistema cujas garras esmagam sonhos desde cedo.

É nesse contexto que minha própria trajetória se inscreve. Minha vida, de início, nunca teve nada demais, nasci em 1º de fevereiro de 1996 em um hospital público no centro de Indaiatuba/SP. Não me lembro bem da hora exata do meu nascimento e guardo poucas lembranças da minha infância, não cresci ouvindo aquelas histórias comuns que muitos pais contam aos filhos, a origem do nome, o primeiro choro, o primeiro sorriso, as pequenas brincadeiras que constroem memórias afetivas.

No contexto em que vivíamos, havia pouco espaço para os livros, para a leitura ou para imaginar uma trajetória intelectual, a urgência era outra: conquistar uma carteira assinada que garantisse o sustento em nosso lar. Cresci em um lar onde o afeto e o acolhimento quase não tinham espaço; muito cedo, a responsabilidade chegou, como se não houvesse escolha, e foi na rua que me criei e aprendi muitas coisas.

Cresci rápido demais. Durante muito tempo, acreditei que crescer era a única forma de encontrar algum alívio. Hoje percebo que essa urgência me roubou parte da infância. Quase não me lembro do que é ser criança, porque passei aqueles anos tentando atender à voz que insistia em dizer: "cresce, menina, você já não é criança."

Compartilho aqui o sentimento intenso que vivi ao me assumir como mulher negra, não foi um instante de descoberta inesperada no fundo eu já sabia, desde sempre a cor da minha pele e da história que ela carrega, reconhecer e aceitar foi um choque profundo para minha existência.

Durante muitos anos, procurei caber em um lugar que nunca foi pensado para mim. Na tentativa de ser aceita, neguei minha identidade racial, acreditando que o

distanciamento da minha negritude poderia me aproximar dos padrões socialmente valorizados e, quem sabe, me livrar das violências do racismo. Hoje compreendo que essa busca não era um desejo de deixar de ser quem eu era, mas uma estratégia de sobrevivência diante de uma sociedade que insiste em hierarquizar corpos, existências e humanidades.

O processo de me reconhecer uma mulher negra foi marcado por dúvidas, medos e intensas resistências internas, uma vez que a negação se apresentava naquele contexto, como uma via aparentemente mais suportável do que o enfrentamento de uma realidade que me colocava à margem.

No presente, reconhecer-me como mulher negra é um ato político de resistência e afirmação. É um movimento que tensiona os processos históricos de apagamento, ressignifica minha trajetória e me permite acolher quem fui reconhecendo e valorizando a minha própria história.

Ao revisitar meu percurso educacional, encontro uma trajetória marcada por desafios que, muitas vezes, pareciam maiores do que eu. Nesse caminho, encontro nas palavras de bell hooks (2021, p. 25) ecos da minha experiência quando afirma: "A verdade é que eu nunca gostei da escola. Ou, talvez, a escola nunca tenha sido um lugar onde eu me reconhecesse. Eu queria aprender e gostava de aprender, mas tinha medo da maioria dos meus professores."

Eu queria aprender e sempre gostei de aprender, mas a escola raramente se apresentava como um espaço em que eu pudesse me reconhecer. As propostas pedagógicas e suas formas de escrita me pareciam distantes, como se lhes faltasse uma linguagem capaz de nomear minhas experiências e acolher minha realidade.

Frequentemente, alvo de apelidos e expressões pejorativas, como “cabelo ruim” ou “cabelo de bombril”, vivenciei situações que, por vezes me impediam de brincar e conviver com outras crianças em razão do sentimento de inferiorização e da percepção de não pertencimento, como se minha presença fosse indesejada ou inadequada.

Em decorrência dessas vivências, aprendi a me recolher. O silêncio e o isolamento tornaram-se formas de sobrevivência diante de violências que eu ainda não sabia nomear. Embora permanecessem caladas, essas experiências continuaram a ecoar em mim, transformando-se em traumas que ainda hoje atravessam minha existência.

Foi nesse contexto que tive meu primeiro contato com a poesia, mais do que uma forma de escrita, ela tornou-se um lugar de acolhimento, onde encontrei abrigo diante das adversidades do cotidiano. Passei a escrever e a declamar versos que nasciam das minhas próprias vivências, entrelaçando dores, inquietações e esperanças.

Na poesia, descobri uma liberdade que muitas vezes não encontrava em outros espaços. Ali, não havia regras que limitassem minha voz nem expectativas às quais eu precisasse corresponder e mesmo diante das dificuldades para me expor e estabelecer vínculos, a escrita me permitiu dizer o que, por muito tempo, permaneceu em silêncio. A poesia tornou-se um espaço de pausa, de elaboração e de resistência, acompanhando meu processo de (re)existência e ensinando-me que escrever também pode ser uma forma de permanecer, resistir e reinventar a própria vida.

Meu caminho até a universidade foi sendo construído sem que eu acreditasse, de fato, que aquele espaço também pudesse ser meu. Havia um sonho, mas eu ainda não compreendia completamente o seu significado, hoje percebo que sonhava a partir das possibilidades que conhecia e das oportunidades que me eram permitidas naquele momento. A universidade parecia distante, quase inalcançável, não por falta de desejo, mas porque, durante muito tempo, aprendi que certos lugares não haviam sido pensados para pessoas como eu e chegar até ela significou, antes de tudo, romper com essa ideia e reconhecer que ocupar esse espaço também era um direito.

No entanto, ao ingressar na universidade, descobri que o acesso não garantia o pertencimento, mesmo em um espaço concebido como lugar de encontro, diálogo e partilha, muitas vezes não me senti acolhida. Havia momentos em que meus saberes, minhas experiências e minha forma de compreender o mundo pareciam não encontrar lugar entre os conhecimentos considerados legítimos naquele ambiente.

Foi somente quando compreendi que minha própria trajetória também poderia constituir um ponto de partida para a produção do conhecimento que minha relação com a universidade começou a se transformar, passei a perceber que pesquisar não significava abandonar minha história, mas dialogar com ela de forma crítica e fundamentada. Minhas vivências deixaram de ser vistas apenas como experiências individuais e passaram a orientar perguntas, reflexões e caminhos de investigação.

Foi nesse movimento que encontrei um modo de aproximar a universidade da

vida, reconhecendo que a produção científica também pode nascer das experiências humanas

Portanto, até aqui não falo apenas como acadêmica, falo a partir de todas as minhas experiências anteriores, aquelas que vieram antes de eu chegar a este espaço e que ajudaram a formar quem eu sou hoje. Essas vivencias, que motivaram essa pesquisa, em que encontro nesse tema um espelho onde me reconheço e, ao mesmo tempo um espaço de afirmação em busca de respostas na construção de sentidos sobre quem eu sou.

Atualmente, mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim/RS, além de bolsista do Programa de Bolsas do Grupo Carrefour Brasil, iniciativa voltada à promoção da igualdade racial no ensino superior, que se configura como um suporte fundamental para a continuidade da minha formação acadêmica, ao mesmo tempo em que fortalece meu compromisso com a produção de conhecimentos orientados pela perspectiva antirracista.

Escrevo esta dissertação na expectativa de que ela ultrapasse os meios acadêmicos, sendo também abraçada por aqueles que a veem como caminho para se descobrir, ao aprofundar minhas análises neste tema, almejo fomentar novos rumos ao pertencimento; ao ressignificar a existência de diferentes infâncias busco na minha atuação como educadora oferecer o que um dia eu mesma precisei e não tive quando criança.

A fim de responder a essa questão, o estudo tem como objetivo geral: refletir sobre a presença do racismo na sociedade, e pensar estratégias para o seu enfrentamento. Elencamos assim os seguintes objetivos específicos: (a) investigar, a presença do racismo na escola a partir de casos publicadas no portal G1 da globo no período de 2022 a 2026, ações e/ou práticas pedagógicas racistas; b) pensar as práticas pedagógicas antirracistas publicadas na Revista da ABPN; c) problematizar e refletir sobre a permanência de práticas pedagógicas racistas no contexto da educação brasileira e a formulação de ações e propostas pedagógicas antirracistas com vista a desconstrução do racismo na sociedade brasileira.

Em relações ao referencial teórico, a pesquisa ancora-se em uma matriz de pensamento antirracista, decolonial, crítica feminista negra, adotando um referencial

teórico que busca problematizar o currículo colonial, além de críticas às práticas pedagógicas que podem naturalizar desigualdades raciais.

Tendo em vista, que o racismo precisa ser analisado em toda a sua complexidade e em diferentes contextos, como a psicologia social, antropologia, história, sociologia e educação para que suas raízes e permanências sejam compreendidas, essas perspectivas evidenciam que o racismo não é apenas um fenômeno individual, mas um sistema que organiza relações de poder.

Destaca-se a presença marcante de mulheres negras, cujas produções teóricas mobilizam conceitos fundamentais para repensar o currículo e questionar os silêncios institucionais. Nilma Lino Gomes (2017; 2019) que aborda as áreas da educação e antropologia, enfatiza que o currículo escolar não é neutro. Suas reflexões nos ajudam a compreender a construção da educação a partir das lutas do movimento negro, especialmente ao pensar na formação e na presença dos corpos negros no contexto educacional, esse movimento se configura como um ponto de partida para compreender as raízes dos acontecimentos, além de refletir a construção de currículos que se orientem pelos pensamentos e vozes historicamente não lidos no âmbito acadêmico.

A escritora brasileira Cida Bento (2022), é outra inspiração teórica que contribui para a realização dessa pesquisa em diálogo com a psicologia social, acrescenta a esse debate a análise do pacto da branquitude, um acordo silencioso de proteção mútua entre pessoas brancas, que contribui para a manutenção dos privilégios raciais historicamente construídos e para a preservação das posições de poder ocupadas pela população branca.

Marcado por um componente narcísico e de autopreservação, por meio do qual a branquitude tende a proteger a si mesma e a tomar suas experiências, valores e referências como universais e normativos. Assim, as diferenças raciais são frequentemente percebidas como uma ameaça àquilo que é considerado padrão ou normal.

Nesse viés, as reflexões de Eliane Cavalleiro (1999), dialoga com está pesquisa, ao discutir o cotidiano escolar como espaço de reprodução do racismo, e de resistência além das infâncias como parte dessa estrutura. A intelectual Barbara Carine (2023) no campo da química e filosofia provoca uma reflexão sobre quem ensina e para que é ensinado. Sua perspectiva amplia o debate sobre a educação

antirracista apresentada nessa dissertação, ao propor uma compreensão profunda do que significa ser um educador antirracista.

Aparecida Carneiro (2023) no âmbito dos estudos feministas negros. O discurso sobre o conceito de epistemicídio negro formulado pela autora, é essencial para debater o silenciamento dos saberes africanos e afro-brasileiros na educação, além da construção de pensadores e pensadoras nos espaços de reprodução de conhecimento, evidenciando que a educação necessita de uma mudança/regaste histórico, um olhar mais amplo como busco propor ao longo desta escrita.

bell hooks (2020), mulher negra, reconhecida por obras que exploram a interseccionalidade entre raça e feminismo negro, destaca as possibilidades de transformação em contextos educativos. Além de mostrar como as práticas podem ir além do ensino formal, incorporando uma perspectiva de práticas libertadoras e pedagogia engajada, que oferece caminhos para repensar o papel do educador e educadora na ampliação de conteúdo de forma diversa. Frantz Fanon (2008), articulando a psicologia social, a filosofia e os estudos sobre colonialismo, ao evidenciar como o racismo opera tanto nas estruturas sociais quanto nos processos de construção de identidades.

A obra “Sobrevivendo no Inferno”[2], dos Racionais MC’s amplia o repertório teórico dessa pesquisa, pois suas letras ecoam as vivências das periferias e de corpos negros, revelando marcas da violência que existiram e ainda existem. A obra escancara diante de nós aquilo que a sociedade frequentemente se recusa a enxergar, colocando o racismo e a urgência do debate antirracista como fundamentos reais e vivenciados no cotidiano.

O caráter interdisciplinar desta investigação evidencia-se na integração de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, mobilizados para compreender a complexidade das relações étnico-raciais no contexto educacional. A articulação entre distintos campos do conhecimento permite analisar o racismo em suas múltiplas

[2] Álbum lançado em 1997. Que se tornou leitura obrigatória no vestibular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2023 evidencia o reconhecimento da potência do grupo. No mesmo ano, Mano Brown foi agraciado com o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), e o Conselho Universitário da UNICAMP aprovou a concessão do mesmo título a todos os integrantes do grupo: Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay (Coll, 2023; Nazário, 2023).

dimensões, superando leituras fragmentadas e contribuindo para a construção de perspectivas voltadas à educação antirracista.

De acordo com o Documento de Área Interdisciplinar da CAPES, a interdisciplinaridade constitui um espaço privilegiado para enfrentar os desafios contemporâneos, ao favorecer a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, teorias, métodos e práticas. Essa perspectiva ultrapassa os limites das disciplinas isoladas e fundamenta-se no diálogo permanente entre distintos campos do saber, possibilitando a construção de conhecimentos mais amplos e contextualizados.

Além disso, a formação interdisciplinar pressupõe abertura para novas abordagens teórico-metodológicas, valorização da diversidade epistemológica e compromisso com a produção de conhecimentos socialmente relevantes, articulando ensino, pesquisa e extensão em resposta às demandas da sociedade (CAPES, 2025).

Criada em 1999, ela vem incentivando programas que ultrapassam fronteiras tradicionais do saber, formando profissionais preparados para lidar com desafios complexos, ao integrar diferentes áreas, contribui diretamente para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A área Interdisciplinar se consolida como um vetor estratégico para fortalecer o sistema nacional de pós-graduação e promover uma formação mais integrada, crítica e voltada para um desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil.

A interdisciplinaridade é um espaço que está sempre se renovando, precisando do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e de novas maneiras de produzir conhecimento, o que é essencial para enfrentar problemas complexos e construir soluções criativas.

Esse entrecruzamento de áreas revela a marca da interdisciplinaridade, entendida aqui como abertura para construir conhecimento a partir de diálogos plurais. Como afirma Ivani Fazenda (1979), a atitude interdisciplinar é construída na prática cotidiana a partir do lugar do sujeito. “No Brasil, conceituamos Interdisciplinaridade por uma nova atitude diante da questão do conhecimento, da abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão” (Fazenda, 1979, p. 21).

Diante de tal afirmação, o uso interdisciplinar implica em reconhecer saberes historicamente silenciados, trazendo a construção de novos conhecimentos,

rompendo uma ideia única de se ensinar fomentando, questionando diferente formas de lidar com o saber, um saber voltado à complexidade do mundo e dos sujeitos na história para a história.

Portanto, a interdisciplinaridade é um dos pilares desta pesquisa e foi justamente esse enfoque que possibilitou o vínculo à Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), intitulada “Educação, Culturas e Cidadanias Contemporâneas”. Essa escolha se desenha a partir do conceito social a que se destina o tema, a diversidade étnico racial na relevância do estudo em relação a educação.

A interdisciplinaridade, conforme Japiassu (1976), tem como enfoque central a produção do conhecimento por meio da articulação entre diferentes áreas do saber, perspectiva que também repercute no processo de ensinar. Para o autor, compreender fenômenos complexos exige superar a fragmentação disciplinar, valorizando o diálogo entre diferentes saberes, práticas e experiências. Nessa perspectiva, o trabalho interdisciplinar pressupõe ultrapassar os limites da própria área de conhecimento, mantendo-se aberto às contribuições de outras disciplinas e à construção de novos entendimentos por meio da integração de diferentes perspectivas.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é tratar de um tema socialmente relevante; como afirmam André e Ludke (1987), o pesquisador tem a função de conectar o conhecimento já estabelecido às novas descobertas geradas pela pesquisa, a combinação de abordagens diversas e o diálogo entre distintos campos do saber são essenciais para oferecer uma compreensão mais ampla e complexa da questão em estudo.

Nossa metodologia para esta pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental. Para isso, trabalhamos com duas frentes principais: de um lado, reportagens publicadas no G1 portal de notícias da Globo; de outro, artigos da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), especializada na produção acadêmica sobre questões raciais. Essas duas fontes foram escolhidas porque permitiram compreender o racismo escolar sob perspectivas complementares. A análise da revista ABPN surge como denúncia a invisibilidade da comunidade acadêmica negra; trata-se de uma fonte de inclusão na

produção de conhecimento, reconhecida por se situar fora dos limites da academia tradicional e de seu saber branco hegemônico.

O dossiê selecionado concentra-se na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, crianças de três a onze anos de idade, intitulado “Crianças e Infâncias Negras: desafios e perspectivas antirracistas no Brasil” (2020)[3] foram selecionados 11 textos, entre os 16 que compõem o dossiê, analisado por questões relacionadas à educação de crianças negras, propostas/pedagógicas antirracistas e conceitos de antirracismo, permitindo compreender as contribuições do pensamento acadêmico negro para a construção de estratégias educativas voltadas para a superação do racismo nos espaços educacionais.

Para mapear o racismo no contexto escolar, realizamos um levantamento no G1[4], portal de notícias do globo no período de 2022 a 2026. A estratégia de busca utilizou palavras-chave como “denúncia de racismo contra criança" "representação cabelo crespo" "racismo e infância"

A dissertação está organizada em diferentes movimentos que se entrelaçam na construção das reflexões aqui propostas, compondo um percurso que articula experiências, referenciais teóricos, caminhos metodológicos e análises em torno da educação antirracista.

Inicialmente, em “Ubuntu: Eu sou porque nós somos” corresponde à introdução, em que apresento o tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a organização da pesquisa.

Em seguida, no capítulo Permita que eu fale: O que nasce quando o racismo é questionado? Apresento os teóricos que sustentam a pesquisa, a escola como

[3] O dossiê foi organizado pelas professoras Dra. Flavia de Jesus Damião, Prof. Dra. Lucimar Rosa Dias e Prof. Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis, todas muito reconhecidas por suas pesquisas nessa área. Inspiradas pelas ancestralidades e pelas espiritualidades afro-brasileiras, as organizadoras do dossiê evocam o som dos pequenos tambores dos Ibejis os gêmeos sagrados das religiões de matriz africana e afro-brasileira para mostrar a importância de buscar força, proteção e renovação espiritual. Esse som funciona como uma metáfora para a energia que motiva a criação, junto com nossas crianças negras, de ações coletivas que buscam afastar a violência e a morte que tanto afetam a população negra no Brasil, tanto no passado quanto atualmente. Em resumo, invocar o som dos Ibejis é uma forma simbólica de buscar a força espiritual necessária para fortalecer a luta pela vida e pela dignidade das crianças negras.
Para mais informações. RAÍZES ESPIRITUAIS. *Ibeiji: orixás gêmeos protetores das crianças*. Disponível em: https://www.raizesespirituais.com.br/orixas/ibeiji/. Acesso em: 21 jun. 2025.

[4] G1. *Página principal*. Disponível em: https://g1.globo.com/. Acesso em: 21 jun. 2025.

intuição que pode tanto reproduzir as desigualdades raciais quanto ressignificar a educação afim de superar preconceitos.

Logo adiante, em “AmarElo”: rastros e vozes da produção do conhecimento, sistematizo o levantamento das pesquisas relacionadas à temática, evidenciando os principais diálogos, aproximações e contribuições produzidas no campo da educação antirracista.

Posteriormente, em “É tudo pra ontem”: Caminhos da Pesquisa, apresento o percurso metodológico da investigação, os critérios de seleção das fontes e os procedimentos que orientaram a construção do *corpus* de análise.

No capítulo “Mesmas cores e mesmos valores”: Onde está o corpo negro? apresento os resultados da pesquisa por meio do diálogo crítico entre as reportagens do Portal G1 e o Dossiê Crianças e Infâncias Negras: Desafios e Perspectivas Antirracistas no Brasil (2020). A partir desse material, problematizo a permanência de práticas racistas no contexto educacional brasileiro, refletindo sobre as formas de publicização dessas violências e sobre as possibilidades de construção de práticas pedagógicas comprometidas com uma perspectiva antirracista, com vistas à superação do racismo na sociedade brasileira.

Por fim, o quinto capítulo, "Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro", apresenta as considerações finais desta pesquisa. Como quem aprende a habitar um novo lugar, que eduquemos com coragem, escuta e sensibilidade, cultivando espaços em que cada criança seja reconhecida em sua história.

Que este trabalho permaneça entre as perguntas que insistem em não se calar, ao afirmar o compromisso com a educação antirracista, construída com coragem, escuta e afeto. Como nos provoca Pinheiro (2023, p. 108): "Para qual sonho você educa?" Mo dúpẹ́!

2 PERMITA QUE EU FALE: O QUE NASCE QUANDO O RACISMO É QUESTIONADO?

> *60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência. A cada 4 pessoas morta pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é primo preto mais um sobrevivente.*
>
> *Mano Brown (Racionais MC's, Sobrevivendo no Inferno, 1997)*

Considerando a complexidade que envolve o debate sobre as relações raciais no Brasil, este capítulo é construído a partir de uma perspectiva interdisciplinar, estabelecendo interlocuções com diferentes campos do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a psicologia social, os estudos culturais e a educação. Ao longo do capítulo, dialoga-se com diferentes olhares teóricos, mais do que apresentar conceitos, busca-se aprofundar as contribuições de autoras e autores que convergem na construção de que o racismo e o antirracismo constituem temas que precisam ser pesquisados, problematizados e enfrentados de maneira continua.

Portanto, o capítulo está organizado em dois movimentos complementares: em um primeiro momento é desenvolvida a questão teórica, que aprofunda as contribuições de intelectuais que se dedicaram ao estudo das relações raciais sob diferentes perspectivas e indicando de que modo essas reflexões dialogam com a presente pesquisa. Em um segundo momento, são abordadas a educação e a perspectiva antirracista, destacando as contribuições de autoras e autores que pensam a escola, a formação docente, o currículo e as práticas pedagógicas como espaços que podem tanto reproduzir quanto tensionar as desigualdades raciais.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando observada a partir das produções culturais oriundas das periferias urbanas brasileira; o álbum Sobrevivendo no inferno[5], lançado pelos Racionais em 1997, nasceu de uma necessidade urgente : contar a realidade da população negra a partir de quem vive essa realidade. Como afirmam os Racionais MC's (2018) o “inferno” retratado pelo grupo não se configura uma metáfora, significa a realidade das ruas e das favelas esquecidas pelo Estado.

[5] Acesse para saber mais: https://revistacult.uol.com.br/home/sobrevivendo-no-inferno-racionais/ acesso em 24 de junho de 2026

Formado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, todos homens negros oriundos das periferias da cidade de São Paulo, especialmente dos bairros Capão redondo, Jardim Ângela, Campo Limpo e regiões vizinhas.

A dimensão espiritual ocupa um papel central na construção de sobrevivendo no Inferno. Logo nas primeiras páginas do livro, que posteriormente adaptou o álbum, são apresentados trechos do Salmo 23, evidenciando a presença do cristianismo como elemento constitutivo da obra: "Refrigera minha alma e guia-me pelo caminho da justiça" (Salmo 23:3) e "Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo" (Salmo 23:4). A utilização dessas passagens bíblicas não ocorre de maneira aleatória, a religiosidade aparece como linguagem de resistência e esperança diante das múltiplas violências vividas pela população negra e periférica. A própria capa da obra, marcada pela presença de uma cruz dourada, reforça essa aproximação entre espiritualidade e experiência cotidiana das periferias.

Em suas contribuições na obra, Acauam Silvério de Oliveira (2018), crítico literário, doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador da canção popular brasileira, define esse movimento como um "evangelho marginal".

Segundo o autor, os Racionais MC's ressignificam a espiritualidade como uma linguagem de resistência, capaz de produzir esperança e fortalecer estratégias de sobrevivência frente às violências impostas à população negra e periférica.

Produzido no contexto pós-ditadura militar, o álbum articula o rap como instrumento de luta contra o racismo, denúncia do abandono das periferias pelo Estado e questionamento das promessas de cidadania e direitos anunciadas pela Constituição de 1988.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando observada a partir das expressões culturais produzidas nas periferias urbanas do país. Em 1997, quase uma década após a promulgação da Constituição Federal, os Racionais MC's lançaram sobrevivendo no Inferno, obra que se consolidou como uma das mais importantes produções culturais brasileiras ao denunciar a violência, a desigualdade e o racismo que atravessam a vida da população negra. Mais do que narrativas individuais, as letras do álbum revelam as marcas de uma estrutura social que continua produzindo exclusões mesmo em um contexto democrático e de ampliação formal de direitos.

Na epígrafe deste capítulo, Mano Brown evidencia que a violência dirigida à população negra não pode ser compreendida apenas por meio de estatísticas. Os números registram mortes, prisões e desigualdades, mas não são capazes de contar os sonhos interrompidos, os medos herdados e as ausências deixadas pelo racismo. Ao transformar em música as experiências vividas por jovens das periferias, os Racionais MC's lembram que, por trás de cada dado, existem histórias, memórias e vidas marcadas pela luta cotidiana para existir e ser reconhecido em sua plena humanidade.

Portanto, mais de três décadas após a Constituição de 1988 e quase trinta anos após o lançamento de Sobrevivendo no Inferno, a realidade social brasileira ainda revela profundas desigualdades raciais, evidenciando a distância entre os direitos garantidos no papel e as experiências vividas por grande parte da população negra brasileira. Dados recentes indicam que a população negra representa a maioria da população brasileira, com mais de 120 milhões de pessoas, correspondendo a 56,4% da população do país, segundo dados da Pnad Contínua do IBGE referentes ao segundo trimestre de 2025.

No entanto, essa expressiva presença demográfica não se reflete nas condições de vida da população negra, os dados revelam que pessoas negras continuam apresentando maiores taxas de desemprego e informalidade, menores rendimentos médios e menor participação em cargos de direção e gerência. Além disso, as mulheres negras permanecem entre os grupos mais afetados pelas desigualdades de renda e trabalho.

Essa compreensão ajuda a interpretar os dados apresentados anteriormente, o fato de a população negra constituir a maioria da população brasileira não se traduz, necessariamente, em igualdade de condições. Ao contrário a permanência das desigualdades raciais evidência que essas diferenças não são resultado de escolhas individuais, mas consequência de um longo processo histórico marcado pela escravização e a manutenção do racismo.

Dessa forma, embora as correntes da escravização tenham sido formalmente abolidas e os direitos de cidadania tenham sido juridicamente reconhecidos, os mecanismos de subordinação assumiram novas configurações. Se antes a violência se manifestava por meio de formas explícitas de dominação, hoje ela se expressa

através das desigualdades no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à segurança e às possibilidades de reconhecimento e de construção da própria humanidade.

2.1 NÃO VAI DAR MAIS PRA SER SUPER-HERÓI: O SILÊNCIO DOS CORPOS E O AVESSO DA HUMANIDADE

A construção da pesquisa parte do entendimento de que as relações raciais não podem ser analisadas por uma única lente. Nesse sentido, as contribuições de Frantz Fanon, Kabengele Munanga, Cida Bento, Nilma Lino Gomes, bell hooks, entre outros autores e autoras, permitem compreender o racismo como dinâmico, social, política, cultural e subjetiva.

Frantz Fanon (2008) inaugura uma leitura fundamental sobre os efeitos psicológicos e existenciais do racismo. Médico psiquiatra e intelectual, sua obra se desenvolve no contexto das lutas de descolonização do século XX, especialmente na África e no Caribe, articulando experiencias clínicas, filosofia e crítica política.

Fanon tornou-se um dos principais pensadores sobre relações raciais e os efeitos do colonialismo, sua linguagem é clínica, filosóficas e marcada por experiencias pessoais. Em *Pele negra, Máscaras brancas, o espaço* de escrita é tanto a realidade colonial quanto o racismo vivido pelos negros em território europeu, destacando-se uma interpretação psicanalítica, linguagem literária que transforma sua obra pioneira das relações raciais, o que o autor chama de desumanização do sujeito negro. “Era ódio; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça” (Fanon, 2008 p. 133).

Fanon constrói o conceito das *“Máscaras brancas”* para se referir as sequelas psicológicas do racismo na construção do sujeito. A fim de ser aceitos, sujeitos negros acabam adotando “máscaras brancas”, comportamentos, gestos e modos de ser associados à branquitude; como maneira de se sentir confortável; esse processo, contudo, ressalta em uma negação de sua própria humanidade e ódio pelos seus iguais.

Não se trata apenas de conhecer o mundo, porém de demostrar que o racismo não se limita às condições sociais de existência; ele afeta a forma como a pessoa negra constrói sua visão sobre si, gerando um sentimento de inferioridade e, sobretudo de inexistência. Como afirma Fanon (2008, p. 152): “Sentimento de

inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é negro como a virtude é branca". Fanon ao afirmar que os sujeitos inseridos em uma cultura racista passam a se perceber como aberração dentro da sociedade, internalizam olhares de opressões e desenvolve sentimento de rejeição além de negação de sua própria humanidade.

Ao dialogar com esta pesquisa, as contribuições do autor permitem construir uma base teórica essencial para compreender que a luta contra o racismo exige enfrentar tanto as estruturas sociais quanto as violências que afetam diretamente a construção da autoestima e da imagem da pessoa negra. Suas reflexões permitem deslocar o olhar para o negro como protagonista da sua própria história, que precisa ser reescrita reafirmando valores e verdades construídas para a valorização e afirmação da negritude, ação essa que rompe o "uso" dessas "Máscaras brancas" escritas por Fanon.

Por sua vez, nesse mesmo horizonte, as reflexões de Kabengele Munanga (2019) se articulam diretamente com esta pesquisa, ao oferecerem uma leitura crítica da formação da identidade nacional brasileira e dos mecanismos históricos que sustentam a permanência das desigualdades raciais no país. Kabengele Munanga é um antropólogo congolês-brasileiro, professor e intelectual antirracista, referência nos estudos sobre a população afro-brasileira, racismo, identidade negra e educação.

Ao observar como o racismo estrutural nega à população negra o reconhecimento como sujeitos plenos e iguais, revelando que as hierarquias raciais não são resquícios do passado, mas expressões de um projeto histórico que organiza as relações sociais e culturais.

Nesse sentido, o autor destaca que a sociedade brasileira, Munanga destaca que a abolição da escravidão, em 1888, trouxe à tona uma questão inédita para os pensadores da época: como construir uma nação e uma identidade nacional que incluísse os ex-escravizados? O desafio era profundo, pois a estrutura mental herdada do período colonial ainda os percebia como "força de trabalho", e não como cidadãos.

> O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, está se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadão: os ex-escravizados negros. [...] Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (Munanga, 2019, p. 54).

A partir dessa análise, o estudo propõe uma leitura crítica sobre a miscigenação no Brasil, fenômeno que marcou o século XX. Ao analisar a mestiçagem como ferramenta para o apagamento da negritude, faz pensar que o discurso da “igualdade” serviu, na verdade, para manter hierarquias raciais e sustentar desigualdades. Kabengele Munanga (2019) aprofunda sua análise ao mostrar como os mecanismos seletivos da sociedade brasileira, baseados na cor da pele, fragmentaram a unidade entre os próprios negros e mestiços.

Para o antropólogo, a miscigenação ao invés de valorizar a diversidade, reforçou para invisibilização da negritude, características físicas, como cor da pele, os traços faciais e o tipo de cabelo, adquiriram significados sociais ao longo da história, influenciando as experiências vividas pelos sujeitos e condicionando diferentes formas de acesso a direitos e oportunidades.

> Do nosso ponto de vista, não resta dúvida de que esses mecanismos seletivos quebraram a unidade entre os próprios mulatos, dificultando a formação da identidade comum do seu bloco, já dividido entre os disfarçáveis (mais claros) e os indisfarçáveis (mais escuros) e o resto dos visivelmente negros (Munanga, 2019, p. 72).

Munanga ajuda a entender que o racismo no Brasil não atua apenas separando pessoas negras e brancas, mas também criando divisões dentro da própria população negra e mestiça. A ideia de mestiçagem, em vez de eliminar o racismo, muitas vezes reorganiza essas diferenças de forma mais sutil no cotidiano.

Nesse processo, a branquitude permanece como referência de normalidade e poder social, enquanto pessoas negras e mestiças são hierarquizadas a partir da cor da pele e dos traços físicos. Pessoas de pele mais clara, por exemplo, podem ser percebidas como “menos marcadas” racialmente em alguns espaços, tendo uma circulação social menos atravessada pela discriminação, já pessoas de pele mais escura acabam sendo mais facilmente identificadas como negras e, por isso, vivem o racismo de forma mais direta e constante.

É como se a visibilidade da negritude aumentasse também a exposição à discriminação: quanto mais o corpo foge do padrão branco, mais ele é lido e tratado a partir dessa diferença. Assim, Munanga mostra que o racismo cria uma espécie de escala de aceitação, em que até dentro do grupo negro e mestiço existem experiências diferentes de reconhecimento, pertencimento e violência.

O camaronês Achille Mbembe que entre suas principais contribuições está o ensaio Necropolítica, publicado originalmente em 2003 e traduzido para o português em 2018. Nessa obra, o autor desenvolve o conceito de necropolítica para compreender como o poder político, em sua expressão mais extrema, se manifesta pela capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Para Mbembe, a soberania não se restringe à autoridade formal exercida pelos Estados, mas envolve mecanismos que regulam a vida das populações, definindo quais grupos serão protegidos e quais permanecerão expostos à violência, à exclusão e ao abandono.

Ao discutir a relação entre poder e morte, Mbembe retoma a experiência histórica da escravidão, entendendo-a como uma das expressões mais radicais da desumanização. Segundo o autor, a condição do sujeito escravizado resulta de uma tripla perda: a perda do lar, do domínio sobre o próprio corpo e do estatuto político.

Achille Mbembe (2018) afirma:

> De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perdas de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma anulação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade). (Mbembe, 2018, p.27)

A noção de morte social é central para compreender sua análise. Mais do que explorar a força de trabalho, a escravidão transformou pessoas em propriedade, retirando-lhes autonomia, pertencimento e reconhecimento como sujeitos humanos. Nesse processo, a vida do escravizado era reduzida ao seu valor econômico. Como destaca Mbembe:

> Como instrumento de trabalho o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injuria” em um mundo espactual de horrores, crueldade e profanidade intensas. (Mbembe, 2018, p. 28)

Ao afirmar que “a vida do escravo, em muitos aspectos, é uma morte-em-vida” (Mbembe, 2018, p. 29), o autor evidencia que a violência da escravização ultrapassa a exploração econômica. Trata-se de um processo que nega a humanidade do outro e produz marcas que permanecem para além do período escravista.

Essa reflexão permite compreender que a abolição da escravidão, em 1888, não significou a inclusão da população negra na sociedade brasileira. A liberdade formal não foi acompanhada de condições concretas de sobrevivência, acesso à

educação, trabalho digno ou participação cidadã. Sem políticas que garantissem sua inserção social, a população negra foi submetida a novas formas de exclusão e marginalização. A pergunta implícita após a abolição era: “Estão livres, e agora?”. Na prática, muitos ex-escravizados permaneceram em condições precárias de existência, ocupando os trabalhos mais desvalorizados ou sendo privados dos meios básicos de sobrevivência.

Ao formular o conceito de necropolítica, Mbembe evidencia que a produção da morte não se restringe ao extermínio físico, mas se manifesta também por meio da imposição de condições de vida marcadas pela violência, pela exclusão e pela negação da humanidade de determinados grupos sociais. A partir dessa perspectiva, o autor chama atenção para o fato de que a morte pode ser produzida não apenas pela eliminação física, mas também pela manutenção de determinados grupos em condições de existência marcadas pela precariedade, pelo abandono e pela negação de sua humanidade. A morte, nesse sentido, não se limita à eliminação direta, mas se expressa como a perda do direito de ser e de existir.

> A necropolítica dá conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’. (Mbembe, 2018, p. 71).

Dessa forma, a necropolítica ajuda a compreender que a desumanização da população negra não pertence apenas ao passado escravista. Ela continua presente por meio de diferentes formas de abandono, exclusão e violência que atravessam a vida cotidiana. A morte nesse contexto, não se limita à eliminação física, mas também se expressa na negação de oportunidades, na precarização das condições de existência e na restrição do acesso a direitos fundamentais.

Ao discutir a necropolítica, Mbembe chama atenção para uma forma de poder que não apenas administra a vida, mas estabelece quais vidas serão protegidas e quais poderão ser descartadas. Essa lógica se manifesta quando determinadas mortes deixam de causar indignação social, quando a violência se torna cotidiana e quando alguns grupos permanecem sistematicamente mais vulneráveis do que outros.

No contexto brasileiro, essas reflexões permitem compreender como as desigualdades raciais continuam atravessando o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia e à segurança. A contribuição de Mbembe está em evidenciar que o racismo não opera apenas por meio de atitudes discriminatórias individuais, mas também através de estruturas históricas e políticas que produzem diferentes condições de vida e reconhecimento. Compreender a necropolítica, portanto, é reconhecer que a luta contra o racismo exige enfrentar não apenas preconceitos, mas também os mecanismos que continuam determinando quais vidas são consideradas dignas de proteção, cuidado e humanidade.

Ao aprofundar a discussão sobre as marcas do racismo na subjetividade e na memória coletiva, mobilizamos Grada Kilomba escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar. Sua obra se insere no campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais, sua trajetória é marcada pela experiência de ser uma mulher negra em um contexto europeu, analisando o racismo como forma de colonização de mente, fala e memoria além de propor a reescrita das narrativas coloniais, na qual o sujeito negro recupera o direito à palavra e à representação.

> Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se 'especialistas' em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 51).

A partir dessa reflexão, Kilomba mostra que o problema não é a falta de fala ou de produção de conhecimento por parte das pessoas negras. Essas vozes sempre existiram, mas foram historicamente desvalorizadas por um sistema que define o que é considerado conhecimento legítimo e o que pode ser descartado. Nesse contexto, os saberes produzidos por pessoas negras frequentemente são desconsiderados quando enunciados por seus próprios sujeitos, mas passam a ser reconhecidos e legitimados quando reinterpretados ou reescritos por pessoas brancas.

Grada Kilomba (2018) ressalta

> Na academia, pesquisas sobre racismo cotidiano muitas vezes são consideradas “interessantes”, mas questionadas quanto ao seu valor científico. Vistas muitas vezes como algo “pessoal” o que retrata a lógica colonial e o silenciamento de vozes negras. E nos, continuamos a margem o que o homem branco fala é comprovado é científico, o que nós falamos é só “emocional”. Eles conhecimentos, nós experiencias. (Kilomba, 2018, p.52)

Kilomba (2018) evidencia que, nas estruturas coloniais do saber, tudo o que o homem branco fala é considerado legítimo, verdadeiro e científico, enquanto o que as pessoas negras dizem é frequentemente reduzido ao campo do emocional e do pessoal. Nessa lógica, os brancos são vistos como portadores de conhecimento, e os negros, apenas de experiência. Essa hierarquia epistêmica revela como o racismo opera também na produção e validação do saber, negando à população negra o direito de ser reconhecida como sujeito de conhecimento. Dessa maneira, o objetivo da fundamentação teórica não é apenas apresentar autores, mas compreender como suas reflexões ajudam a pensar a escola como um espaço que pode tanto reproduzir quanto enfrentar preconceitos.

Por sua vez, Bento (2022), doutora em psicologia, é possível compreender como a branquitude continua ocupando uma posição central nas estruturas sociais, definindo padrões de reconhecimento, pertencimento e valor.

A autora analisa que essa centralidade não se sustenta apenas por aspectos visíveis das desigualdades, mas também por mecanismos simbólicos e subjetivos que naturalizam os privilégios raciais. Nesse horizonte de análise, Bento (2022) denomina esse processo de “pacto narcísico” da branquitude, marcado pela autopreservação e pela ideia de que o “diferente” ameaça o que é visto como “normal” e “universal” (Bento, 2022, p. 18).

Trata-se de um pacto silencioso que não significa ausência de consciência por parte dos sujeitos brancos, mas a manutenção ativa de privilégios e de um modo de funcionamento social que se reproduz de forma uniforme nas instituições públicas e privadas. Esse funcionamento contribui para a escolha de lideranças majoritariamente masculinas e brancas, naturalizando a presença desses sujeitos nos espaços de poder.

Nessa compreensão, quando há forte representatividade branca nesses espaços, ela tende a ser interpretada como resultado de mérito individual. Em

contrapartida, a presença de sujeitos negros é frequentemente questionada, como se não estivessem preparados, não fossem capazes ou ainda precisassem “de mais” para ocupar tais posições. Bento também problematiza o silenciamento histórico da população negra, frequentemente reduzida à narrativa da escravidão e aos seus impactos negativos, sem que se questione, com a mesma intensidade, o quanto a população branca se beneficiou estruturalmente desse processo histórico.

Ao aprofundar essa discussão, Bento (2022) argumenta que o racismo não se sustenta apenas por manifestações explícitas de discriminação, mas também pela manutenção dos privilégios associados à branquitude. A autora demonstra que a desigualdade racial é constantemente reproduzida por mecanismos muitas vezes naturalizados, que preservam vantagens históricas para determinados grupos enquanto dificultam o acesso de outros aos espaços de poder e prestígio social.

Ao analisar as relações raciais no Brasil, Bento (2022) denomina de pacto da branquitude, trata-se de uma estrutura social que contribui para a manutenção de privilégios e para o silenciamento das desigualdades raciais, fazendo com que o racismo seja frequentemente compreendido como um problema individual, e não como um fenômeno estrutural.

Em continuidade ao referencial teórico, incorporam-se as contribuições da autora Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), mulher negra, nordestina, além de professora, escritora, influenciadora digital e idealizadora da Escola Afro-brasileira Maria Felipa[6].

Bárbara Carine, educadora, escritora e pesquisadora, conhecida nas redes sociais como "Intelectual Diferentona", contribui para a presente pesquisa com reflexões, relatos, análises e teorias construídas ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, especialmente a partir do cotidiano das práticas educativas.

Uma vez que, o seu espaço de pesquisa é o “chão da escola”, esses relatos/ experiencias são conquistados no dia a dia em convivência entre o corpo docente, a gestão, o pessoal administrativo e de apoio as crianças da escola. A fim de pensar a escola em que Bárbara considera um lugar central na realização de práticas, no lugar de subalterna a autora sabe as marcas que a escola deixou em sua própria subjetividade e o livro é um ato político para que essa situação não atravesse outras

[6] Saiba mais em: Escola Maria Felipa – Escola Afro-Brasileira acesso em 20/06/2026

crianças assim como seus próprios filhos experiencias pessoais que dialogam diretamente com a minha pesquisa e a escola da autora.

Carine reconhece as marcas que a instituição escolar deixou em sua própria trajetória subjetiva, ao pensar em práticas didáticas positivas em que as crianças negras, seja representada em livros, nas histórias, e imagens de valorização; ao propor a ressignificação de currículos o que confere à sua escrita um caráter político e ético. Sua produção se orienta pelo compromisso de impedir que violências vividas na escola sejam reproduzidas na experiência de outras crianças, especialmente crianças negras.

Para a autora, não basta produzir conhecimento acadêmico: é preciso denunciar a realidade como expressão de escolhas políticas e pedagógicas. Nesse sentido, afirma que “a educação é o ato de socializar com as novas gerações conhecimentos historicamente produzidos” (Pinheiro, 2023, p. 20).

O foco da obra está na formação de educadores e na construção de práticas pedagógicas que reconheçam o racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. Sua obra reforça que a luta antirracista não se limita à denúncia das desigualdades, mas exige ações concretas de formação, reflexão e mudança institucional. Assim, Carine oferece à tua pesquisa o elo entre teoria e prática, evidenciando que a transformação das estruturas raciais passa necessariamente pela formação de educadores conscientes e comprometido.

Ao avaliar a experiência de ser lido como negro no Brasil ultrapassa a dimensão fenotípica, envolvendo processos contínuos de violências simbólicas e materiais que impactam a construção da identidade, da autoestima e do pertencimento social. Características como cor da pele, traços faciais e textura dos cabelos são atravessadas por regimes históricos de hierarquização racial.

Nesse cenário, discursos como “não sou racista” ou “tenho amigos negros” operam frequentemente como mecanismos de defesa que deslocam o debate do plano estrutural para o individual, tal deslocamento contribui para a invisibilização do racismo enquanto sistema organizador das relações sociais, dificultando seu enfrentamento.

Essa lógica também se expressa em enunciados naturalizados como “a empregada é como da família” ou “não posso ser racista, tenho amigos negros” funcionam, muitas vezes, como mecanismos de defesa que deslocam a discussão

das estruturas para as intenções individuais. Ao fazer isso, acabam dificultando o reconhecimento das desigualdades raciais e das formas pelas quais o racismo continua operando. Embora apresentadas como demonstrações de respeito ou proximidade, essas afirmações revelam a dificuldade de reconhecer o racismo como um fenômeno estrutural, ao deslocar a discussão para experiências individuais, acabam obscurecendo as desigualdades que continuam organizando as relações sociais.

Assim, quando a sociedade insiste em se declarar não racista, mas continua associando a população negra à pobreza, à criminalidade, morreu porque "já era conhecido da polícia", ou porque "mereceu" o que contribui para a manutenção das mesmas estruturas denunciadas por Pinheiro (2023). O corpo negro permanece sendo constantemente marcado por suspeitas, estigmas e processos de exclusão que influenciam desde as oportunidades de acesso a direitos até a forma como determinadas vidas são socialmente valorizadas. Nessa mesma direção, Pinheiro (2023, p. 48) lembra que "a escravidão não é uma prática recente", apontando que suas marcas permanecem vivas nas relações sociais e institucionais, o racismo por tanto continua vivo e presentes na sociedade e na vida das pessoas negras.

Reconhecer essa trajetória histórica é fundamental para compreender que o racismo não se configura apenas como um problema social, mas como um elemento constitutivo da própria formação da sociedade brasileira. Enfrentá-lo exige uma revisão crítica das práticas educativas, das narrativas históricas e das formas de representação que continuam influenciando a maneira como diferentes sujeitos são reconhecidos e valorizados socialmente. Nesse cenário, afirma Pinheiro (2023)

> A perspectiva antirracista tem como eixo central a negação do que o ocidente fez de nós: eles dizem "suas vidas são desimportantes", nos retrucamos "vidas negras importam", eles dizem que somo feios, burros, sem cultura, incivilizados, e nós passamos vida inteira tentando provar o contrário (Pinheiro,2023 p.59).

Nesse contexto, afirmar a importância das vidas negras, de suas culturas e de seus saberes representa um movimento de resistência diante de processos que, durante séculos, buscaram negar sua humanidade. Provar o contrário, não é um intuito de defesa é um ato político que reivindica a humanidade e saberes, é afirmar que a população negra produz conhecimento, constrói cultura, elabora formas próprias de existência e participa ativamente. Tal como nos diz Pinheiro (2023, p. 48),

“com o racismo, pessoas negras são rebaixadas do ponto de vista humano, portanto, desumanizadas”.

Essa desumanização não se restringe às relações sociais mais amplas, mas também atravessa instituições responsáveis pela formação dos sujeitos. A escola, embora seja um espaço de produção de conhecimento e de construção da cidadania, pode, em diferentes contextos, reproduzir estruturas racistas e patriarcais presentes na sociedade. Nesse processo, determinados saberes são valorizados enquanto outros permanecem silenciados, fazendo com que narrativas que questionam o status quo sejam frequentemente marginalizadas ou consideradas difíceis de serem abordadas.

Essas escolhas não ocorrem de forma aleatória. Ao selecionar quais conhecimentos serão ensinados, quais histórias serão contadas e quais experiências serão reconhecidas, o currículo participa da construção de sentidos sobre o mundo e sobre os sujeitos que nele vivem.

Nessa mesma direção, Pinheiro (2023, p. 67) afirma que “a escola é um complexo social gestado no interior de uma sociedade que carrega as marcas estruturais dela”. As infâncias , portanto, pode ser sistematicamente violada por um cotidiano escolar marcado pela violência racista, em que a educação antirracista exige da escola um novo posicionamento: não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como território de escuta, afeto e compreensão.

É nesse ponto que a reflexão da autora ganha ainda mais força, ao evidenciar que ignorar a presença do racismo não o faz desaparecer; ao contrário, contribui para sua naturalização e dificulta o reconhecimento das desigualdades que afetam+ especialmente crianças e jovens negros. Quando essas experiências são invisibilizadas, comprometem-se não apenas os processos de aprendizagem, mas também a construção da autoestima, do pertencimento e da identidade.

Nesse movimento, Pinheiro (2023, p. 60) nos provoca ao afirmar que “a luta antirracista como centralidade da vida de pessoas negras é adoecedora”, revelando que o enfrentamento do racismo não pode continuar sendo sustentado como responsabilidade exclusiva da negritude.

Ao afirmar que “o papel da branquitude na luta antirracista é o papel de quem criou o racismo, então compreendo que as pessoas brancas críticas terão que construir por si sós esses caminhos” (Pinheiro 2023, p. 60), Bárbara Carine desloca a

responsabilidade historicamente atribuída à população negra e chama atenção para a necessidade de que aqueles que se beneficiam das desigualdades raciais assumam uma participação ativa em seu enfrentamento.

Sua reflexão permite compreender que a educação antirracista não se restringe a uma pauta específica, mas diz respeito às formas como nos relacionamos, aos conhecimentos que legitimamos e às vidas que escolhemos reconhecer. É nesse movimento de ampliar olhares e tensionar certezas que outras vozes se somam a esse debate, oferecendo novas possibilidades para compreender e transformar os espaços educativos.

Sob essa ótica, a educação antirracista não pode ser compreendida como um projeto restrito ou uma ação pontual, mas como um movimento político e pedagógico que exige compromisso contínuo. Como afirma Pinheiro (2023, p. 77), “todas as pessoas que atuam no interior de uma escola são educadoras e precisam ser formadas, não apenas professores/as”. Essa compreensão amplia a responsabilidade pelo enfrentamento do racismo, evidenciando que a construção de relações mais justas depende do envolvimento de toda a comunidade escolar.

Gloria Jean Watkins, que adotou o pseudônimo de bell hooks (1952–2021) em homenagem à sua bisavó materna, foi uma intelectual negra, escritora, teórica feminista e educadora estadunidense de relevância global. Sua vasta obra se caracteriza pela articulação crítica entre os sistemas de opressão que estruturam a sociedade capitalista, quais sejam: a raça, o gênero e a classe social. Escrevendo a partir de uma perspectiva interseccional, hooks dedicou-se a pensar a libertação dos grupos marginalizados tanto no âmbito cultural quanto no político e educacional

Entretanto, quando esse debate adentra o espaço acadêmico, as pesquisas que abordam o racismo cotidiano e as ações de enfrentamento desenvolvidas por pesquisadores negros são frequentemente reduzidas a meros relatos pessoais. Sob a falsa alegação de que carecem de neutralidade ou de que não produzem conhecimento legítimo, essa desvalorização epistêmica reflete a permanência da lógica colonial que sistematicamente silencia e subalterniza as vozes negras.

Se o racismo constitui uma estrutura histórica, social e subjetiva que organiza as relações de poder, torna-se necessário compreender de que maneira essas

desigualdades se manifestam nos espaços educativos. Afinal, a escola não está dissociada da sociedade na qual se insere, sendo permanentemente atravessada pelas mesmas tensões, violências e disputas que marcam as relações raciais no Brasil. Nesse sentido, refletir sobre uma educação efetivamente antirracista implica discutir os currículos formativos, as práticas pedagógicas cotidianas, a formação docente e os marcos legais que orientam a construção de uma instituição de ensino comprometida com a justiça social e com o enfrentamento contínuo das desigualdades raciais.

2.2 PRA SOBREVIVER AQUI TEM QUE SER MÁGICO: PRÁXIS, CONFLITOS E DIMENSÃO PESSOAL

“Pra sobreviver aqui tem que ser mágico” expressa uma experiência marcada por tensões profundas entre o desejo de existir plenamente e as estruturas que historicamente negam esse direito a determinados sujeitos. A distância entre os direitos formalmente garantidos e as experiências concretamente vividas por muitas pessoas evidencia que o enfrentamento ao racismo exige mais do que dispositivos jurídicos; requer transformações estruturais capazes de questionar e modificar relações historicamente constituídas. Nesse cenário, existir torna-se atravessado por conflitos entre amor e guerra: enquanto o amor representa a construção de pertencimento, identidade e possibilidade de vida, a guerra simboliza as violências que atravessam corpos, histórias e subjetividades negras.

Essa guerra não se manifesta apenas em episódios isolados, mas também em estruturas sociais que produzem silenciamentos, limitações e negações de humanidade. Para muitos sujeitos negros, a sobrevivência torna-se uma resposta cotidiana diante de experiências que atravessam suas trajetórias, exigindo estratégias de resistência, reconstrução e afirmação de si.

Dessa forma, compreender a Constituição Federal de 1988 implica reconhecer que, embora ela represente um marco fundamental na garantia de direitos, a existência de leis não assegura, por si só, sua efetivação. No campo educacional, esse compromisso é reafirmado pelo Art. 205 da Constituição Federal, que reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração

da sociedade, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho (Brasil, 1988).

Para além de uma declaração formal, o dispositivo constitucional expressa um compromisso político com a promoção da “igualdade” e com a garantia de direitos para grupos historicamente submetidos a processos de exclusão e subalternização.

Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre as condições em que a população negra se desenvolve, considerando que sua trajetória social foi marcada pela exploração, pela negação de direitos e pela construção de desigualdades que permanecem presentes na sociedade brasileira.

Assim, embora a Constituição estabeleça a educação como um direito universal, sua concretização não ocorre de maneira igual para todos os sujeitos. As desigualdades raciais evidenciam que é necessário questionar não apenas quais direitos estão assegurados, mas também quais sujeitos conseguem acessá-los plenamente e quais barreiras históricas continuam limitando suas possibilidades.

Afinal, o direito escrito no papel precisa encontrar corpos, histórias e trajetórias capazes de vivenciá-lo; caso contrário, a promessa de igualdade permanece distante daqueles que, historicamente, precisaram transformar a resistência em uma forma de continuar existindo/ sobrevivendo.

2.3 ESTE LUGAR É UM PESADELO PERIFÉRICO: A PAZ PELA GUERRA

Considerando as bases estruturais do racismo, torna-se imperativo compreender de que maneira essas assimetrias se manifestam e são tensionadas nos espaços educativos cotidianos. Nessa perspectiva os estudos de Nilma Lino Gomes, pedagoga e ativista brasileira, dialogam com o conceito de raça a partir de uma chave analítica voltada especificamente para as relações raciais e a educação. A autora parte da compreensão de que o racismo, no Brasil, está historicamente naturalizado no cotidiano escolar, incidindo diretamente sobre as práticas pedagógicas, a organização curricular e os processos de produção e legitimação do conhecimento.

Ao reconhecer o Movimento Negro como sujeito coletivo produtor de conhecimento, Gomes (2017) defende que os saberes construídos ao longo de sua trajetória constituem formas emancipatórias de compreender e interpretar o mundo. Esses saberes são produzidos a partir das experiências históricas, sociais, culturais e

políticas da população negra e expressam uma racionalidade construída nas lutas pelo reconhecimento, pela justiça social e pela superação das desigualdades raciais.

Trata-se, portanto, de uma disputa epistemológica que questiona a centralidade dos currículos eurocentrados e reivindica o reconhecimento de outras formas de produção do conhecimento.

Entre esses saberes, a autora destaca os saberes identitários, os saberes políticos e os saberes estético-corpóreos, categorias que permitem compreender como o Movimento Negro Educador produz conhecimentos capazes de problematizar o racismo e de contribuir para a construção de práticas educativas comprometidas com uma perspectiva antirracista. É nesse sentido que Gomes (2017, p. 68) propõe uma reflexão fundamental ao questionar:

> Para tal faz-se necessário indagar: Afinal, que saberes emergem da experiencia e da ação da comunidade negra e são sistematizados pelo movimento Negro Brasileiro? Esses saberes são emancipatórios? Como a escola e a universidade poderão conhecer esses saberes e introduzi-los, na perspectiva da ecologia dos saberes, como um importante componente dos currículos? Como o pensamento crítico educacional poderá dialogar e incorporar esses saberes? Gomes, 2017 p.68).

Para tanto, a pedagoga recupera a atuação do Movimento Negro Educador e suas contribuições fundamentais para a formulação de saberes construídos no cerne das lutas por emancipação política e social:

> A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as tensões e contradições próprias desse processo, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da república (Gomes, 2017 p.49).

Com base nessa compreensão, torna-se possível refletir sobre como as identidades do Brasil foram construídas de forma desigual e sobre o que entendemos de "Brasil". Trata-se de um processo histórico que, ao mesmo tempo em que exaltou uma imagem de nação miscigenada silenciou e marginalizou negros e indígenas. Ao mascarar as desigualdades produzidas historicamente, dificultam-se o reconhecimento dos privilégios e das exclusões que continuam organizando as relações sociais.

Em meio a esse contexto, reconhecimento das trajetórias e experiências negras ocorre em meio a tensões e disputas permanentes. Se, por um lado, o racismo produz mecanismos de inferiorização e silenciamento, por outro, a população negra

desenvolve formas de resistência que afirmam sua história, sua cultura e sua ancestralidade. A identidade negra, portanto, não pode ser compreendida apenas a partir das experiências de exclusão, mas também por meio das estratégias de enfrentamento e das formas de existência construídas coletivamente. Segundo Gomes (2019), essa identidade é resultado de um processo social, histórico e cultural que se constitui nas relações estabelecidas pelos sujeitos com o mundo, em uma sociedade que historicamente atribuiu sentidos negativos à negritude. Ao tensionar essa reflexão, a autora adverte:

> O Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se firma na sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade. Sua característica principal é a aparente invisibilidade (Gomes, 2017, p. 51).

Gomes (2017) complementa essa reflexão ao destacar que o corpo negro não pode ser compreendido de forma dissociada do sujeito, pois carrega dimensões históricas, sociais e culturais que atravessam suas experiências. Tal compreensão evidencia que a experiência racial não se reduz a uma característica física, mas envolve processos de reconhecimento, pertencimento e participação social. Assim, o corpo negro carrega significados historicamente construídos que influenciam a maneira como os sujeitos são percebidos, vigiados e tratados:

> No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial como um direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobrança do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda, na arte, entre outros (Gomes, 2017, p.94).

Em seus estudos sobre educação e identidade negra, ela evidência como a escola, muitas vezes, atua tanto como espaço de reprodução de desigualdades quanto como possibilidade de resistência e afirmação identitária. Desde cedo, crianças negras vivenciam experiências marcadas por representações estereotipadas e padrões estéticos e culturais eurocêntricos distintos daqueles presentes em seus contextos familiares, o que pode gerar conflitos e comparações dolorosas (Gomes, 2006). A instituição de ensino, que deveria constituir-se como um espaço de acolhimento e formação humana, muitas vezes reproduz as assimetrias da sociedade através de currículos que silenciam trajetórias subalternizadas, da ausência de

representações negras positivas e de práticas que naturalizam tratamentos diferenciados.

Ao refletir sobre como crianças, jovens e educandos negros constroem suas formas de se perceber e de se reconhecer em um ambiente marcado por representações negativas, silenciamentos e hierarquizações raciais. A antropóloga social brasileira evidência que esse contexto afeta diretamente sua autoestima, seu sentimento de pertencimento e sua forma de se ver no mundo.

A contribuição de Nilma Lino Gomes é central para ampliar a compreensão do racismo para além de uma dimensão exclusivamente estrutural, seja no campo econômico ou institucional. Ao afirmar que “a violência racista apresenta não somente consequências sociais, econômicas e políticas, mas, sobretudo, psíquicas” (Gomes, 2006, p. 149), a autora desloca o debate para o campo da subjetividade e da interioridade do sujeito.

Quando evidencia os efeitos psíquicos do racismo, ela indica que essa violência não se limita ao exterior do sujeito, mas atravessa sua interioridade. Isso envolve sentimentos de inferiorização, fragilização do pertencimento, conflitos identitários e, em muitos casos, o desejo de afastamento das próprias marcas raciais como estratégia de sobrevivência simbólica. Essa dimensão psíquica é fundamental para compreender por que o enfrentamento do racismo não pode se restringir a políticas compensatórias ou econômicas, exigindo também a centralidade do campo educativo.

No caso da população negra, essas representações não apenas distorcem a complexidade de suas trajetórias e experiências, mas também reforçam leituras que alimentam o preconceito e a discriminação. Seus efeitos podem ser percebidos desde a infância, especialmente nos espaços educativos, onde valores, referências e formas de pertencimento estão em constante construção. Gomes (2006, p. 212) observa que, nesses contextos, crianças e adolescentes negros frequentemente se deparam com padrões estéticos e culturais distintos daqueles presentes em seus contextos familiares, o que pode gerar tensões, conflitos e comparações dolorosas.

A partir dessa realidade, embora o Brasil contemporâneo apresente maior diversidade étnico-racial, as marcas históricas do racismo ainda atravessam as estruturas sociais. Observa-se a ampliação da presença de sujeitos negros em espaços políticos e acadêmicos, porém tais conquistas, por si só, não são suficientes para eliminar desigualdades persistentes, nem para romper com mecanismos

cotidianos que ainda sustentam processos de subalternização no interior da sala de referência.

É nesse ponto que a análise se torna interdisciplinar, ao dialogar com a sociologia, a psicologia social, e a educação. Diante disso, faz-se necessário questionar tais dinâmicas por meio da defesa da descolonização dos espaços escolares e da tradução prática das lutas históricas em instrumentos normativos de transformação educacional.

Diante disso, torna-se necessário questionar e transformar essas dinâmicas, reconhecendo o racismo como elemento que impacta profundamente a experiência de educandos e educadores. Isso implica a defesa da descolonização dos espaços escolares, do reconhecimento histórico e político das lutas dos movimentos negros e da efetivação da história, da cultura e dos saberes afro-brasileiros como componentes legítimos e estruturantes da formação.

2.4 "QUERIA QUE DEUS OUVISSE A MINHA VOZ": A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, entre os objetivos fundamentais do Estado brasileiro, a promoção de uma sociedade comprometida com a igualdade e com a superação das diferentes formas de discriminação. Nesse sentido, o Art. 3º dispõe que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “O Art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). Mais do que uma declaração formal, o dispositivo constitucional expressa um compromisso político com a promoção da igualdade e com a garantia de direitos para grupos que, ao longo da história, foram submetidos a processos de exclusão e subalternização.

A constituição é responsável pelo bem-estar coletivo, ao repudiar todas as formas de discriminação e reafirma o princípio de que o Brasil é um país comprometido com a ideia de que “todos são iguais perante a lei”.

Desta forma, a constituição específica o direito de todos e todas, mas é pertinente refletir que a existência de leis não garante, por si só, sua efetiva aplicação é preciso prática cotidiana. No campo educacional, esse compromisso é reafirmado

pelo Art. 205 da Constituição Federal, que reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, com a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, sua formação para o exercício da cidadania e sua preparação para o mundo do trabalho (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988 representa um importante marco na consolidação da educação como direito de todos e dever do Estado. Em seu artigo 205, estabelece que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. No entanto, a existência de garantias legais não assegura, por si só, a superação das desigualdades historicamente produzidas.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reafirma a educação como um direito fundamental e estabelece princípios orientadores para a organização do ensino no país. De acordo com o Artigo 3º da LDB, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

> I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
> IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VII – valorização dos profissionais da educação escolar.

As reivindicações históricas do Movimento Negro também contribuíram para importantes avanços no campo educacional, entre eles a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, expressas no Parecer CNE/CP nº 003/2004, constitui um marco importante na consolidação de uma educação voltada ao enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil. Esse Parecer reconhece a necessidade de reparação histórica e afirma que o currículo não é neutro, mas um espaço de disputas sobre quais conhecimentos são legitimados e quais sujeitos são reconhecidos como produtores de saber.

Nessa mesma direção, Nilma Lino Gomes (2017), em O Movimento Negro Educador, demonstra que a discussão sobre a raça ganha novos contornos a partir da atuação histórica do Movimento Negro brasileiro. Segundo a autora, a raça deixa de ser entendida apenas como um instrumento utilizado para justificar desigualdades e passa a ser ressignificada como uma categoria política de afirmação e de luta por direitos. Ao trazer para a cena pública as demandas da população negra, o Movimento Negro contribui para a construção de novas formas de compreender e enfrentar as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

Essa ressignificação permitiu que a questão racial fosse incorporada às políticas públicas e aos marcos legais voltados para a promoção da igualdade racial. Entre os avanços conquistados destacam-se a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei nº 12.711/2012, que estabelece as cotas raciais nas instituições federais de ensino superior; e a Lei nº 12.990/2014, que reserva vagas para pessoas negras nos concursos públicos federais. Essas conquistas expressam décadas de mobilização e evidenciam que o enfrentamento do racismo também passa pela construção de instrumentos institucionais capazes de ampliar o acesso a direitos historicamente negados à população negra.

Além das lutas por reconhecimento e por políticas de reparação, o Movimento Negro também consolidou importantes espaços de produção do conhecimento. Um exemplo disso é a criação, em 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), analisada nessa dissertação.

Nesse sentido, a discussão sobre o racismo presente no Parecer CNE/CP nº 003/2004 não se limita à substituição de uma perspectiva eurocêntrica por outra de matriz africana, o documento propõe a ampliação das referências que compõem o currículo escolar, reconhecendo a diversidade cultural, racial, social e econômica que caracteriza a sociedade brasileira, trata-se de um movimento que busca questionar silenciamentos históricos e criar condições para que diferentes sujeitos, histórias e conhecimentos sejam reconhecidos nos processos educativos.

A construção dessa perspectiva não ocorreu de forma espontânea, ela resulta de uma longa trajetória de mobilização política protagonizada por organizações, coletivos e lideranças negras que historicamente denunciaram as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira e reivindicaram mudanças no campo educacional. Nesse processo, a educação passou a ser compreendida como um

espaço estratégico de disputa, capaz tanto de reproduzir quanto de transformar relações de poder.

A partir dessa perspectiva, o Movimento Negro não constitui uma organização única e homogênea, mas um conjunto diverso de grupos, entidades e sujeitos que, ao longo da história, desenvolveram diferentes formas de enfrentamento ao racismo e de valorização da história, da cultura e dos saberes da população negra. Entre suas principais pautas esteve a luta por uma educação que reconhecesse a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira e que rompesse com práticas curriculares marcadas pela invisibilização e pela exclusão.

Foi nesse contexto de mobilização coletiva que importantes conquistas foram alcançadas, entre elas a Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Essas iniciativas representam marcos fundamentais na luta pela democratização do conhecimento e pelo reconhecimento da diversidade racial nos espaços educativos, sua existência também evidencia que as transformações curriculares são resultado de disputas políticas e sociais, e não de processos neutros ou consensuais.

Diante desse percurso histórico, torna-se necessário aprofundar a discussão sobre o Movimento Negro Unificado (MNU) e sua atuação na defesa da educação como direito. Desde sua criação, o movimento assumiu papel central na denúncia das desigualdades raciais e na reivindicação de políticas públicas voltadas à população negra, suas ações contribuíram para fortalecer debates sobre currículo, formação docente, ações afirmativas e democratização do acesso à educação, consolidando o movimento como um importante sujeito político na construção de uma educação antirracista e na ampliação dos direitos educacionais da população negra.

Nas palavras de Gomes

> Em especial, entendo ainda mais a trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico. Questionam os processos de colonização do poder, do emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Gomes, 2017, p. 15).

Ao tensionar uma educação comprometida com a construção coletiva do conhecimento, torna-se necessário reconhecer, nos processos educativos, as contribuições dos diferentes povos que constituem a sociedade brasileira, entre eles os povos indígenas e africanos.

Conforme o Parecer, CNE/CP nº 003/2004

> As pedagogias voltadas ao enfrentamento do racismo e das discriminações devem fortalecer nos negros o orgulho de sua ancestralidade africana e, nos brancos, promover a consciência sobre a influência, a participação e a importância da história e da cultura negra na formação de sua identidade e nas relações com os outros, especialmente com pessoas negras. (Brasil, 2004, p.07).

Ao reconhecer a necessidade de reparação histórica e valorização das contribuições africanas e afro-brasileiras, o Parecer rompe com a ideia de neutralidade curricular, o documento evidencia que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos, mas um espaço de disputas sobre quais conhecimentos são legitimados e quais sujeitos são reconhecidos como produtores de saber.

Em continuidade ao parecer CNE/CP 003/2004

> Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundada em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (Brasil, 2004, p.03).

A orientação presente no Parecer evidencia que a educação antirracista não se restringe à inclusão de novos conteúdos no currículo. Trata-se de uma proposta que busca transformar relações, percepções e formas de compreender a sociedade. Ao valorizar a ancestralidade africana e promover o reconhecimento da contribuição da população negra para a formação do país, o documento contribui para romper com a ideia de neutralidade curricular e evidencia que a seleção dos conhecimentos ensinados na escola é atravessada por escolhas políticas, culturais e históricas.

Nessa perspectiva, o currículo deixa de ser compreendido apenas como um conjunto de conteúdos e passa a ser entendido como um espaço de disputas sobre memória, identidade e poder. Afinal, aquilo que é ensinado, valorizado ou silenciado

interfere diretamente na forma como os sujeitos compreendem a si mesmos, os outros e o mundo que os cerca.

Sob esse viés, é essencial pensar na formação de educadores que compreendam que o racismo atravessa os espaços e vai além de experiências individuais: ele funciona como uma estrutura que sustenta um único tipo de conhecimento, guiado por interesses dominantes. Assim, a construção de uma educação antirracista exige práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade, com o fortalecimento das identidades e com o reconhecimento da escola como um espaço de disputa e de transformação social.

Dessa forma, as contribuições do Movimento Negro como educador e produtor de saberes evidenciam que os processos educativos ultrapassam os limites da escola e se constroem também nas experiências coletivas de resistência e luta por direitos. Ao tensionar a primazia de perspectivas eurocentradas e reivindicar o reconhecimento das contribuições históricas e culturais da população negra, o Movimento Negro amplia as possibilidades de construção de uma educação comprometida com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades raciais.

Dando continuidade a essas reflexões, o próximo capítulo apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa, com ênfase na construção da metodologia e na elaboração do estado do conhecimento, articulando os princípios teóricos discutidos anteriormente às escolhas que orientaram a seleção, a organização e a interpretação dos documentos analisados.

3. “AMAR ELO” ESTADO DO CONHECIMENTO(EC)

É como uma bola de neve
Morre um, dois, três, quatro, morre mais um em breve
Sinto na pele, me vejo entrando em cena
Tomando tiro, igual filme de cinema.

Edi Rock (Racionais MC's, Sobrevivendo no Inferno, 1997)

Com o intuito de compreender como a temática desta pesquisa vem sendo produzida e discutida no campo acadêmico, apresenta-se, nesta seção, o Estado do Conhecimento. A construção do Estado do Conhecimento constitui uma etapa fundamental desta pesquisa, por possibilitar a compreensão de como o objeto de estudo vem sendo produzido, problematizado e ressignificado no campo científico.

Mas, afinal, o que é Estado do Conhecimento? Conforme Morosini, Santos e Bittencourt (2021), trata-se de um processo de identificação, registro, organização, categorização, reflexão e síntese da produção científica sobre uma determinada temática, delimitada por um recorte temporal e contextual específico. Essa abordagem reúne diferentes tipos de publicações, como periódicos, teses, dissertações e livros, possibilitando compreender o que já foi produzido em uma área, identificar tendências investigativas, aspectos ainda pouco explorados do conhecimento e contribuições para o avanço das pesquisas.

Em uma perspectiva interdisciplinar, esse movimento ultrapassa o simples levantamento bibliográfico, configurando-se como um processo analítico que permite identificar aproximações, tensões, convergências e lacunas presentes nas diferentes áreas do conhecimento que se dedicam à compreensão do racismo no espaço escolar e das práticas pedagógicas antirracistas. Ao reunir e examinar essas produções, busca-se situar esta investigação no debate acadêmico contemporâneo, evidenciando os referenciais teóricos e metodológicos que sustentam o estudo.

Realizamos um Estado do Conhecimento (EC) com o propósito de mapear, organizar e analisar a produção acadêmica que trata do racismo no espaço escolar e das práticas pedagógicas antirracistas, conforme explicam, Marília Morosini, Pricila Kohls dos Santos e Zoraia Aguiar Bittencourt (2021, p. 34), a finalidade principal do

estado do conhecimento, em sentido amplo, é a construção e a compreensão do campo científico de um determinado tema, em um determinado espaço.

Para o desenvolvimento do estudo, seguimos as seguintes etapas: bibliografia anotada, a bibliografia sistematizada, bibliografia categorizada e propositiva. De maneira mais detalhada, começamos com a denominada bibliografia anotada, reunindo os materiais e fazendo anotações dos principais pontos de cada obra que podem contribuir com a análise. Em seguida, na bibliografia sistematizada, organizamos uma leitura rápida dos resumos e agrupamos as produções, considerando autoria, ano de publicação, em que contexto institucional e de que forma foi abordado, ou seja, nossa estratégia centrou-se, em temas, datas, autorias e instituições.

A terceira etapa chamada de bibliografia categorizada, consiste em analisar com mais profundidade os trabalhos já selecionados na etapa anterior, o objetivo é identificar temas e sentidos comuns entre as produções, agrupando-as em blocos temáticos. A partir das leituras, criamos categorias que nos ajudaram a identificar padrões, divergências e aproximações entre os textos. E por fim, a bibliografia propositiva que classificamos tudo com base nessas categorias temáticas, reunindo textos que discutem o tema e ajudam a construir a análise desta pesquisa. Morosini, Santos e Bittencourt (2021) afirmam que esse processo não serve apenas para organizar informações, mas também ajuda a identificar o que falta, os conflitos existentes e as forças que movem a discussão sobre o racismo na escola, o EC portanto, está além de uma revisão bibliográfica.

Como repositório de busca, utilizou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). A escolha da BDTD justifica-se por se tratar de uma base que reúne teses e dissertações produzidas em instituições de ensino superior brasileiras, possibilitando o acesso a pesquisas completas e atualizadas sobre diferentes objetos, abordagens e perspectivas analíticas. Além disso, o repositório permite conhecer os percursos teóricos e metodológicos construídos por outros pesquisadores, contribuindo para a reflexão acerca das estratégias investigativas adotadas e para o delineamento do percurso teórico-metodológico desta investigação.

Delimitamos, como recorte temporal, o período de 2003 a 2025 considerando a Lei nº 10.639 que alterou a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares.

Para o levantamento do material, optamos por utilizar os descritores "educação", "racismo" e "práticas" (BDTD). Inicialmente, a busca foi realizada com o descritor "educação" no campo título, o que resultou em 6.942 produções, em sua maioria dissertações, com recortes diversos. Diante do volume expressivo e da diversidade de enfoques, compreendemos a necessidade de refinar os critérios de busca.

Se, por um lado, esse volume expressivo inviabiliza uma análise aprofundada de todas as obras nos limites de tempo e escopo deste trabalho, por outro, ele diz muito sobre a importância e a urgência do tema. Essa grande quantidade de pesquisas reflete o compromisso da academia em mapear e compreender os impactos do racismo na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, esse cenário confirma que refinar os critérios de busca não é uma limitação, mas um passo necessário para darmos contorno, foco e profundidade ao nosso material de análise.

Na sequência, combinamos o descritor "educação" (no campo título) com "racismo" (no campo resumo), o que reduziu consideravelmente os resultados para 259 trabalhos, ainda com predominância de dissertações. Para tornar a seleção mais específica e voltada à nossa temática de interesse, realizamos três buscas combinadas com os descritores: "educação" (no campo resumo), "racismo" (no campo título) e "práticas" (também no campo título). Essa filtragem final resultou em 14 dissertações e teses diretamente relacionadas à interface entre educação, racismo e práticas pedagógicas.

Inicialmente, na etapa da bibliografia anotada, os 14 trabalhos foram organizados em um quadro como o ilustrado pela figura abaixo. Nesse processo, os resumos foram lidos e as principais informações dos trabalhos foram identificadas e sistematizadas. Essa sistematização permitiu identificar padrões, abordagens

recorrentes e contribuições específicas de cada estudo para o debate sobre práticas pedagógicas e enfrentamento ao racismo no contexto educacional.

O trabalho de Boschetti (2024) “Compreensão e modos de lidar com o racismo nas práticas de psicólogos(as) clínicos(as), que atuam na cidade de Salvador, Bahia: uma visão psicanalítica” Dissertação - Universidade Federal da Bahia foi retirado da análise, pois se trata mais da área da psicologia clínica, distanciando-se do foco desta pesquisa, centrado nas práticas educativas e na educação para as relações étnico-raciais. Assim, o corpus final da investigação passou a ser composto por 13 trabalhos.

Figura 1- Quadro utilizado na etapa da bibliografia anotada

Nº	Ano	Autor(a)	Título	Nível	Palavra-chave	Resumo
1	2010	Lima, Suzete de Paiva	Racismo e violência, prática de extermínio contra a juventude negra	Dissertação Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidade BR UERJ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana	Racismo; Violência; Extermínio; Educação; Políticas públicas; Juventude negra; Cidadania; Educação do adolescente; Vitória da Conquista (BA)	A dissertação reflete sobre o racismo, a violência e o extermínio de adolescentes e jovens pobres e negros, analisando os aspectos históricos, políticos e sociais que sustentam o problema. Evidencia a participação de policiais em execuções e defende que o racismo, incorporado ao aparato repressivo do Estado, dificulta a efetivação de políticas públicas. http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/14882

2	2010	Lovato, Glorinha	Cultura escolar e racismo: prática pedagógica racial	Dissertação Faculdades EST Programa de Teologia	Cultura Escolar; Racismo; Currículo; Educação Comunitária com Infância e Juventude	A proposta principal é a superação da discriminação racial nas instituições de ensino, analisando as formas mais comuns de expressão do racismo na sociedade contemporânea. O estudo discute estereótipos e a importância da legislação para combater a discriminação. Enfatiza a necessidade de qualificar o corpo docente para melhorar as práticas pedagógicas antirracistas, tornando as aulas mais significativas. http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/325/
3	2021	Martins, Debora Andrade Chagas	Busca de práticas pedagógicas de professores do ensino médio: racismo e intolerância na escola	Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, Câmpus São Carlos	Educação étnico-racial, Depoimento de Professores, Práticas pedagógicas	Investigar o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à educação étnico-racial, à superação do racismo e à valorização das diferenças étnico-raciais no contexto escolar, analisando documentos e depoimentos de professores. :https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/15102

4	2009	Maria da Silva, Claudilene	Professoras negras: construindo identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar	Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco	Identidade, Identidade negra, Professoras negras, Saberes, Práticas curriculares	Estuda a autopercepção de professoras negras da rede pública do Paraná sobre suas práticas de combate ao racismo e preconceito dentro da escola, identificando diferenças na prática pedagógica entre aquelas que já sofreram discriminação e as que não sofreram. .https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4887
5	2018	Ferreira, Michele Guerreiro	Educação das relações étnico-raciais e prática curricular de enfrentamento do racismo na UNILAB	Tese - Universidade Federal de Pernambuco	Professores - Formação, Currículos, Racismo	Pesquisa sobre a educação étnico-racial na práxis curricular de cursos de formação de professores na UNILAB, analisando concepções de racismo e práticas de enfrentamento a partir do pensamento decolonial, com foco em quatro licenciaturas dos campi do Ceará. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32814
6	2019	Xavier, Francisco de Assis	Processos educativos na comunidade jongueira de Anchieta: práticas de enfrentamento ao racismo na educação de jovens e adultos	Dissertação Universidade Federal do Espírito Santo BR Mestrado Profissional em Educação Centro de Educação UFES Programa de Pós-graduação	Comunidade jongueira; Educação de jovens e adultos; Racismo; Educação popular; Cultura afro-brasileira	Analisa os processos educativos desenvolvidos na comunidade jongueira de Anchieta que contribuem para o enfrentamento ao racismo, valorizando a cultura afro-brasileira como instrumento pedagógico e político,

				de Mestrado Profissional em Educação		especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). http://repositorio.ufes.br/handle/10/13557
7	2022	Adelino, Cícero Severino	Abordagem do racismo nas práticas docentes em escola do campo nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise pós-colonial	Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco	Educação – Relações étnicas, Educação – Relações raciais, Prática de ensino, Ensino fundamental	A pesquisa destaca a importância da Lei 10.639/2003 e outras políticas educacionais para a valorização da cultura afro-brasileira e o combate às desigualdades. .https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49387
8	2022	SILVA, Manuela Darc	Os desafios para o enfrentamento do racismo nas práticas docentes dos/as professores/as das escolas quilombolas: Sambaquim do Riachão nos municípios de Cupira-PE e Panelas-PE	Dissertação- Universidade Federal de Pernambuco UFPE Brasil Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea / CAA	Prática de ensino – Pernambuco Racismo na educação – Pernambuco Quilombolas – Pernambuco Antirracismo – Pernambuco Educação escolar quilombola Estudos pós-coloniais	Pesquisa sobre os desafios didático-pedagógicos para o enfrentamento do racismo nas práticas docentes em escolas quilombolas dos municípios de Cupira-PE e Panelas-PE, destacando a especificidade das práticas construídas a partir da história e cultura quilombola e a necessidade de formação continuada e materiais adequados. .https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52148

9	2022	Chaves, Eloiza de Oliveira	Práticas de letramento na escola: produzindo minicontos com a temática do racismo por meio da ferramenta de escrita colaborativa – Padlet	Mestrado Profissional - Universidade Federal da Paraíba	Linguística e ensino, Escrita colaborativa, Tecnologia e Educação, Letramento, Racismo - Escola	Apresenta uma sequência didática que promove o letramento digital e literário, com produção de minicontos sobre racismo, utilizando a ferramenta digital Padlet, proporcionando uma participação efetiva dos alunos em discussões sociais e práticas de escrita autoral e colaborativa. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26093
10	2021	Moura, Gilvania Gomes	Educação das relações étnico--raciais na prática docente do ensino médio de uma escola no território campesino de Passira--PE: um olhar para o enfrentamento do racismo	Dissertação- Universidade Federal de Pernambuco UFPE Brasil Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea / CAA	Relações étnicas Relações raciais Prática de ensino Racismo na educação do campo	Analisa como professores do ensino médio em escola do campo em Passira-PE identificam e enfrentam o racismo em suas práticas docentes. Fundamenta-se nos estudos pós-coloniais e utiliza análise de conteúdo. Revela que os docentes promovem ações antirracistas através do diálogo, mas ainda a prevalência do eurocentrismo e silêncio sobre culturas negras.

11	2022	Santos, Mário Alves	“Espera aí, agora somos nós”: percepções sobre racismo, práticas pedagógicas e educação das relações étnico-raciais numa escola de Cuiabá-MT (2006-2021)	Dissertação - Universidade Federal de Mato Grosso	Educação antirracista, Relações raciais, Currículo, Cuiabá-MT	Pesquisa qualitativa que analisa percepções de docentes, discentes e gestores sobre racismo e educação antirracista em escola de Cuiabá-MT, destacando a implementação de políticas e projetos que valorizam a cultura africana e afro-brasileira e a necessidade de formações continuadas. http://ri.ufmt.br/handle/1/4415
12	2023	Deus, Luciana de Sousa	E existe príncipe preto, professora? Narrativas orais de professoras sobre racismo e antirracismo nos currículos e práticas pedagógicas da Educação Infantil na cidade de São Paulo	Dissertação-USP	Educação antirracista, Educação Infantil, Formação de professores, História oral	Analisa memórias e narrativas de cinco professoras de Educação Infantil na cidade de São Paulo sobre o racismo e práticas antirracistas no cotidiano escolar. Explora a presença do racismo institucional que afeta crianças, e os desafios para identificar e dialogar sobre racismo na escola/ falta de formação adequada. Metodologia de História oral. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-29022024-213441/

13	2008	Lopes, Tania Aparecida	Professoras negras e o combate ao racismo na escola: um estudo sobre a autopercepçã o de professoras negras da rede pública de educação do Estado do Paraná, de escolas localizadas no bairro do Boqueirão, do município de Curitiba, acerca de suas práticas de combate ao preconceito e a discriminação racial.	Dissertação - Não informado	Racismo, Professores negros, Preconceitos, Educação	Analisa a autopercepção de professoras negras da rede pública do Paraná (Ensino Fundamental e Médio) sobre suas práticas de combate ao preconceito e discriminação racial na escola, investigando a relação entre as discriminações sofridas e a práxis pedagógica antirracista. Baseia-se em questionários e entrevistas, dividindo as professoras em grupos conforme relatos de discriminação vivida. Identifica diferenças nas práticas pedagógicas entre quem sofreu discriminação e quem não sofreu, rompendo com o mito da democracia racial e propondo um olhar crítico para as relações raciais no espaço escolar.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Posteriormente, dos 13 trabalhos que permaneceram no corpus foram relidos e outras informações acerca das teses e dissertações (Ano, autor, título, nível, objetivo, metodologia e resultados) foram buscadas. Nessa etapa, os trabalhos foram organizados no quadro abaixo.

Figura 2 - Quadro utilizado na etapa da bibliografia sistematizada

Nº	Ano	Autor	Título	Nível	Objetivo	Metodologia	Resultados
7	2022	Cícero Severino Adelino	Abordagem do racismo nas práticas docentes em escola do campo nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise pós-colonial	Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco	Compreender como professores abordam o racismo em sala de aula em escola campesina; identificar concepções, manifestações e práticas docentes de enfrentamento ao racismo.	Pesquisa qualitativa com análise de conteúdo (Bardin, 2016); uso de questionários e entrevistas semiestruturadas.	Avanço na abordagem do tema, pioneira na região; identificação de práticas docentes que enfrentam o racismo; destaca a necessidade de educação valorizadora da diversidade.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

No processo de sistematização dos trabalhos analisados, identificou-se um recorte temporal de 2008 a 2023, totalizando 13 produções acadêmicas, sendo 12 dissertações e 1 tese de doutorado. Observa-se um aumento progressivo de publicações ao longo dos anos, especialmente a partir de 2018, o que demonstra o fortalecimento das pesquisas sobre educação antirracista, formação docente e currículo nas últimas décadas.

Os anos de 2021 e 2022 destacam-se pela maior concentração de trabalhos, o que pode estar relacionado ao amadurecimento das políticas educacionais voltadas à implementação da Lei 10.639/2003 e ao crescimento de movimentos sociais e acadêmicos comprometidos com o enfrentamento ao racismo estrutural. Assim, percebe-se que, ao longo do tempo, as universidades têm se tornado espaços cada vez mais sensíveis e engajados na construção de uma produção científica que reconhece o racismo como uma questão estrutural e propõe caminhos pedagógicos para sua superação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, as análises revelam diversidade, mas com predominância clara de abordagens qualitativas. Foram identificados estudos biográficos, centrados nas narrativas de educadores(as); análises documentais, que se dedicaram à leitura de currículos e legislações; pesquisas

qualitativas, com entrevistas e grupos focais, voltadas para as experiências de docentes e educandos; estudos de campo ou estudos de caso, que acompanharam de perto práticas em espaços escolares. Essa predominância qualitativa confirma a relevância das vivências e contextos locais para compreender práticas pedagógicas antirracistas.

Em relação à distribuição institucional e regional, observa-se que as produções acadêmicas sobre racismo e práticas pedagógicas antirracistas estão concentradas, majoritariamente, em universidades públicas federais, com destaque para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que reúne o maior número de pesquisas sobre o tema. Essa predominância indica o fortalecimento dos estudos voltados às relações étnico-raciais em programas de pós-graduação do Nordeste, região que tem se destacado na consolidação de políticas e práticas de enfrentamento ao racismo no campo educacional.

Além disso, é possível identificar a presença de trabalhos desenvolvidos em outras regiões, como o Sudeste, representado por instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e o Centro-Oeste, com produções vinculadas à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Essa diversidade geográfica reflete o crescimento do debate sobre a educação antirracista em diferentes contextos, articulando perspectivas regionais e temáticas distintas.

Na denominada bibliografia categorizada, possibilitou uma análise mais aprofundada dos trabalhos já selecionados, buscando identificar temas e sentidos comuns entre as produções e o tema central desse trabalho. A partir dessa leitura, criamos categorias de temáticas principais: currículo e representações, exemplos de estudos que discutem como os conteúdos escolares, especialmente em disciplinas como história, conteúdo que silenciam ou reforçam estereótipos raciais, e ações que podem ressignificar a educação.

Além de formação continuada, pesquisas voltadas à preparação inicial e continuada de professores, experiencias que favorecem as vivencias dos educandos, além da construção de espaços de esculta atenta aos educandos.

Baseando-se em trabalhos de diferentes níveis da educação básica, projetos interdisciplinares como reconhecimento da história, literatura, territoriedade entre outros temas. Grande parte dos estudos concentra-se na legislação e políticas

educacionais, relacionando-se a produções que discutem a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, sua aplicação nas instituições além de desafios de todo campo educacional.

Diante dessa realidade, apesar dos avanços, ainda se faz necessário ampliar o debate em todos os níveis da educação básica. As análises apontam, ao mesmo tempo, para o crescimento e o reconhecimento do campo, mas também evidenciam os desafios de consolidar esse movimento de resistência e de promover transformações efetivas na educação nacional.

Nesse sentido, esta seção destaca que a construção do Estado do Conhecimento não se limita a uma exigência acadêmica, mas se configura como um exercício de reflexão e compromisso com a pesquisa, permitindo dar visibilidade a produções que evidenciam o racismo e ampliam um tema que, muitas vezes, permanece silenciado na sociedade, assim, este trabalho se insere em um movimento mais amplo de valorização e afirmação negra, que busca produzir novos sentidos para a escola e para as relações que nela se constroem.

Por fim, tais estudos analisados aproximam-se desta pesquisa ao evidenciarem que o currículo não é neutro e que a escola constitui um espaço político, no qual se constroem identidades, pertencimentos e disputas simbólicas. As produções indicam que a educação antirracista é uma construção interdisciplinar que marca diferentes dimensões curriculares e envolve, sobretudo, questões humanas.

4.“É TUDO PRA ONTEM”: CAMINHOS DA PESQUISA

Sem feliz aniversário, páscoa ou natal
Longe dos cadernos, bem depois
A primeira mulher e o vinte e dois
Prestou vestibular no assalto da busão
Numa agência bancaria se formou ladrão.
Tô ouvindo alguém me chamar

Mano Brown (Racionais MC's, Sobrevivendo no Inferno, 1997)

Olhar para as crianças como o futuro e a esperança, ainda não atravessados pelo ódio e pela ganância, é o convite que Mano Brown nos faz na canção “A Vida é Desafio”. Ao compreender a criança como possibilidade e esperança, somos convidados a enxergar além do que está posto e a refletir sobre as realidades vivenciadas pelas crianças negras. Suas experiências revelam marcas de processos históricos de violência, assim como a invisibilização de seus saberes, histórias e modos de existir, tanto no chão da escola quanto nos espaços legitimados de produção do conhecimento científico.

Para tanto, este capítulo apresenta, primeiramente, estabelece-se o debate acerca da interdisciplinaridade como postura investigativa, fundamental para tensionar a fragmentação das ciências diante de problemas complexos. Em seguida, detalha-se a estratégia metodológica adotada, de natureza qualitativa, caracterizando as etapas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. Por fim, apresenta-se de forma sistematizada o corpus documental que ampara a análise: o mapeamento e seleção de reportagens veiculadas pelo Portal G1 e o levantamento de artigos científicos publicados no dossiê temático da revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN).

A abordagem das infâncias negras e do racismo no cotidiano escolar exige um olhar que ultrapasse as fronteiras de uma única disciplina, uma vez que o fenômeno do preconceito racial se configura como realidade complexas, urgentes e sociais. De acordo, com o Documento de Área da Área Interdisciplinar da CAPES (2025-2028), a pesquisa interdisciplinar não se coloca em oposição à perspectiva disciplinar, mas se constitui em articulação com ela, uma vez que ambas são dimensões complementares na produção do conhecimento.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade depende das disciplinas e se fortalece a partir delas, estabelecendo conexões entre diferentes campos do saber, com propósito de superar saberes fragilmente construídos de forma isolada, o que torna o processo de ensino e aprendizagem dinâmicos.

A interdisciplinaridade tem se consolidado como um questionamento crescente no meio acadêmico e nas instituições de pesquisa, justamente por possibilitar a articulação entre diferentes formas de produção do conhecimento, níveis de realidade e abordagens teóricas, esse movimento pode ser observado na ampliação de programas e centros de pesquisa interdisciplinares, que passam a complementar e dialogar com as pesquisas de caráter disciplinar, o que exige planejamento conjunto, diálogo e a construção coletiva entre os sujeitos envolvidos.

É por meio dessa imersão interpretativa que se torna possível alcançar os significados, os contextos e as subjetividades ocultas nas práticas pedagógicas e nas denúncias institucionais. Contudo, para que essa leitura não caia na ideia de um ensino passivo, decorado, fixo e de uma única ciência, faz-se indispensável tensionar a necessidade de um diálogo permanente, aberto e sem barreiras.

Para Ivani Fazenda (1979), a metodologia é um elemento fundamental, embora não deva ser compreendida como um fim em si mesma, ela organiza a prática pedagógica, garantindo intencionalidade ao trabalho educativo e evitando ações fragmentadas, não como ações isoladas ou sem intencionalidade, mas articuladas às vivências cotidianas e à integração de diferentes saberes.

Essa compreensão, ainda, aponta para a necessidade de uma nova pedagogia, que nos convida à pensar sobre quem controla e privatiza o conhecimento, em que uma base única é imposta em vez de uma abordagem abrangente, que acolha diferentes vivências sociais de maneira democrática.

Sob tal perspectiva, a interdisciplinaridade reverbera e impacta diretamente na construção do percurso metodológico, uma vez que para estruturar os caminhos que possibilitam a apreensão das complexidades que atravessam discursos, representações e práticas no ambiente escolar, recorre-se aos pressupostos de Antônio Carlos Gil (2002) na elabora da pesquisa, para o autor deve-se considerar que o êxito de uma investigação científica depende fundamentalmente de certas qualidades intelectuais e sociais do pesquisador.

Entre os atributos essenciais para o sucesso desse trabalho estão o amplo conhecimento do assunto, a curiosidade epistêmica e a criatividade. Além disso, o profissional deve pautar sua conduta pela integridade intelectual, demonstrar abertura para revisar suas próprias certezas, desenvolver uma profunda sensibilidade social, o que pode exigir ainda mais paciência para lidar com os desafios do processo, bem como na confiança da experiência adquirida.

Quando complementada por debates, como o enfrentamento ao racismo e a promoção de práticas antirracistas, a investigação ganha um caráter ainda mais humano, ao assinar e dialogar com um tema tão vivo e ao mesmo tempo apagado/ escondido, o pesquisador assume o papel de ressignificar a realidade por meio de novas modalidades e metodologias de pesquisa.

Para mais, a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada de fenômenos sociais a partir da análise de documentos e produções textuais, permitindo que o pesquisador construa interpretações fundamentadas no próprio material investigado, o percurso metodológico adotado valoriza experiências, contextos e sentidos construídos nas relações, assumindo a interdisciplinaridade como o eixo integrador que sustenta a construção do conhecimento.

Essa perspectiva dialoga com Hilton Ferreira Japiassu (1976), ao tratar da interdisciplinaridade, e com André e Ludke (1987), ao discutirem métodos e conceitos da pesquisa qualitativa na educação. Dessa forma, a pesquisa articula diretamente metodologia e percurso investigativo, definindo caminhos que permitam apreender as complexidades que atravessam discursos, representações e práticas no cotidiano escolar.

O percurso metodológico aqui delineado se fundamenta na interdisciplinaridade como princípio estruturante, articulando diferentes referenciais teóricos para sustentar uma análise sensível às múltiplas dimensões do objeto investigado. Embora se configure formalmente como uma investigação qualitativa, de base bibliográfica e documental, não se restringe a uma leitura descritiva ou estática, pois exige o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, condição necessária para apreender a complexidade das infâncias negras e do racismo no contexto escolar.

Além do mapeamento dos artigos científicos, selecionam-se reportagens jornalísticas que dialogam com a pesquisa, ao operar como fontes documentais para

problematizar as masterização do racismo na escola. O delineamento desse procedimento deu-se em três etapas interligadas: a delimitação do recorte temporal, a busca sistemática no portal de notícias e o refinamento teórico do material recuperado.

Inicialmente, foi estabelecido um recorte temporal compreendendo o período de 2022 a 2026. Essa delimitação justifica-se pela intenção de privilegiar produções mais recentes, considerando as transformações sociais e os debates contemporâneos em torno das infâncias negras e da educação antirracista. Ademais, o marco inicial 2022 foi definido em consonância com a publicação do Dossiê Crianças e Infâncias Negras: Desafios e Perspectivas Antirracistas no Brasil (2020), que já havia sido publicado documento que constitui uma das referências centrais desta investigação.

Soma-se a isso o fato de que o período posterior a 2020 foi marcado por profundas transformações sociais e educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19, bem como pelo adensamento do debate público sobre o racismo estrutural. Esse cenário contribuiu para conferir maior visibilidade às experiências vivenciadas por crianças negras, demandando um olhar atento da pesquisa acadêmica.

Desse modo, a delimitação temporal não se orienta por critérios meramente estatísticos, mas pela natureza qualitativa da investigação, que busca compreender, em profundidade, como as manifestações de racismo envolvendo a infância têm sido apresentadas e problematizadas em um contexto recente, fortemente marcado pela ampliação das discussões sobre relações étnico-raciais.

Portanto o levantamento das reportagens foi realizado por meio do mecanismo de busca disponibilizado pelo próprio Portal G1,[1] utilizando os descritores, “denúncia de racismo contra criança" "representação cabelo crespo" "corpo negro" "racismo e infância" empregados de forma isolada e combinada.

Considerando que a ferramenta de busca do portal não informa o quantitativo total de resultados recuperados, optou-se por descrever detalhadamente o percurso de seleção adotado, garantindo transparência e rigor metodológico. Assim, a partir da utilização do descritor "racismo e infância", obteve-se um conjunto ampliado de reportagens, as quais foram submetidas a um processo de triagem com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. A seguir, apresentam-se

[1] g1 - O portal de notícias da Globo acesso de busca em 8 de julho de 2026.

os casos excluídos do corpus documental, bem como as justificativas que fundamentaram sua exclusão.

Figura 3 - Critérios de exclusão e justificativas para a seleção do corpus

Casos envolvendo apenas adultos (Sem relação com a infância)	O foco delimitado da pesquisa é a infância. Ocorrências no mercado de trabalho ou espaços comerciais comuns não respondem ao problema de pesquisa.	Empregador agride ex-funcionárias em Salvador. Jovem de 21 anos demitida por usar tranças em Maceió. Atendente de sanduicheria sofre racismo em Anápolis. Guarda Civil é considerado suspeito em loja de Suzano.
Notícias repetidas / Duplicidade de conteúdo	Entradas duplicadas do mesmo fato incham a amostragem artificialmente, sendo necessária a limpeza para manter a precisão quantitativa.	Repetições do caso da diarista e enfermeira em GO. Multiplicação de vídeos locais sobre o estudo nacional de racismo na primeira infância (PR, PE, SC). Repercussões idênticas sobre a agressão patronal na Bahia.
Espaço Acadêmico Ensino Superior (Fora do recorte da Educação Básica/Infantil)	O ambiente universitário apresenta dinâmicas de poder e maturidade socioemocional diferentes da primeira infância e do ensino fundamental.	Estudantes protestam contra racismo na UFPA em Altamira. Estudante da USP denuncia humilhação na Faculdade de Nutrição. Pesquisador denuncia segurança por perseguição na UFMG.
Textos opinativos ou Homenagens/evento (Sem foco em denúncias de violação)	Conteúdos comemorativos, institucionais ou análises abstratas não trazem dados factuais de episódios de violência direta na infância.	Coberturas gerais do Dia da Consciência Negra. (Maringá, Sorocaba, Roraima). Matéria sobre o ativista Abdias Nascimento. Telespectador recita poema sobre racismo no Bom Dia ES.
Temáticas correlatas sem foco na infância	Embora sejam ramificações importantes do racismo	Desabamento de palafitas e denúncia de racismo ambiental em Belém.

(Racismo ambiental, religioso)	estrutural, abordam vieses urbanísticos, cibernéticos ou teológicos, desviando-se do escopo da infância.	Terreiro de umbanda sofre ataque com bomba em Bauru. Discussões sobre o racismo algorítmico no mundo virtual (JPB).

Fonte: Sistematizado pela autora (2026) com base nas buscas do g1/globo[2]

Ainda para a interpretação do corpus documental, foram construídas categorias analíticas fundamentadas nas contribuições de Frantz Fanon (2008), Nilma Lino Gomes (2006; 2017) e Grada Kilomba (2019), autores que compreendem o racismo como um fenômeno histórico, estrutural e simbólico. A definição dessas categorias buscou conferir maior sistematicidade à leitura das reportagens, assegurando coerência entre os objetivos da pesquisa, a fundamentação teórica e os procedimentos de análise.

O primeiro ponto de análise refere-se às formas de manifestação do racismo, evidenciando ocorrências de racismo estético, institucional e processos de desumanização do corpo negro. As discriminações relacionadas aos marcadores estético-corpóreos se expressam, sobretudo, na desvalorização de características como o cabelo crespo, que, conforme aponta Nilma Lino Gomes (2006), constitui um marcador social das relações raciais, carregado de significados historicamente produzidos. O racismo institucional, segundo Grada Kilomba (2018), manifesta-se nas práticas e estruturas das instituições, que tendem a deslegitimar saberes e experiências negras, que reproduzem hierarquias raciais sob a aparência de naturalidade.

Por sua vez, a desumanização do corpo negro, discutida por Frantz Fanon (2008), revela mecanismos simbólicos que associam a população negra a uma condição de inferioridade, negando-lhe humanidade e subjetividade. Essas

[2] Embora os casos excluídos não componham o corpus desta pesquisa, eles evidenciam que o racismo permanece presente em diferentes esferas da sociedade, manifestando-se nos espaços de trabalho, nas instituições de ensino superior, nos ambientes comerciais, nas práticas religiosas e nas relações mediadas pela tecnologia. Essas ocorrências revelam o caráter estrutural do racismo, que ultrapassa o contexto escolar e atravessa diferentes experiências sociais. Entretanto, considerando o objetivo desta investigação, foi necessário delimitar a análise às situações que envolvem crianças e o contexto educacional, permitindo compreender de forma mais específica como o racismo se manifesta na infância e quais impactos produz nas experiências escolares.

categorias, articuladas entre si, permitem compreender como o racismo se materializa nas relações escolares e sociais, ultrapassando o campo das atitudes individuais para se consolidar como estrutura que organiza o cotidiano e define quem é reconhecido como sujeito de saber. O segundo ponto de análise diz respeito aos marcadores raciais mobilizados nas situações de discriminação, tais como cor da pele, cabelo e traços físicos, possibilitando identificar quais elementos aparecem com maior frequência como alvo das violências.

Outro aspecto considerado refere-se aos agentes envolvidos nos episódios, que abrange professores e outros sujeitos do ambiente escolar, o que permite refletir sobre responsabilidades e relações de poder presentes nessas ocorrências.

Além disso, examinou-se a resposta institucional frente aos casos, considerando as medidas adotadas ou a ausência delas como indicador da postura das escolas diante do racismo. A partir desses critérios, foram selecionadas três reportagens publicadas pelo Portal G1 entre os anos de 2022 e 2026, por apresentarem estreita relação com os objetivos da pesquisa e evidenciarem diferentes manifestações do racismo contra crianças no contexto escolar.

Figura 4- Quadro elaborado com as reportagens selecionadas para análise

Ano/Local	**Título da reportagem**	**Descrição do caso**	**Palavra-chave**	**Justificativa para seleção**
2022 – São Paulo	Após denúncia de racismo contra criança fantasiada de macaco, escola se pronuncia pelas redes sociais	Caso de racismo envolvendo a associação de uma criança negra à figura de um macaco, evidenciando processos históricos de desumanização e animalização do corpo negro.	denúncia de racismo contra criança	Evidencia o racismo dirigido à infância no espaço escolar e as respostas institucionais diante da denúncia.
Santa Catarina (SC) - 2024	Tarefa escolar em Pomerode pede que crianças usem	Situação de discriminação racial associada à	representação cabelo crespo; corpo negro	Demonstra como práticas pedagógicas podem reproduzir estereótipos raciais

	feijão para representar cabelo crespo em desenho; aluno colocou Bombril	representação pejorativa do cabelo crespo em contexto escolar.		relacionados ao cabelo crespo e ao corpo negro
Rio Preto (SP) 2025	Racismo na infância deixa marcas profundas e desafia pais, alunos e educadores	Caso de racismo relacionado à desqualificação de características fenotípicas associadas à população negra.	racismo e infância	Reúne relatos de famílias, estudantes e professores, ampliando a discussão sobre os efeitos do racismo na infância e a importância da educação antirracista.

Fonte: Sistematizado pela autora (2025)

Por fim, analisou-se a categoria impactos sobre a criança, buscando identificar as possíveis consequências emocionais, afetivas e relacionadas ao sentimento de pertencimento decorrentes das experiências de racismo vivenciadas na infância. Essa etapa não se configura como uma análise quantitativa, mas como uma caracterização descritiva do corpus documental, que evidencia a recorrência de casos de racismo contra crianças divulgados pelo Portal G1 no período analisado.

Assim, a quantificação das reportagens teve a finalidade de organizar e caracterizar o material empírico, enquanto a análise concentrou-se na profundidade dos acontecimentos, nas formas de manifestação do racismo e nos impactos produzidos na constituição subjetiva e identitária das crianças. Mais do que representar números, as notícias revelam experiências concretas de violência racial que continuam a ocorrer cotidianamente, tornando visíveis práticas discriminatórias ainda presentes na sociedade brasileira e reforçando a necessidade de ações educativas comprometidas com uma educação antirracista.

Ao evidenciar essas ocorrências, o corpus documental reforça a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a Educação para as Relações Étnico-Raciais, capazes de reconhecer, enfrentar e desconstruir os mecanismos de reprodução do racismo desde a infância Nesse sentido, para a continuação da análise

documental, foram selecionados artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), com foco no dossiê “Crianças e Infâncias Negras: desafios e perspectivas antirracistas no Brasil” (2020).

Do total de 16 textos que compõem o dossiê, foram escolhidos 11, considerando sua maior aproximação com o objetivo da pesquisa. Esses trabalhos foram utilizados como referência para discutir a educação antirracista, especialmente no que diz respeito as propostas pedagógicas que buscam problematizar e enfrentar práticas racistas no contexto escolar.

A fim de apresentar de forma organizada os artigos que compõem o corpus da pesquisa, o quadro a seguir reúne os textos selecionados, seus respectivos autores e as informações que subsidiaram a análise desenvolvida neste estudo.

Figura 5 - Artigos selecionados para análise

Autores/as	**Títulos**
Leocardia Cristina Reginaldo da Cruz Jaqueline Ferreira Justino (2020).	Leitura deleite, educação das relações étnico-raciais nos anos iniciais durante o ensino remoto
Amanaiara Conceição de Santana Miranda (2020).	Relações de gênero e étnico-raciais: Uma perspectiva interseccional na Educação Infantil
Aline de Oliveira Braga Maria Alice Rezende Gonçalves (2020).	Influência do outro na construção do olhar: Cabelo crespo, infância e gênero e raça
Patrícia Maria de Souza Santana (2020).	Crianças quilombolas e trabalho: Reflexões a partir das vivencias no Quilombo Mato do Tição- MG
Míghian Danae Ferreira Nunes Patrícia Sodré dos Santos (2020).	As crianças pequenas da Manteigueira (RJ): Corporeidade, território e a Educação para as relações raciais desde a Educação Infantil

Débora de Sousa Bastos Ana Cristina Santos Peixoto (2020).	Cotidiano escolar de crianças pretas praticantes de religiões de matriz africana: Um diálogo entre a cruz e a espada
Flávia Carolina da Silva (2020).	Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: Caminhos necessários para uma educação antirrascista
Ellen Gonzaga Lima Souza Núbia Cristina Sulz Lyra Correa (2020)	RPG Girassóis: Epistemologias acadêmicas negras para os fundamentos da educação infantil
Cristina Teodoro (2020).	A Constituição de corpos negros em espaços de educação infantil: O lugar da identidade e do pertencimento étnico-racial
Bruno Marcelo de Souza Costa Piedade Lino Videira Enilton Ferreira Vieira José Gerardo Vasconcelos (2020).	Práticas pedagógicas: Arte/ educação infantil na perspectiva étnico-racial
Thaís Regina de Carvalho Eduarda Souza Gaudio (2020).	A Literatura afro-brasileira nas primeiras infâncias: Por uma educação das relações étnico-raciais

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN, 2020).

Como parte dos caminhos desta pesquisa, foi realizado um levantamento dos/as autores/as que integram as produções selecionadas, considerando sua formação e atuação profissional. As informações foram organizadas no quadro a seguir, com o objetivo de situar os/as pesquisadores/as responsáveis pelas produções que compõem o corpus documental.

Figura 6- Mapeamento e caracterização dos autores/as das produções selecionadas

Autores/as	Formação
Leocardia Cristina Reginaldo da Cruz	Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, pela Universidade de Araraquara – UNIARA. Pós-graduada em Educação Especial: Ênfase Generalista pelo Centro Universitário Central UNICEP/São Carlos. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Araraquara, Habilitada para o Magistério pela Escola Estadual Bento de Abreu e Formada em Tutoria Virtual pela UAB/UFSCAR de São Carlos.
Jaqueline Ferreira Justino	Coautora do trabalho com Leocardia; vinculada ao contexto escolar analisado no artigo.
Amanaiara Conceição de Santana Miranda	Amanaiara Conceição de Santana Miranda, Pedagogia; mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo; doutorado em Difusão do Conhecimento, Secretaria Municipal de Educação de Salvador; pesquisadora UFBA/UNEB, Infância, gênero, relações étnico-raciais, feminismos, infância afro-brasileira, muito importante para trabalhar raça e gênero de forma interseccional. Também pesquisa infância afro-brasileira e pedagogia decolonial.
Aline de Oliveira Braga	Doutora em andamento em Educação pela PUC-Rio, mestra em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela UERJ e graduada em Pedagogia. Atua na educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro.
Maria Alice Rezende Gonçalves	Doutora em Saúde Coletiva e mestra em Ciências Sociais. Professora titular da UERJ e vinculada a programas de pós-graduação em Educação.
Patrícia Maria de Souza Santana	Doutora e mestra em Educação pela UFMG e licenciada em História. Atua na educação básica e na formação de professores/as.
Míghian Danae Ferreira Nunes	Doutora e mestra em Educação pela FEUSP e graduada em Pedagogia. Professora da UNILAB e integrante da ABPN.

Patrícia Sodré dos Santos	Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio (2011), especialização em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2016), Mestrado em Andamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora de Educação Infantil do Município do Rio de Janeiro/RJ, Pedagoga no Município de Angra dos Reis/RJ. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil e Relações Étnico-Raciais.
Débora de Sousa Bastos	Coautora do estudo sobre crianças negras praticantes de religiões de matriz africana.
Ana Cristina Santos Peixoto	Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC-Minas e mestra em Linguística pela UFU. Professora da UFSB e orientadora no PPGER.
Flávia Carolina da Silva	Doutora em Educação pela UFPR, mestra em Políticas Educacionais e graduada em Pedagogia. Pesquisadora vinculada a grupos de estudos sobre educação e relações étnico-raciais.
Ellen Gonzaga Lima Souza	Doutora e mestra em Educação pela UFSCar e graduada em Pedagogia. Professora da UNIFESP e pesquisadora na área de infância e educação. Coordenadora do grupo de pesquisa LAROYÊ culturas infantis e pedagogias descolonizadoras. Atuando principalmente nos seguintes temas: territórios negros, racismo religioso, educação das relações étnico-raciais, filosofia da infância e educação antirracista. É Ekede de Oxum (autoridade civilizatória tradicional) vinculada ao Ilê Axé Omo Oxé Ibalatam e Apetebi no Ilê Obá Ogunté - Sítio de Pai Adão Recife PE.
Núbia Cristina Sulz Lyra Correa	Possui vínculo acadêmico com a Universidade Federal de Lavras. Educação, epistemologias negras, Coautora de trabalho que utiliza o RPG como estratégia para discutir epistemologias negras na Educação Infantil.
Cristina Teodoro	Possui estágio de pós-doutoramento em infância e diferença, pela Universidade de São Paulo. Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Graduação em Pedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Bruno Marcelo de Souza Costa	Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura pelo PPGCLC/Unama. Mestre pelo Instituto de Ciências da Arte - UFPA, na linha de pesquisa em Trânsitos e Estratégias Epistemológicas em Artes nas Amazônias. Possui Especialização em Arte-Educação com Complementação Pedagógica em Magistério Superior, Especialização em História das Culturas Afro-brasileira e Indígena.
Piedade Lino Videira	Graduada em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Psicopedagoga pela Faculdade de Macapá (FAMA). Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-graduação, Stricto Sensu, da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Eixos Temáticos de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Linha teórica: Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-Raciais e História e Memória da Educação. Mestrado Profissional em Educação Inclusiva/PROFEI (UNESP-UNIFAP).
Enilton Ferreira Vieira	Graduação em Administração; formação em Direito, pela Universidade Federal do Amapá. Experiência em Administração Pública; coautor do trabalho da UNIFAP, Políticas públicas, participação social e educação, no artigo da ABPN, participa da discussão sobre arte/educação e práticas pedagógicas antirracistas.
José Gerardo Vasconcelos	Professor Titular de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC.
Thaís Regina de Carvalho	Professora do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado e doutorado em educação pela Universidade Federal do Paraná. Realizou doutorado sanduiche na Universidade do Texas, financiado com recursos do Programa Abdias Nascimento - SECADI/MEC/CAPES. Coordena o grupo de extensão, pesquisa e ensino "Geninhas em movimento na práxis para uma educação antirracista". Também compõe o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG). Integra a Associação Brasileira de pesquisadores/as negros/as e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPED.
Eduarda Souza Gaudio	Professora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestra em Educação pela mesma Universidade. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010). Integra a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPED e a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN. Desenvolve

	pesquisas em Educação e Relações Raciais com foco em: Educação Infantil, Formação de Professores/as, Currículo e Curso de Pedagogia.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), a partir de informações disponíveis nos Currículos Lattes, páginas institucionais, plataformas de pesquisa acadêmica e nas próprias produções analisadas

A maioria dos artigos selecionados adota uma abordagem qualitativa e dialoga diretamente com os objetivos deste estudo ao assumir uma perspectiva interdisciplinar na análise das relações étnico-raciais na educação. As produções articulam diferentes áreas do conhecimento, como educação, psicologia, história, geografia e sociologia, além de apresentarem experiências e práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Parte-se do pressuposto de que esses estudos oferecem subsídios para compreender o fenômeno do racismo de forma ampla e contextualizada, contribuindo para as análises desenvolvidas nesta pesquisa.

Assim, refletir sobre esse espaço dedicado ao corpo negro no âmbito das ações afirmativas significa reconhecer que não se trata apenas de garantir o acesso à universidade, mas também de promover condições de permanência e transformações no currículo e na produção do conhecimento.

Sendo necessário uma ampliação das produções acadêmicas voltadas às relações étnico-raciais, com a participação de pesquisadoras e pesquisadores que problematizam o racismo a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Essa reflexão nos coloca diante de fraturas históricas e epistemológicas: afinal, quem detém o direito de produzir ciência? A quem é reservado apenas o lugar de objeto de pesquisa? E quem define quais saberes são reconhecidos como legítimos? Essas perguntas evidenciam que a produção científica é atravessada pelo racismo, que historicamente deslegitima pessoas negras como produtoras de conhecimento e privilegia uma perspectiva branca colonizadora, masculina e cristã como referência para interpretar a história e compreender o mundo.

Portanto, analisou-se com centralidade o impacto dessas violências na vida das crianças, buscando identificar as marcas emocionais, afetivas e subjetivas deixadas

pelo racismo, assim como os prejuízos ao seu direito de pertencimento. Esta dimensão analítica deixa evidente que o racismo, quando atinge o corpo e a subjetividade na infância, compromete o desenvolvimento integral e fragiliza a relação de confiança e acolhimento com a escola. Ao expor essas feridas, a pesquisa reafirma o compromisso com uma pedagogia emancipatória, fundamentada no afeto e na valorização das diferenças. É por meio desse desenho metodológico que este estudo cumpre sua meta principal: compreender, problematizar e propor caminhos teóricos para desconstruir o racismo que ainda molda o cotidiano escolar.

5. “MESMAS CORES E MESMOS VALORES”: ONDE ESTÁ O CORPO NEGRO

Parece que alguém está me carregando perto do chão
Parece um sonho, parece uma ilusão
A agonia, o desespero tomam conta de mim
Algo no ar me diz que é muito ruim
Meu sangue quente, não sinto dor.

Edi Rock (Racionais MC's, Sobrevivendo no Inferno, 1997)

Este capítulo realiza um duplo movimento analítico e interpretativo, que busca colocar em diálogo as manifestações do racismo escolar e as possibilidades de seu enfrentamento no campo educacional. Em um primeiro momento, são apresentadas, contextualizadas e analisadas três reportagens veiculadas pelo portal G1, selecionadas por evidenciarem diferentes expressões do racismo vivenciadas por crianças no espaço escolar.

Em um segundo momento, o capítulo desloca o foco da denúncia para as possibilidades de enfrentamento do racismo. Para isso, estabelece um diálogo entre os casos apresentados nas reportagens, o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa e os estudos reunidos no dossiê temático Crianças e Infâncias Negras: desafios e perspectivas antirracistas no Brasil (2020), publicado pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Essa articulação permite compreender que os episódios noticiados não constituem acontecimentos isolados, mas expressões do racismo estrutural que atravessa a sociedade e os espaços educativos.

Ao mesmo tempo, as produções analisadas evidenciam práticas pedagógicas, experiências e saberes que apontam caminhos concretos para a construção de uma educação antirracista, essa análise permite compreender de que maneira discursos racistas podem ser naturalizados ou tensionados, contribuindo para uma investigação mais aprofundada das dinâmicas que mantêm as desigualdades raciais. Desse modo, o objetivo é oferecer subsídios para compreender os efeitos do racismo estrutural e, ao mesmo tempo, apontar caminhos para práticas pedagógicas comprometidas com a construção e reconstrução das práticas educacionais.

5.1: “MEU SONHO? É ESTUDAR, TER UMA CASA, UMA FAMÍLIA”: DENÚNCIAS DE RACISMO CONTRA CRIANÇAS

As reportagens analisadas retratam diferentes expressões do racismo no contexto escolar. Embora ocorram em situações distintas, os episódios expõem a permanência de práticas discriminatórias que afetam crianças negras, especialmente em relação aos seus corpos, cabelos e demais características fenotípicas. Esses casos evidenciam a necessidade de uma educação antirracista desenvolvida de forma intencional e permanente.

São casos que contribuem para compreender como as discriminações se manifestam no cotidiano escolar e de que maneira a escola pode reproduzir desigualdades e opressões historicamente construídas. Para essa análise, foram selecionados três casos: Reportagem (1): Após denúncia de racismo contra criança fantasiada de macaco, escola se pronuncia pelas redes sociais; Reportagem (2): Tarefa escolar em Pomerode pede que crianças usem feijão para representar cabelo crespo em desenho; aluno colocou Bombril (3): Racismo na infância deixa marcas profundas e desafia pais, alunos e educadores.

Na primeira reportagem[3], temos a situação em que uma criança negra foi enviada pela família à escola vestida com uma fantasia de palhaço, para participar de uma atividade sobre circo, no entanto, a professora retirou sua fantasia e a vestiu com uma fantasia de macaco, a escola tratou o episódio como uma “brincadeira”, o que revela a tentativa de minimizar a gravidade da situação, em um dos vídeos divulgados nas redes sociais, as professoras aparecem cercando a criança enquanto cantam: “você virou, você virou um macaco”.

Em seu relato, a mãe afirmou que o filho não escolheu a máscara e questionou os motivos que levaram as professoras a atribuírem justamente à única criança negra da atividade a representação do macaco. Segundo ela, a situação provocou profundo sofrimento, tanto pela exposição da criança, quanto pela reativação de experiências de racismo vividas ao longo de sua própria trajetória. Diante do ocorrido,

[3] Após denúncia de racismo contra criança fantasiada de macaco, escola se pronuncia pelas redes sociais | G1 Acesso em: 5 jul. 2026.

registrou um boletim de ocorrência e denunciou o caso às autoridades competentes, após a repercussão do episódio foi divulgada uma nota pública contestando a denúncia e sustentando que a atividade havia ocorrido de forma espontânea, sob a alegação de que a própria criança teria escolhido a máscara.

Segundo Gomes (2017, p. 111, grifos nossos), **“na sociedade brasileira, a cor da pele e o cabelo são utilizados como critérios definidores de beleza** ou de feiura dentro do nosso sistema de classificação racial”. A autora argumenta que o corpo negro permanece como território privilegiado da ação do racismo, sendo constantemente submetido a processos de classificação, controle e inferiorização.

Sob tal experiência, é evidenciado o descaso perante uma criança em um espaço que deveria acolhê-la e cuidá-la, no entanto transformou-se em um lugar de dor e constrangimento a ele e seus familiares. Essa violência se fundamenta na lógica do racismo colonial, que produziu representações associando pessoas negras à selvageria, à ignorância e à incapacidade intelectual, sustentando discursos que as definiam como "selvagens", "estúpidas" e "analfabetas", conforme apontado por Fanon (2008, p. 132).

A violência praticada não se limita ao ato isolado da fantasia, mas atinge diretamente a constituição subjetiva da criança, seu pertencimento e a forma como ela aprendem a perceber seu próprio corpo no mundo. As reflexões de Grada Kilomba (2019, p. 37) contribuem para compreender esse processo ao afirmar que "o sujeito negro se torna então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer em si mesmo".

Portanto, sua imagem é associada a estereótipos construídos historicamente, que limitam sua humanidade e tentam definir quem ela é e qual lugar deve ocupar na sociedade. O que ajuda a problematizar, por exemplo, a resistência em colocar uma criança negra como protagonista, em uma atividade que remetia ao circo, surge a pergunta: quem ocuparia o lugar de destaque? Quem seria a atração principal, senão o palhaço? “Elas/es querem tomar o que é Nosso, por isso Elas/es têm de ser controladas/os” Kilomba (2019, p. 34).

A associação automática entre a criança negra e essa figura reflete o lugar que a sociedade burguesa e branca quer que ela esteja, e precisa que esteja para que seu lugar de privilégio não seja questionado, realidade que aproxima da reflexão de Fanon (2008), ao mostrar como o sujeito racializado pode ser levado, pelas marcas da colonialidade, a acreditar que precisa se afastar de si mesmo para ser aceito. Ao negar sua negritude, seus traços e sua ancestralidade, ele é conduzido a buscar uma aproximação de um ideal de humanidade construído pela branquitude, como tornar-se mais próximo desse padrão significasse ser mais reconhecido socialmente.

Nesse contexto, o racismo pode assumir formas silenciosas e ser reproduzido em ações vistas como comuns ou sem intenção de causar danos, como brincadeiras e comentários aparentemente inofensivos. Entretanto, essas práticas carregam significados históricos que afetam a construção da identidade e do pertencimento das crianças negras, exigindo mudanças nas formas de pensar e agir socialmente.

A segunda reportagem[4] refere-se a outro episódio ocorrido em Santa Catarina, em 2024, no qual uma professora propôs uma atividade em alusão ao Dia da Consciência Negra, solicitando que as crianças representassem, por meio de diferentes materiais, o cabelo de uma mulher negra. Conforme a reportagem, "um dos alunos utilizou palha de aço (Bombril) para representar o cabelo" (G1, 2024), essa representação retoma uma associação historicamente construída para inferiorizar o cabelo crespo e desvalorizar as características fenotípicas da população negra. Embora a atividade tivesse como objetivo abordar o Dia da Consciência Negra, o episódio evidencia que estereótipos racistas continuam presentes nos espaços educativos. Esse contexto reforça a importância de práticas pedagógicas antirracistas que problematizem essas representações, em vez de se limitarem à realização de atividades alusivas à data.

Revela-se importante compreender sobre os diferentes marcadores raciais que atravessam a experiência das pessoas negras no Brasil, o cabelo ocupa um lugar central. Segundo Gomes (2006), os apelidos maldosos atribuídos ao cabelo crespo de pessoas negras revelam uma visão marcada pela desvalorização. Esses

[4]Tarefa escolar em Pomerode pede que crianças usem feijão para representar cabelo crespo em desenho; aluno colocou bombril | G1 Acesso em: 5 jul. 2026.

termos, que associam o cabelo a objetos artificiais ("esponja de aço") ou a elementos da natureza ("ninho de passarinho"), não constituem simples brincadeiras, mas mecanismos que produzem experiências de rejeição e violências.

Nesse sentido, o cabelo deixa de ser apenas uma característica física e passa a constituir um território político, identitário e simbólico. Para muitas crianças negras, aprender a gostar do próprio cabelo significa também aprender a resistir às narrativas que historicamente associaram seus corpos à feiura, à desordem e à inferioridade.

Ao invés de ampliar referências positivas e promover experiências de reconhecimento, a atividade reforça hierarquias raciais já presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, a reportagem evidencia a distância existente entre os avanços legais relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais e as práticas efetivamente desenvolvidas nos espaços educativos.

A terceira reportagem,[5] publicada pelo Portal G1 em 2025, sob o título Racismo na infância deixa marcas profundas e desafia pais, alunos e educadores, foi selecionada por evidenciar como o racismo se manifesta no cotidiano infantil por meio da desqualificação de características fenotípicas associadas à população negra, especialmente o cabelo, a cor da pele e outros traços corporais.

Diferentemente das reportagens anteriores, que apresentam episódios específicos de discriminação, esta reportagem reúne diferentes relatos de crianças, famílias, educadores e especialistas, o que permite compreender o racismo como uma experiência cotidiana, estrutural e compartilhada. A matéria apresenta depoimentos como de uma mãe que relata a dor de ver sua filha, de apenas sete anos, sofrer preconceito devido ao cabelo crespo, ao afirmar sentir-se "impotente como mulher preta e mãe", evidencia o sofrimento produzido pelo racismo não apenas na criança, mas também na família, que frequentemente se vê impossibilitada de protegê-la em todos os espaços de convivência.

Entre outros relatos de um menino que foi alvo de insultos racistas registrados pelos próprios colegas em um diário, sendo chamado de "macaco", "preto",

[5] Racismo na infância deixa marcas profundas e desafia escolas | G1 acesso em 08 de julho de 2026

"maconheiro" e "mendigo". A violência simbólica ultrapassa o insulto verbal e revela a reprodução de estereótipos historicamente construídos para desumanizar a população negra, reforçando processos de exclusão que afetam profundamente o desenvolvimento emocional, social e escolar das crianças.

A reportagem apresenta contribuições para reconhecer que as crianças reproduzem discursos aprendidos socialmente e que o enfrentamento depende da problematização dessas condutas. Ao mesmo tempo, discorre sobre as experiências de uma escola de São José do Rio Preto (SP) que incorporou a educação para as relações étnico-raciais ao planejamento pedagógico, promovendo rodas de conversa, saraus e atividades permanentes fundamentadas na Lei nº 10.639/2003. Os relatos da coordenadora pedagógica, da diretora, das famílias e dos próprios estudantes demonstram que a educação antirracista constitui uma estratégia concreta para prevenir novas violências, fortalecer a identidade das crianças negras e promover uma cultura de respeito às diferenças.

Historicamente, os processos de racialização foram acompanhados da construção de imaginários que associavam corpos negros à animalidade, à impureza e à ausência de humanidade. Essas representações não surgem de forma espontânea, mas constituem elementos centrais da lógica colonial que sustentou a escravização e a exploração de populações africanas e afrodescendentes. Achille Mbembe (2018, p. 36) evidencia esse mecanismo fundamental do racismo ao rastrear a desumanização:

> Os escravizados são, por assim dizer, seres humanos ‘naturais’, que carecem do caráter especificamente humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, quando os europeus os massacravam, de certa forma não tinham consciência de cometer um crime.

A permanência dessa lógica colonial pode ser observada nos episódios narrados pela reportagem, nos quais crianças negras continuam sendo reduzidas a atributos racializados e associadas a representações excludentes; insultos como "macaco" e expressões depreciativas dirigidas ao cabelo crespo e à cor da pele não constituem fatos isolados ou meras brincadeiras infantis; são manifestações de uma estrutura racista que atravessa gerações e se reproduz nas relações sociais e escolares.

Ao reunir relatos de vítimas, familiares, profissionais da educação e especialistas, a reportagem evidencia que o racismo na infância produz impactos duradouros sobre a autoestima, o pertencimento e a construção da identidade, ao mesmo tempo em que demonstra o potencial da escola como espaço de proteção, acolhimento e transformação social quando assume, de forma intencional, uma educação comprometida com as relações étnico-raciais e com a formação antirracista.

Diante da discriminação imposta a negritude, a violência racial foi construída e naturalizada dentro de estruturas sociais que negavam a humanidade desses sujeitos, não sendo reconhecida como uma violação pelos colonizadores. Essa lógica de invisibilização e negação ainda produz efeitos no presente, inclusive no campo educacional. Conforme destaca Bento (2022, p. 105), a discriminação racial impacta diretamente as trajetórias escolares de crianças e adolescentes negros, refletindo-se em maiores índices de evasão escolar e em desigualdades no desempenho educacional, relacionadas às condições de acesso a escolas, materiais, equipamentos e recursos tecnológicos.

Nesse sentido, quando práticas racistas são negadas ou compreendidas como situações sem importância, como no caso da professora que não reconhece sua ação como preconceituosa, contribui-se para a manutenção de uma realidade que continua produzindo desigualdades e afetando as experiências escolares da população negra.

A análise dos 3 casos revela que o racismo escolar se trata de manifestações distintas de uma mesma estrutura social que continua a produzir hierarquias entre corpos, culturas e formas de existir. Embora cada episódio apresente especificidades, todos compartilham um elemento comum: a violência dirigida ao negro e aos processos de construção da identidade infantil, seja por meio da animalização, da ridicularização da estética negra ou da associação entre negritude e sujeira.

Entretanto, se as reportagens revelam a permanência dessas violências no cotidiano escolar, elas também reforçam a necessidade de investigar quais caminhos têm sido construídos para enfrentá-las. É justamente nesse ponto que a produção acadêmica assume papel central, ao oferecer não apenas interpretações sobre essas realidades, bem como experiências pedagógicas e possibilidades concretas para a construção do antirracismo.

5.2 "MALANDRAGEM DE VERDADE É VIVER": REFLEXÕES A PARTIR DOS ARTIGOS DO DOSSIÊ TEMÁTICO

O artigo de Aline de Oliveira Braga e Maria Alice Rezende Gonçalves, intitulado “Influência do outro na construção do olhar: cabelo crespo, infância, gênero e raça”, analisa o filme venezuelano Pelo Malo (2014), expressão que significa “cabelo ruim”, dirigido por Mariana Rondón. As autoras utilizam o filme para discutir os processos de construção das identidades na infância, especialmente a forma como as crianças constroem sua relação com o próprio corpo a partir do olhar do outro e das normas sociais de gênero e raça.

O artigo utiliza o filme como material que acompanha a trajetória de Junior, um menino negro que vive com a mãe e o irmão mais novo em um conjunto habitacional popular na Venezuela. Júnior um garoto de nove anos deseja alisar seus cabelos crespos para a fotografia da escola, por acreditar que dessa forma poderá se aproximar dos padrões de beleza e aceitação.

A relação entre Júnior e sua mãe ocupa lugar importante no drama, criando os filhos sozinha em uma sociedade marcada pela violência, pela exclusão e pelas desigualdades, a mãe vive marcada pelas exigências e pelos valores produzidos por uma sociedade racista em que suas tentativas de adequar o filho as normas sociais não podem ser compreendidas apenas com rejeição individual, mas como expressão das pressões exercidas por uma sociedade que define quais corpos são aceitos e quais devem ser corrigidos e modificados.

A personagem vivencia a precariedade do desemprego e a luta cotidiana pela sobrevivência, chegando a submeter seu próprio corpo às relações de poder impostas pelo mercado de trabalho na tentativa de garantir o sustento dos filhos. Sua trajetória evidencia como raça, gênero e classe se entrecruzam na produção das desigualdades, revelando que a violência do racismo ultrapassa a discriminação interpessoal e estrutura as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais da vida.

Nesse cenário, a construção da estética negra torna-se um processo constantemente tensionado, pois depende também da existência de experiências de reconhecimento, pertencimento e valorização coletiva, referências que muitas vezes são negadas às crianças negras em seu cotidiano.

Júnior não pode simplesmente ser quem é; pode apenas aproximar-se daquilo que esperam que ele seja. Sua infância é atravessada por constantes tentativas de disciplinamento do corpo e da identidade, sintetizadas em ordens como "seja um menino" e "corte esse cabelo". O racismo atua de forma subjetiva, produzindo sentimentos de inadequação que levam a criança a desejar modificar sua aparência na esperança de ser aceita. Nesse processo, raça e gênero se articulam na construção de normas que definem quais corpos são considerados legítimos e quais precisam ser corrigidos.

Como argumenta Gomes:

> Entende-se a construção da identidade negra como um movimento que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas na relação com o olhar do outro, do que está fora. (Gomes, 2006, p. 20).

Essa reflexão contribui para compreender a experiência vivida por Júnior, cuja relação com o próprio corpo não é construída de maneira isolada, mas mediada pelos olhares, expectativas e relações de poder presentes na sociedade. O desejo de alisar os cabelos não decorre de uma escolha estritamente individual, mas da internalização de padrões raciais que associam a branquitude à beleza, ao reconhecimento e à aceitação social.

Gomes (2017) argumenta que, durante o período escravista, a presença de corpos negros na sociedade brasileira esteve condicionada à escravização, evidenciando que o corpo negro foi historicamente constituído como um território de controle, disciplinamento e reexistência. Por isso, também afirma que "o corpo negro nos conta uma história de resistência construída pela denúncia, pela proposição, pela intervenção e pela revalorização" (Gomes, 2017, p. 95). Sob essa perspectiva, Pelo Malo evidencia como essas disputas permanecem presentes na infância.

A narrativa acompanha uma criança que passa a questionar sua própria imagem à medida que internaliza discursos que inferiorizam seus traços, revelando que a violência do racismo incide não apenas sobre o corpo, mas também sobre a construção da autoestima, da identidade e do sentimento de pertencimento.

Ao mesmo tempo, o filme chama atenção para os corpos masculinos negros e para a imposição de uma masculinidade normativa. Júnior é constantemente lido como inadequado por demonstrar sensibilidade, preocupar-se com sua aparência e desejar alisar os cabelos. Sua infância é construída sob sucessivas tentativas de enquadramento, nas quais raça e gênero operam conjuntamente para disciplinar seu corpo e restringir suas formas de existir.

O desfecho do filme é emblemático: ao raspar os cabelos, não desaparecem apenas os fios crespos, mas parte de sua identidade, de seus desejos e de sua possibilidade de reconhecer-se positivamente. Trata-se de um gesto que simboliza o apagamento de si como condição para alcançar aceitação em uma sociedade que insiste em negar a legitimidade dos corpos negros.

Embora Mbembe (2018) desenvolva sua reflexão em outro contexto, suas formulações permitem problematizar como determinados corpos são continuamente submetidos a processos de despossessão de si. Ao afirmar que "o corpo sitiado passa por duas fases. Primeiro, ele é transformado em mera coisa, matéria maleável" (Mbembe, 2018, p. 65), o autor oferece elementos para compreender como a colonialidade opera sobre os corpos negros, exigindo que abandonem características constitutivas de sua identidade para se aproximarem dos padrões socialmente legitimados.

No caso de Júnior, o conflito em torno do cabelo revela justamente esse movimento: não se trata apenas da transformação de uma aparência, mas da pressão para renunciar a uma dimensão fundamental de sua identidade. O filme evidencia, assim, os efeitos subjetivos do racismo e da colonialidade na constituição das infâncias negras, reafirmando a urgência de práticas educativas antirracistas que possibilitem às crianças reconhecerem seus corpos, sua ancestralidade e sua humanidade como expressões legítimas de existência.

Se, no caso da análise do filme, observamos uma infância atravessada pela rejeição e pela tentativa constante de adequação a padrões brancos, o artigo de Amanaiara Conceição de Santana Miranda (2020), Relações de gênero e étnico-raciais: uma perspectiva interseccional na Educação Infantil, tem como objetivo analisar como raça, gênero e classe se articulam nas experiências das crianças pequenas e de que forma práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de identidades positivas e para o enfrentamento do racismo desde a infância.

A pesquisa é construída a partir da experiência docente-pesquisadora, orientada pela escuta sensível e pela ludicidade como princípio pedagógico. O estudo incorpora ainda o conceito de “escrevivência”, de Conceição Evaristo, por se tratar das leituras de uma professora negra ao analisar reações, interações e falas de crianças de 3 a 5 anos em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), localizado no bairro da Boca do Rio, em Salvador (BA), onde a pesquisadora assume simultaneamente o papel de professora e observadora.

As ações pedagógicas são organizadas em duas cenas empíricas centrais. A primeira, intitulada “A introdução da boneca Makena”, ocorre durante uma semana dedicada às crianças. Nela, é exibido o videoclipe Menina Pretinha”, da artista MC Soffia[6], como forma de tensionar padrões hegemônicos de beleza representados pela boneca Barbie.

Em seguida, é introduzida na sala de aula uma boneca negra de pano chamada Makena, que passa a integrar as brincadeiras e interações do grupo, produzindo forte envolvimento afetivo. Esse momento é marcado pelo gesto de um menino, que solicita levar a boneca para casa, afirmando que ela se parecia com sua irmã, sua mãe e sua professora.

A segunda cena, intitulada “O conflito sobre estética e gênero e a intervenção do banho”, emerge durante uma atividade de culinária. Nela, o menino Lenilson impede o colega Félix [7]de participar da atividade, justificando que “cabelo grande” seria exclusivo de mulheres ou da figura de Jesus. A partir dessa situação, a

[6] Acesse para exibição: Mc Soffia - Menina Pretinha

[7] Nomes fictícios elaborados pela autora.

professora identifica a presença de significados negativos atribuídos ao cabelo crespo, influenciados por discursos familiares e sociais.

Como intervenção pedagógica, foram utilizadas imagens de homens negros com diferentes estilos de cabelo, como tranças, dreadlocks e cabelos volumosos, além da realização de uma oficina estética com as famílias. No dia seguinte, após a realização da rotina diária de cuidados e higiene, as crianças foram incentivadas a escolher livremente seus penteados. Observa-se que muitas meninas optam por deixar os cabelos crespos soltos e volumosos, rompendo com o hábito de chegarem à escola com os fios rigidamente presos, e demonstram alegria ao se reconhecerem no espelho.

Essas experiências evidenciam práticas pedagógicas organizadas de forma intencional a partir da ludicidade, com foco na valorização da identidade negra e no fortalecimento da autoestima das crianças. O uso de bonecas negras e de referências positivas amplia os repertórios de representação e possibilita que as crianças construam outras formas de se perceber e de perceber o mundo.

Mais do que atividades isoladas, essas ações configuram estratégias educativas que mobilizam as crianças a refletirem sobre si, sobre o outro e sobre os modos como são vistas e reconhecidas socialmente. Nesse processo, observa-se a construção de afirmações positivas sobre si mesmas e sobre os colegas, indicando deslocamentos importantes na forma como a infância negra é vivida no espaço educativo.

Paralelamente, o artigo evidencia a centralidade da escola e da família na produção de experiências que podem tanto reforçar quanto tensionar desigualdades raciais e de gênero. A análise também se apoia em registros fotográficos e em falas das crianças, entre elas o momento em que Augusto expressa o desejo de levar a boneca Makena para casa, associando-a à sua família, o que revela o impacto afetivo e identitário da experiência. A partir dessas vivências, a autora defende que a construção da identidade negra na infância depende de práticas pedagógicas intencionais, capazes de romper com padrões hegemônicos de representação e com a invisibilização de corpos negros nos espaços educativos.

Nessa direção, Patricia Hill Collins (2021, p. 16) afirma que "em geral as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar". Nessa perspectiva, a interseccionalidade não se limita a um recurso de análise, mas configura-se como uma ferramenta de empoderamento e transformação social.

Quando incorporada às práticas educativas desde a infância, possibilita compreender que raça, gênero e classe não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção das desigualdades e, simultaneamente, na construção de estratégias de resistência. Assim, sua presença no contexto escolar amplia as possibilidades de reconhecer as múltiplas formas de opressão que atravessam as experiências das crianças e fortalece práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a educação antirracista.

Com base nessas reflexões, construir infâncias antirracistas significa pensar em contextos educativos nos quais as crianças possam se expressar, questionar e viver experiências formativas com sentido. As análises do artigo evidenciam um olhar crítico sobre as práticas pedagógicas, reconhecendo seus impactos na forma como as crianças constroem percepções sobre si mesmas e sobre o mundo. O estudo de Miranda (2020) também aponta caminhos de transformação ao defender práticas pedagógicas comprometidas com a valorização das identidades negras. Destaca-se ainda que a prática docente se fortalece quando se realiza de forma articulada entre escola e família, sustentada pelo diálogo constante e pelo reconhecimento das experiências das crianças.

Para além disso, o artigo de Amanaiara Conceição de Santana Miranda (2020) propõe transformações e caminhos que buscam ressignificar as práticas educativas, convidando-nos a pensar a educação a partir de nós mesmos. Por fim, é destacado que a prática docente se torna revolucionária quando se concretiza em ações cotidianas que estabelecem uma união entre escola e família, sustentada por um diálogo constante. O que reforça a ideia de que a educação não se limita ao espaço institucional, é construída em espaços/ territórios de vida.

A centralidade da intervenção pedagógica planejada ganha relevo no estudo de Cruz e Justino (2020), intitulado Leitura Deleite, educação das relações étnico-

raciais nos Anos Iniciais durante o Ensino Remoto. A proposta teve como objetivo promover a Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da Leitura Deleite, utilizando como obra central o livro “Cada um com seu jeito, cada jeito é de um”, de Lucimar Rosa Dias. A experiência foi organizada a partir de uma sequência didática realizada entre os meses de junho e julho de 2020, construída em parceria entre a professora da turma e a coordenadora pedagógica.

O planejamento articulou diferentes estratégias pedagógicas, como leitura compartilhada da obra, rodas de conversa síncronas, pesquisas realizadas pelas crianças, produção de textos, elaboração de autorretratos, atividades com as famílias, gravações de leitura em voz alta e uma live com a autora do livro. Mesmo diante das limitações impostas pelo ensino remoto, as atividades buscaram favorecer a participação ativa das crianças, valorizando o diálogo, a investigação e a construção coletiva do conhecimento.

A proposta teve início com encontros virtuais realizados por meio da plataforma Google Meet, nos quais as crianças participaram da leitura da obra em um ambiente voltado à apreciação da literatura e ao prazer da escuta, sem a preocupação com atividades avaliativas. Após esses encontros, foram promovidas rodas de conversa em que as crianças puderam comentar a história, refletir sobre as características físicas e comportamentais das personagens e estabelecer relações com suas próprias vivências. Esses momentos favoreceram o diálogo, a expressão de sentimentos e o reconhecimento das singularidades de cada criança, fortalecendo atitudes de respeito e valorização das diferenças.

Em outro momento, as crianças produziram autorretratos, observando atentamente seus traços faciais, tons de pele e texturas dos cabelos. Com o apoio das famílias, os desenhos foram fotografados e compartilhados no grupo de WhatsApp da turma, ampliando os espaços de reconhecimento e valorização da identidade de cada educando. Na continuidade da proposta, as crianças foram incentivadas a conversar com seus familiares para pesquisar a origem, a história e o significado de seus nomes. Essa atividade aproximou as crianças de suas histórias familiares, da memória oral e da ancestralidade, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento e o orgulho de suas origens.

O trabalho foi encerrado com um encontro virtual entre a turma e a escritora Lucimar Rosa Dias, autora da obra utilizada nas atividades. Durante a videoconferência, as crianças tiveram a oportunidade de dialogar diretamente com a autora, esclarecer curiosidades sobre a narrativa e conhecer seu processo de criação. Além de aproximá-las de uma importante referência intelectual negra, esse momento reforçou as reflexões construídas ao longo da proposta sobre identidade, representatividade e valorização das histórias e culturas negras.

Sob essa perspectiva, as narrativas possibilitam que as crianças se reconheçam nas histórias, fortaleçam sua autoestima e ampliem suas percepções sobre si mesmas e sobre o outro. Além de dialogar com as trajetórias acadêmicas e profissionais das pesquisadoras, a proposta pedagógica está comprometida com a implementação da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.

Nesse contexto, a leitura deixa de ser apenas uma atividade pedagógica e passa a constituir uma estratégia de enfrentamento ao racismo e de construção de práticas educativas mais representativas. Ao mesmo tempo, o artigo problematiza os desafios do ensino remoto durante a pandemia, evidenciando dificuldades relacionadas à permanência dos educandos nas atividades, à abordagem superficial das questões étnico-raciais, à negação da existência do racismo no espaço escolar e à redução da história da população negra a narrativas centradas exclusivamente no sofrimento.

A análise das autoras demonstra que a literatura infantil pode desempenhar um papel importante no enfrentamento ao racismo, ao possibilitar que as crianças tenham contato com narrativas que valorizam a história, a cultura e as identidades negras. Mesmo diante dos desafios impostos pelo ensino remoto durante a pandemia, a sequência didática mostrou que foi possível promover o letramento racial, despertar o interesse pela leitura e incentivar a participação das crianças por meio do diálogo e da troca de experiências.

Os resultados evidenciam avanços na formação leitora, no fortalecimento da autoestima, principalmente das crianças negras, e na ampliação do interesse pelas discussões sobre as relações étnico-raciais; as rodas de conversa, as pesquisas e as

atividades desenvolvidas favoreceram a construção de conhecimentos sobre relações com a história do Brasil.

Para mais, estimular o respeito e o reconhecimento da pluralidade de identidades presentes na sociedade, as autoras destacam ainda que práticas pedagógicas planejadas e desenvolvidas de forma contínua contribuem para que as crianças expressem suas ideias, desenvolvam a escuta, ampliem sua capacidade de argumentação e construam percepções mais positivas sobre si mesmas e sobre o outro, fortalecendo, desde os anos iniciais, uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo.

O artigo de Flavia Carolina da Silva (2020) Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: Caminhos necessários para uma Educação antirracista, reforça a mudança ao incluir a ERER na Educação Infantil e lembra que ela é garantida por lei em todos os níveis de ensino. Como provoca Carine (2023, p. 77), “todas as pessoas que atuam no interior de uma escola são educadoras e precisam ser formadas, não apenas professores/as.”

O artigo inicia com um episódio vivenciado em uma instituição pública de Educação Infantil da região metropolitana de Curitiba (PR), que motivou a reflexão desenvolvida pelas autoras. Durante a exibição do desenho animado Bino e Fino, uma animação nigeriana protagonizada por crianças negras africanas, uma menina branca de seis anos perguntou à professora: "Profe, por que tem tanta criança preta no desenho?". A indagação, embora simples, revela um processo de naturalização das representações raciais presentes na sociedade e evidencia como a branquitude ocupa, historicamente, o lugar de referência nas produções culturais destinadas ao público infantil.

Dessa forma, a escola, enquanto instituição, deve assumir a responsabilidade de promover processos formativos contínuos que envolva todo ciclo educacional e reconheça que o combate ao racismo é tarefa coletiva, defende que o enfrentamento ao racismo parte das experiencias das crianças desde a Educação Infantil, trata-se de ações concretas que fazem diferença na formação dos sujeitos, tanto no percurso escolar quanto na vida.

Destaca-se que a Educação das Relações Étnico-Raciais não deve ser compreendida apenas como cumprimento da Lei 10.639/2003 ou das Diretrizes Curriculares Nacionais, o que implica ir além das atividades pontuais realizadas em datas comemorativas e incorporar a discussão racial ao cotidiano dos espaços de aprendizagem, às brincadeiras, às histórias, aos materiais pedagógicos e às relações estabelecidas entre crianças e educadores.

Sob essa lógica, a educação se compromete com o enfrentamento do racismo em todos os contextos, especialmente no espaço escolar, criando condições para que a criança reconheça, compreenda e saiba se posicionar diante das violências que possa vivenciar, mesmo quando essas experiências deixam marcas profundas.

Nesse sentido, a representatividade assume um papel essencial, a presença de livros com protagonistas negros, brinquedos que contemplem diferentes tons de pele, referências positivas sobre a população negra e narrativas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira contribui para que crianças negras encontrem reconhecimento e pertencimento nos espaços educativos. Ao mesmo tempo, oferece às crianças não negras a possibilidade de construir relações baseadas no respeito às diferenças e no reconhecimento da pluralidade que constitui a sociedade brasileira.

Por isso, reconhecer essas situações e desenvolver estratégias para enfrentá-las exige formação, reflexão e compromisso político com uma educação antirracista. Combater esse processo de opressão significa criar oportunidades para que as crianças negras reconheçam a beleza, a potência e a história presentes em sua ancestralidade.

O artigo a Constituição de corpos negros em espaços de educação infantil: O lugar da identidade e do pertencimento étnico-racial de Cristina Teodoro (2020) investiga como crianças pequenas constroem suas identidades étnico-racial e de que forma os significados atribuídos socialmente aos corpos negros atravessam suas experiências desde os primeiros anos de vida. A estudiosa acompanhou, ao longo de um ano letivo, uma turma composta por 33 crianças entre 4 e 5 anos de idade.

A opção pela etnografia permitiu observar as crianças em suas interações cotidianas, valorizando suas experiências, linguagens e formas próprias de interpretar

o mundo, afastando-se de perspectivas adultocêntricas que frequentemente silenciam as vozes infantis. A produção dos dados ocorreu por meio da observação participante, de registros em diário de campo e da análise das interações estabelecidas durante brincadeiras, rodas de conversa, momentos de contação de histórias e atividades desenvolvidas no cotidiano da instituição.

Mais do que buscar respostas diretas das crianças sobre raça, a pesquisa procurou compreender como as questões étnico-raciais emergiam espontaneamente nas relações entre pares, nos conflitos, nas escolhas dos brinquedos, nos desenhos, nos autorretratos e nas falas produzidas durante as atividades escolares.

Relatos no artigo de Teodoro (2020) são especialmente marcantes, como os de crianças negras que associam o cabelo crespo a algo “duro” ou a fala de uma menina que expressa o desejo de ser branca e ter cabelos loiros, acreditando que isso mudaria sua vida. Essas narrativas revelam, a forma como o racismo é internalizado desde a infância, influenciando a percepção que as crianças constroem sobre seus corpos, suas identidades e seu lugar no mundo. Outro aspecto significativo identificado pela pesquisa refere-se à relação das crianças com a cor da pele.

Durante atividades de desenho e autorretrato, algumas crianças negras demonstraram desconforto ao escolher as cores para representar seus próprios corpos, enquanto outras verbalizaram explicitamente o desejo de possuir pele mais clara ou características associadas à branquitude. O tradicional "lápis cor de pele", historicamente associado aos tons rosados ou bege, aparecia como expressão de uma norma silenciosa que definia quais corpos eram considerados universais e quais permaneciam à margem dessa representação, cuja o olhar, os gestos, as palavras e as atitudes dos adultos e das demais crianças influenciam diretamente a forma como cada criança aprende a perceber seu próprio corpo e o valor social atribuído a ele.

Diante disso, a instituição de Educação Infantil passa a assumir um papel político e formativo fundamental, quando orientada por uma perspectiva crítica, pode tensionar ausências históricas e oferecer outras imagens, narrativas e possibilidades de existência, é nesse espaço que a criança precisa encontrar referências que ampliem seus repertórios, tanto em relação ao seu próprio grupo de pertencimento

quanto aos demais, favorecendo a construção de imagens positivas sobre si e sobre o outro.

Esse aspecto dialoga diretamente com Barbara Carine (2023), que destaca a relevância da valorização da estética negra e aponta que a disputa em torno da “boa aparência” ultrapassa a questão estética, envolvendo também o acesso a oportunidades, a ocupação de espaços de poder e a construção de reconhecimento social. Assim, compreender essas experiências na infância é fundamental para pensar práticas educativas que rompam com esses padrões excludentes e contribuam para a construção de identidades mais afirmativas.

Diante disso, a instituição de Educação Infantil passa a assumir um papel político e formativo fundamental, quando orientada por uma perspectiva crítica, pode tensionar ausências históricas e oferecer outras imagens, narrativas e possibilidades de existência, é nesse espaço que a criança precisa encontrar referências que ampliem seus repertórios, tanto em relação ao seu próprio grupo de pertencimento quanto aos demais, favorecendo a construção de imagens positivas sobre si e sobre o outro, sem a reprodução de hierarquias raciais que, historicamente, inferiorizam determinados corpos.

Nesse sentido, o estudo de Teodoro evidencia que enfrentar o racismo na infância não é apenas uma questão de inclusão ou representatividade, mas uma condição necessária para que crianças negras possam experienciar suas infâncias, sem que seus corpos sejam constantemente marcados pela inferiorização, pela rejeição ou pelo desejo de se tornarem aquilo que a sociedade considera aceitável.

Se as pesquisas de Teodoro (2020) evidenciam como o racismo é internalizado desde a primeira infância, e as reflexões de Barbara Carine (2023) demonstram a importância das referências positivas na construção da identidade, torna-se necessário pensar quais caminhos pedagógicos podem contribuir para romper com esses processos de desvalorização.

O debate acerca da literatura como ferramenta de transformação ganha contornos práticos e urgentes na análise de Thaís Regina de Carvalho e Eduarda Souza Gaudio (2020), em “A Literatura Afro-Brasileira na Primeira Infância: Por uma

Educação das Relações Étnico-Raciais" (2020), que elegem a literatura infantil afro-brasileira como um instrumento estratégico de descolonização curricular e fortalecimento identitário na primeira infância defendem a literatura afro-brasileira como um importante instrumento de valorização das vivências das crianças negras, a literatura afro-brasileira nasce como possibilidade de ruptura do racismo na escola, oferecendo personagens, histórias e experiências que afirmam a humanidade e o protagonismo negro.

Sob essa perspectiva teórica, o objetivo central da investigação é analisar como as obras literárias contemporâneas possibilitam o reconhecimento, o espelhamento e a valorização das trajetórias de crianças pretas, atuando positivamente na constituição de suas subjetividades desde os primeiros anos de vida.

Destacam ainda que a implementação da Lei 10.639/2003 não apenas ampliou o debate sobre as relações étnico-raciais na educação, mas também impulsionou a produção de obras literárias capazes de oferecer novas formas de representação da infância negra, trata-se de um movimento fundamental, sobretudo quando se considera que muitas crianças crescem sem encontrar nos livros personagens que se pareçam com elas ou que representem suas experiências de maneira positiva.

Para tanto, em termos metodológicos, as pesquisadoras utilizam uma abordagem analítico-crítica de cunho bibliográfico e documental, centrando o escopo da pesquisa no exame detalhado do livro infantil "Azizi, o presente precioso", de autoria de Lucimar Rosa Dias. O livro apresenta de maneira central, sensível e poeta a adoção interracial, a fim de contribuir para apresentar o sujeito negro de maneira amada e cuidada, a personagem Azzi amplia esse olhar sendo uma criança negra que encontra uma família cheia de cuidado e enfim sua história é restituída.

Esse processo de reconhecimento e identificação, frequentemente denominado pelas autoras como um "espelhamento positivo", constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento da autoestima e da identidade de bebês e crianças pequenas, especialmente em uma sociedade na qual, historicamente, as referências visuais e narrativas disponíveis privilegiaram personagens e experiências brancas. Entretanto, os benefícios da Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da literatura não se restringem às crianças negras.

Ao apresentar às crianças brancas personagens negras que vivenciam relações de afeto, cuidado, pertencimento e reconhecimento, essas narrativas rompem com a centralidade histórica da branquitude como referência única de humanidade. Em vez de reproduzir um imaginário restrito, ampliam as possibilidades de identificação e convivência, permitindo que as crianças reconheçam a pluralidade das experiências humanas desde a infância.

Esse deslocamento também confronta aquilo que Bento (2022) denomina de pacto da branquitude, sustentado pela recusa em perceber, compreender e se implicar diante das desigualdades raciais. A lógica do "não ver, não saber, não conhecer e não se comover" produz o apagamento das vivências da população negra e contribui para a manutenção dos privilégios raciais e da indiferença frente às diferentes formas de discriminação.

Nessa perspectiva, a análise demonstra que a literatura infantil ultrapassa sua dimensão estética e recreativa, constituindo-se como um instrumento de formação ética, política e cultural. Ao inserir personagens negros em narrativas marcadas pelo afeto, pelo protagonismo e pela valorização de suas histórias, obras como Azizi, o presente precioso favorece a construção de referências positivas para as crianças negras e ampliam, entre as crianças não negras, a compreensão de que a sociedade brasileira é formada por múltiplas histórias, culturas e pertencimentos. Assim, a escolha consciente de obras literárias deixa de ser apenas uma decisão didática para tornar-se um compromisso político com a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Paralelamente, o artigo Crianças Quilombolas e Trabalho: reflexões a partir das vivências no Quilombo Mato do Tição/MG, de Patrícia Santana (2020), amplia o debate sobre a infância negra ao deslocar o olhar da escola para os territórios quilombolas e para as experiências construídas no cotidiano da comunidade. O estudo busca compreender os significados atribuídos ao trabalho pelas crianças e pelas diferentes gerações do Quilombo Mato do Tição, localizado em Jaboticatubas, Minas Gerais, questionando visões generalizantes sobre infância, cuidado e participação das crianças na vida coletiva.

A pesquisa foi construída a partir da convivência da autora com a comunidade quilombola Mato do Tição, durante seu doutorado. Para compreender como o trabalho

faz parte da vida das crianças, ela acompanhou o cotidiano dos moradores, observou suas práticas e ouviu atentamente suas histórias. O estudo reúne relatos de crianças, adultos e, principalmente, de mulheres mais velhas da comunidade, cujas memórias permitem compreender como a infância foi vivida em diferentes períodos históricos.

Ao colocar em diálogo essas distintas gerações, a autora evidencia as mudanças e permanências nas experiências das crianças quilombolas, mostrando como as marcas da escravização e das desigualdades raciais ainda atravessam suas formas de viver a infância, ao mesmo tempo em que destaca os processos de resistência, preservação da memória e fortalecimento dos vínculos comunitários. Os relatos das pessoas mais velhas revelam infâncias profundamente marcadas pelo trabalho e pela necessidade de contribuir para a sobrevivência familiar desde muito cedo as atividades mais executadas são aquelas associadas aos cuidados com a casa e com as crianças.

Além disso, em diversos casos permanecer na escola tornava-se um desafio diante das exigências do trabalho e das dificuldades materiais enfrentadas pelas famílias. As falas revelam diferentes situações de trabalho infantil em contextos quilombolas, revela-se a necessidade de problematizar concepções generalizantes sobre o significado atribuído às atividades realizadas pelas crianças que, muitas vezes, acabam por perder parte de suas infâncias.

Nesse sentido, o estudo chama atenção para as especificidades sociais, culturais e históricas que atravessam essas experiências, evidenciando que as formas de participação das crianças nas práticas comunitárias precisam ser compreendidas a partir das particularidades dos territórios e dos modos de vida quilombolas. Para esta dissertação, o artigo reforça um aspecto central: não existe uma única forma de viver a infância. As experiências das crianças negras são produzidas por condições sociais específicas, pela colonialidade e pelas desigualdades historicamente construídas.

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que evidencia os efeitos históricos do racismo sobre as infâncias quilombolas, a pesquisa também revela processos de resistência construídos no interior da própria comunidade. A preservação da memória coletiva, o fortalecimento dos laços comunitários e a valorização da ancestralidade

aparecem como elementos fundamentais para a construção das identidades das crianças e para a continuidade dos saberes transmitidos entre gerações.

Nessa perspectiva, Bento (2022) compreende a memória como uma construção coletiva que ultrapassa a simples lembrança do passado, ao atribuir significados às experiências vividas, ela fortalece os vínculos comunitários, preserva os saberes ancestrais e reafirma a identidade coletiva da população negra.

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais defendida nesta pesquisa, pois evidencia que reconhecer as infâncias negras implica superar visões homogêneas sobre a infância brasileira e construir práticas educativas que valorizem seus territórios, suas histórias, seus conhecimentos e suas formas de existir.

As Crianças Pequenas da Mangueira (RS): Corporeidade, Território e a Educação para as Relações Raciais desde a Educação Infantil (Nunes e Santos, 2020) ampliam a compreensão sobre a infância negra ao evidenciar que o corpo, o território e a vida em comunidade não são apenas cenários, mas dimensões centrais na formação das crianças.

O estudo teve como objetivo compreender de que maneira a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) pode ser desenvolvida desde a Educação Infantil, buscando demonstrar como as legislações antirracistas podem se transformar em práticas pedagógicas concretas no cotidiano da creche.

A pesquisa foi realizada em uma instituição de Educação Infantil pública localizada na comunidade da Mangueira, no Rio de Janeiro, território compreendido pelas autoras como um espaço de produção de memórias, identidades, culturas e pertencimentos negros. Além disso, a pesquisa questiona práticas pedagógicas e o adultocentrismo presente nos espaços educativos e as propostas. Em contraposição, defende a escuta das crianças e sua participação na construção do currículo e das experiências educativas, reconhecendo-as como sujeitos ativos na produção de conhecimentos, culturas e relações.

Entre as práticas pedagógicas desenvolvidas, destaca-se o trabalho com a personagem Ananse, importante figura da tradição oral africana, que surgiu a partir

do interesse das crianças pelas aranhas durante as brincadeiras. As curiosidades manifestadas pelo grupo deram origem a pesquisas, contação de histórias, produções artísticas e à construção da "Teia da Amizade", aproximando as crianças da cultura africana de forma lúdica e significativa. Outra experiência apresentada pelas autoras foi o projeto desenvolvido em torno da boneca "Squel", inspirado na porta-bandeira da escola de samba Mangueira.

A partir dessa proposta, as crianças investigaram a história do samba, conheceram personagens importantes da comunidade, envolveram suas famílias nas atividades e fortaleceram os vínculos com o território onde vivem, evidencia-se que a construção da identidade, do sentimento de pertencimento e das formas de resistência ocorre nas vivências cotidianas, nas relações estabelecidas com a família, com a comunidade e com a valorização da história e da cultura do território em que as crianças estão inseridas.

Nesse contexto, o trabalho pedagógico foi orientado pelos valores civilizatórios afro-brasileiros, como a circularidade, a ludicidade, a musicalidade, a memória, o comunitarismo, a corporeidade e a energia vital (axé), reconhecendo nesses elementos importantes referências para a construção de práticas educativas antirracistas, o envolvimento das famílias e da comunidade nas atividades da creche fortaleceu a dimensão coletiva da educação, ampliando os espaços de diálogo, pertencimento e valorização das identidades culturais das crianças.

Contudo, diferentemente de narrativas que enfatizam apenas as violências e privações vivenciadas pelas crianças negras, esses trabalhos evidenciam a potência dos territórios negros como espaços de formação, resistência, memória e produção de saberes. Mais do que destacar ausências ou dificuldades, as autoras convidam a compreender essas infâncias em sua complexidade, reconhecendo que suas histórias são atravessadas por processos de luta, pertencimento, ancestralidade e criação de conhecimentos.

Essa perspectiva aproxima-se da reflexão de hooks (2022), ao afirmar que, apesar dos retrocessos históricos e das desigualdades persistentes, as práticas educativas podem produzir transformações profundas quando se orientam pela busca da liberdade.

Em seu movimento de análise, a autora revela, são as "mentes em busca de liberdade" que tornam possível transgredir estruturas opressoras e construir outras formas de ensinar e aprender (hooks 2022 p. 59). Sob essa perspectiva, o artigo demonstra que práticas pedagógicas fundamentadas na escuta das crianças, na valorização de seus territórios e na incorporação de referências negras ao currículo criam possibilidades concretas para romper com lógicas coloniais ainda presentes na educação, favorecendo a construção de espaços educativos mais democráticos,

No estudo intitulado Cotidiano escolar de crianças pretas praticantes de religiões de matriz africana: um diálogo entre a cruz e a espada, as autoras Débora de Sousa Bastos e Ana Cristina Santos Peixoto analisam as experiências de crianças negras praticantes de religiões de matriz africana no espaço escolar. O objetivo central das investigadoras consiste em explicitar de que maneira o racismo religioso e estrutural atravessa de forma violenta a infância de crianças pretas que partilham da vivência espiritual nos terreiros de Candomblé.

Sob uma perspetiva crítico-denunciativa, a obra evidencia o despreparo estrutural e institucional das escolas em romper com perspetivas hegemónicas colonialistas e em dar cumprimento efetivo às legislações de igualdade racial. A metodologia adota um caráter qualitativo centrado na recolha e análise de depoimentos sensíveis dos próprios sujeitos infantis, utilizando a oralidade e a escuta atenta como ferramentas capazes de desvelar um sistema educacional muitas vezes reprodutor de exclusões.

Ao mergulhar na profundidade desses relatos, percebe-se que a presença dominante de tradições cristãs no ambiente escolar funciona como uma espécie de régua invisível, definindo, quase sem que se note, o que é considerado "normal" ou aceitável na rotina de ensino. Essa centralidade acaba por desequilibrar as relações cotidianas entre as crianças, abrindo caminho para que a intolerância, o preconceito e o silenciamento contra os pequenos que frequentam os terreiros se tornem práticas veladas e naturalizadas no dia a dia.

Longe de ser apenas um dado abstrato, o desabafo infantil expõe o racismo religioso como uma violência silenciosa e constante, capaz de antecipar uma dolorosa

consciência da rejeição e de deixar marcas profundas de indignação e dor numa fase da vida que deveria ser marcada pelo acolhimento e pela segurança.

Como coletado no estudo de Bastos e Peixoto (2020), um dos depoimentos infantis sintetiza o estranhamento diante da intolerância institucionalizada: "O candomblé é muito diferente daquilo que muitas pessoas imaginam. É uma religião bonita e importante, na qual aprendemos diversas coisas; por que não respeitam o candomblé?" O desabafo da criança mostra que o racismo religioso não afeta apenas práticas culturais ou crenças, relata a consciência, indignação e dor pela rejeição de sua religião.

As autoras apontam que a presença dominante de religiões cristãs no espaço escolar influencia as relações entre os educandos, muitas vezes reforçando práticas de preconceito e intolerância. Ainda assim, emergem falas que indicam movimentos de afirmação, como quando uma criança afirma: “Com a consciência e o amor de ter escolhido a religião certa, quis espalhar para a sociedade o amor, o prazer em pertencer e demonstrar o que realmente é a religião afro-brasileira”. (Bastos; Peixoto, 2020). Ao expressarem orgulho de sua religião e de sua ancestralidade, as crianças desafiam os lugares historicamente impostos pelo preconceito e constroem formas de pertencimento que se contrapõem às tentativas de silenciamento.

Essa discussão aproxima-se das reflexões de Kilomba (2019) ao demonstrar que, mesmo diante das violências produzidas pelo racismo, sujeitos negros elaboram estratégias de resistência e constroem narrativas próprias sobre suas existências. Diante dessas reflexões, torna-se evidente que uma educação antirracista não pode se limitar à denúncia das desigualdades, ela precisa criar condições concretas para que crianças negras se reconheçam positivamente em suas histórias, culturas e identidades.

A necessidade de superação das heranças coloniais no espaço escolar ganha uma alternativa prática e metodologicamente densa no estudo de Costa, Videira, Vieira e Vasconcelos (2020), intitulado "Práticas Pedagógicas: Arte/Educação Infantil na Perspectiva Étnico-Racial". O objetivo central das investigações consiste em analisar os impactos qualitativos da intervenção pedagógica "Brincadeiras e Literatura Africanas no Ambiente Escolar", um projeto que assume o desafio de debater a

temática étnico-racial diretamente na formação inicial de futuros pedagogos na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Amparados por um resgate histórico, os autores situam o papel fundamental do Movimento Negro nas conquistas políticas que culminaram na promulgação da Lei Federal nº 10.639/03.

O artigo apresentado adverte que o silenciamento e a invisibilidade histórica que ainda cercam a história da África e da sua diáspora funcionam como barreiras invisíveis para a construção de relações democráticas e fraternas na infância, tornando urgente a criação de novos dispositivos didáticos no cotidiano escolar.

A metodologia adota um caráter qualitativo de intervenção pedagógica desenvolvida na disciplina de teoria e prática do ensino de arte. O campo de aplicação escolhido foi o cotidiano da escola municipal de Educação Infantil nosso cantinho do amor, onde os acadêmicos puderam traduzir teorias em ações vividas. A recolha de dados amparou-se nos planos de aula, nos relatórios descritivos construídos pelos universitários e no registro minucioso de observação *in loco* feito pelos docentes formadores, o que permitiu compreender o "chão da escola" não como um espaço passivo, mas como um território vivo de experimentação e modificações sociais.

Ao utilizarem a literatura africana, a arte, a ludicidade, a oralidade e as epistemologias negras como fundamentos das atividades propostas, as autoras demonstram que existem caminhos possíveis para a construção de currículos mais inclusivos e comprometidos com o reconhecimento e a valorização das diferentes infâncias. Mais do que inserir conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira, a proposta busca ampliar as referências culturais presentes no espaço escolar e promover experiências que favoreçam o pertencimento e a representatividade.

O artigo, espelha ainda que trabalhar arte não se configura apenas como prática recreativa, mas como uma linguagem capaz de expressar experiências, produzir sentidos e ampliar a compreensão das crianças sobre si mesmas e sobre o mundo e quando articulada a educação antirrascista, a arte possibilita o contato com outras narrativas, histórias e culturas, contribuindo para a construção de identidades mais positivas e para o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da vida social.

A intervenção analisada no estudo evidencia que a arte pode atuar como um potente instrumento de resistência e ressignificação das práticas pedagógicas, ao questionar perspectivas eurocêntricas que historicamente limitaram as representações da população negra nos currículos escolares, ao inserir referências africanas e afro-brasileiras nas experiências educativas, a proposta amplia as possibilidades de identificação e pertencimento, permitindo que crianças negras se vejam representadas e valorizadas, ao mesmo tempo em que possibilita a todas as crianças conhecer diferentes formas de existir, criar e compreender o mundo.

O artigo “RPG Girassóis: Epistemologias Acadêmicas Negras para os Fundamentos da Educação Infantil”, de Ellen Gonzaga Lima Souza e Núbia Cristina Sulz Lyra Correa (2020), apresenta uma proposta de formação docente baseada no uso do RPG como estratégia pedagógica descolonizadora.

O objetivo central é analisar o RPG Girassóis como recurso metodológico para estudantes de Pedagogia, voltado à introdução da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e à valorização das produções de intelectuais negras sobre infância e educação. Teoricamente, o estudo se apoia na afrocentricidade e na crítica ao currículo eurocêntrico, defendendo a justiça curricular. A ancestralidade africana é destacada como princípio formativo, com a figura de Exu simbolizando movimento, linguagem e transformação do conhecimento.

Inspiradas em Nilma Lino Gomes, elas argumentam que o racismo ainda ocupa um lugar secundário nas pesquisas e nos currículos da Educação Infantil, mesmo quando as crianças negras constituem a maioria em muitas instituições. Essa invisibilização repercute nas práticas pedagógicas, na relação entre professores e crianças, na forma como a corporeidade negra é tratada e na ausência de referências positivas sobre a população negra e o uso do RPG surge como uma estratégia pedagógica que valoriza a imaginação, a criação e as vivências das crianças, ao mesmo tempo em que fortalece uma perspectiva antirracista.

O próprio nome do projeto, “Girassóis”, inspirado na deusa Oxum, carrega significados relacionados à ancestralidade, à espiritualidade e à valorização das culturas afro-brasileiras. Nessa proposta, o jogo de interpretação de papéis permite que os licenciandos vivenciem situações pedagógicas e mobilizem conhecimentos

teóricos para avançar na dinâmica do jogo, transformando o conteúdo acadêmico em experiência lúdica e significativa. Por meio da ancestralidade, da oralidade, da expressão do corpo, dos mitos e dos rituais, as crianças têm a oportunidade de conhecer outras formas de compreender o mundo, o jogo incentiva uma forma de aprender que valoriza os conhecimentos de origem africana.

De forma complementar, o jogo busca romper com as limitações do tempo e espaço tradicionais, trazendo os saberes ancestrais para o presente ao reforçar uma pedagogia de matriz africana que contribui para a descolonização do conhecimento e a valorização de culturas e diferentes contextos sociais. Ao questionar a lógica eurocêntrica que, historicamente, moldou e ainda influencia muitos currículos escolares, esses estudos demonstram que a transformação da educação acontece nas escolhas feitas diariamente por educadores e pela própria escola.

Quando o currículo reconhece a diversidade de histórias, culturas e saberes, e quando educadores assumem uma postura comprometida com o enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação, a escola passa a ser um espaço onde todas as crianças podem se sentir representadas e respeitadas.

Mais do que denunciar a permanência do racismo, os estudos analisados apresentam caminhos concretos para seu enfrentamento. Literatura, arte, ludicidade, oralidade, ancestralidade, escuta sensível, formação docente, participação das famílias, representatividade e valorização das culturas afro-brasileiras deixam de ocupar um lugar secundário e passam a constituir estratégias pedagógicas comprometidas com a implementação de infâncias, e é justamente essa complexidade que reafirma a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar.

Para as crianças negras, isso significa ter sua identidade valorizada, reconhecer-se nas experiências vividas no ambiente escolar e construir um sentimento de pertencimento. Como afirma bell hooks (2020, p. 43), é nesse movimento que a educação se torna, de fato, significativa e transformadora.

> Nós que ficamos, que continuamos a trabalhar na educação para a prática da liberdade, assistimos em primeira mão aos modos como a educação democrática está sendo enfraquecida, à medida que os interesses dos grandes negócios e do capitalismo corporativo incentivam os estudantes a olhar para a educação somente como meio de alcançar sucesso material.

Por fim, esta pesquisa reafirma a potência das produções de intelectuais negros para a ampliação das discussões sobre infância, currículo e educação antirracista. Ao trazer para o centro do debate experiências, saberes e perspectivas historicamente marginalizados, o estudo pode contribuir para problematizar a permanência do racismo no espaço escolar e para evidenciar possibilidades concretas de transformação das práticas educativas.

6. “ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”

> Ra-ta-ta-tá, mais um metrô vai passar
> Com gente de bem, apressada, católica
> Lendo jornal, satisfeita, hipócrita
> Com raiva por dentro, a caminho do centro.
>
> Diário de Um Detento (Racionais MC's, Sobrevivendo no Inferno, 1997)

A frase de Belchior ressignificada na voz de Emicida, apresentada no título desse capítulo ecoa nessa pesquisa como uma convocação à resistência, à memória e à esperança. Ela carrega a força de quem reconhece as marcas deixadas por histórias, traumas e dores profundas em sua existência, bem como acredita na possibilidade de transformar experiências de silenciamento em caminhos de reinvenção. É nesse olhar que a epígrafe inaugura esta dissertação e nos convida a olhar para uma sociedade em constante movimento, mas que nem sempre percebe ou acolhe aqueles que permanecem à margem desse percurso.

O “metrô” apresentado pelos Racionais MC’s ultrapassa a ideia de um simples deslocamento pela cidade, ele representa os diferentes caminhos sociais que aproximam alguns sujeitos dos espaços de reconhecimento, enquanto outros continuam atravessados por barreiras que não são vistas por aqueles que observam a realidade a partir de seus grandes prédios e de seus privilégios brancos. É a partir desse olhar, que a imagem das pessoas seguindo apressadas, imersas em suas próprias rotinas, evidencia uma sociedade em que determinadas desigualdades acabam incorporadas à paisagem do dia a dia, tornando-se quase invisíveis aos olhos de quem não é afetado por elas.

Ao refletir sobre a dimensão do pensamento afrocentrado e a intelectualidade negra, percebo que essas concepções representam uma ancestralidade de resistências, saberes e ações que antecedem minhas próprias experiências. Essas vozes e conhecimentos formam uma base sólida que me inspira a compreender o movimento negro, sobretudo a importância do Movimento Negro Unificado (MNU), como uma força que consolidou a luta pela educação e por direitos civis e sociais.

O MNU articulou de forma sistemática a necessidade de uma educação que valorizasse a história, cultura e saberes afro-brasileiros, rompendo com as bases eurocentradas e promovendo uma perspectiva de reconhecimento e reparação.

No contexto da pesquisa documental, a análise dos artigos publicados na Revista da ABPN e das reportagens sobre racismo escolar permitiu identificar que, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, o racismo continua presente nos espaços educativos, os materiais analisados evidenciaram que crianças negras ainda enfrentam situações de discriminação e ao mesmo tempo, os artigos analisados revelaram a existência de práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista, desenvolvidas a partir da valorização da cultura afro-brasileira, da representatividade negra, da literatura infantil, das brincadeiras, da ancestralidade e da construção positiva das identidades negras.

Essa articulação permite refletir sobre o impacto da Lei 10.639/03, reconhecendo-a como um marco fundamental não apenas para democratizar o acesso ao conhecimento, mas também para abrir novos horizontes de transformação na consciência nacional. Ao trazer a ancestralidade afro-brasileira para o centro do currículo escolar, a lei devolve dignidade a histórias silenciadas e semeia, nas novas gerações, o respeito como fundamento de uma sociedade

Contudo, a pesquisa evidencia que a existência da legislação, por si só, não garante sua efetivação, a permanência de práticas racistas e a fragilidade da formação docente revelam que a implementação da lei ainda constitui um desafio permanente para os sistemas educacionais, visto que a luta por uma formação comprometida é um elo coletivo, resistente, mas que precisa ser alimentado para não se desfazer.

Educar com humanidade vai além de um diploma ou de uma conquista individual; é reconhecer que a educação é responsabilidade compartilhada, capaz de construir pontes que atravessam gerações. Como afirma Fanon: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (Fanon, 2008, p. 191).

Inspirada pelas palavras e pelos sons do álbum Sobrevivendo no Inferno, do grupo Racionais MC's, percebo que a luta construída por eles se torna uma metáfora potente sobre resistência cultural, identidade e enfrentamento das desigualdades históricas e estruturais. Ao desafiarem estereótipos, romperem silenciamentos e abrirem caminhos para a narrativa negra na mídia e na sociedade, os Racionais evidenciam que é preciso narrar sua própria história, sair da bolha do mundo perfeito.

Refletir sobre a educação antirracista para as infâncias também significa compreender que a educação nunca é neutra (Gomes, 2017). Ela escolhe o que mostrar, o que valorizar e, muitas vezes, quem pode ocupar os espaços de

visibilidade, e as vozes que emergem das periferias evidenciam que a infância não está separada das estruturas sociais; ao contrário, é profundamente atravessada por elas desde muito cedo.

Nessa perspectiva, pensar uma educação antirracista é ao mesmo tempo, provocar as crianças brancas a refletirem sobre seus privilégios, compreendendo que a luta antirracista não se limita somente a inclusão do outro, é no fortalecimento do coletivo que a educação pode deixar de operar como privilégio único e passar a se afirmar como direito.

Desse modo, o racismo e o antirracismo atravessam esta pesquisa como questões centrais. Quando Fanon afirma que “o preto é um brinquedo nas mãos do branco; então, para romper este círculo infernal, ele explode” (Fanon, 2008, p. 126), suas palavras revelam a dor, o limite e o peso histórico que o racismo produz sobre os corpos e as vidas negras. Essa “explosão”, neste trabalho, não precisa ser entendida apenas como revolta, mas como a necessidade urgente de romper, questionar, provocar mudanças e gerar diretamente incomodo.

É justamente nesse intervalo entre o que é visto e aquilo que permanece escondido que esta pesquisa se constrói e finalizar esta dissertação também é encarar perguntas que permanecem abertas: como superar o racismo? Como continuar vivendo diante de tantas dores históricas e permanências estruturais?

Talvez eu ainda não tenha respostas completas para essas perguntas, mas sei que continuar sonhando é necessário, sonhar, aqui, não significa ignorar a realidade, mas acreditar na possibilidade de mudanças que acontecem onde menos esperamos, e é justamente nesses lugares que elas precisam acontecer. E talvez seja justamente isso que nos mantenha em movimento: a urgência de construir, coletivamente a paz em meio a guerra, a revolta diante daquilo que não podemos mais aceitar e o afeto como sentimento revolucionário, ambos revelando nossas inquietações, nossas lutas e nossa humanidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BASTOS, Débora de Sousa. Produção acadêmica. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Disponível em: Dossiê "Crianças e Infâncias Negras" – Revista ABPN, v. 12, n. 33. Acesso em: 11 set. 2026.

BENTO, Cida**. O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRAGA, Aline de Oliveira. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/1958600/aline-de-oliveira-braga. Acesso em: 11 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília,** DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Texto compilado. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 06 jul. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: *Planalto*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.** Disponível em: https://pt.slideshare.net/jonnyfreitas3/pne-20142024pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BOB RUM. Rap do Silva. In: Sangue, suor e lágrimas. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1996.

CARVALHO, Thaís Regina de. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/7642706/thais-regina-de-carvalho. Acesso em: 11 set. 2026.

CAVALLEIRO, E. Dos S.O Processo de Socialização na Educação Infantil: **A Construção do Silêncio e da Submissão.** Journal of Human Growth and Development, v. 9, n. 2, 1999.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra. *Dissidência queer no jogo: educadoras negras e o corpo-território como reexistência para os fundamentos da educação*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021. Disponível em: Repositório da UFLA – trabalho de Núbia Cristina Sulz Lyra Correa. Acesso em: 11 set. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área Interdisciplinar 45.** Brasília, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf

COSTA, Bruno Marcelo de Souza. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/7946846/bruno-marcelo-de-souza-costa. Acesso em: 11 set. 2026.

CRUZ, Leocardia Cristina Reginaldo da; FERREIRA JUSTINO, Jaqueline. **Leitura deleite, educação das relações étnico-raciais nos anos iniciais durante o ensino remoto.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 221 240, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1010 Acesso em: 25 de set. de 2025.

CRUZ, Leocardia Cristina Reginaldo da. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/4313820/leocardia-cristina-reginaldo-da-cruz. Acesso em: 11 set. 2026.

CULT. Sobrevivendo no Inferno: Racionais MC's e a literatura periférica brasileira. Revista Cult. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/sobrevivendo-no-inferno-racionais/ Acesso em: 10 jul. 2026.

DA SILVA, Flávia Carolina. **Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 66-84, ago. 2020. ISSN 2177 2770 Disponível em https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1006 Acesso em: 25 de set. de 2025.

DANAE FERREIRA NUNES, Míghian; SODRÉ DOS SANTOS, Patrícia. **As crianças pequenas da mangueira (RJ): corporeidade, território e a educação para as relações raciais desde a educação infantil.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 319-336, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1015 Acesso em: 25 de set. de 2025.

DE SOUZA COSTA, Bruno Marcelo et al. Práticas pedagógicas: **arte/ educação infantil na perspectiva étnico-racial.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 134-159, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1006 .Acesso em: 25 de set. de 2025.

de Souza Bastos, D., & Santos Peixoto, A. C. (2020). **COTIDIANO ESCOLAR DE CRIANÇAS PRETAS PRATICANTES DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: UM DIÁLOGO ENTRE A CRUZ E A ESPADA.** Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(33), 337–353. Acesso em: 25 de set. de 2025.

De Souza Santana, P. M. (2020). **CRIANÇAS QUILOMBOLAS E TRABALHO, REFLEXÕES A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NO QUILOMBO MATO DO TIÇÃO – MG.** Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(33), 301–318. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1014. Acesso em: 25 de set. de 2025.

de Carvalho, T. R., & Souza Gaudio, E. (2020). **A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: POR UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.** Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(33), 160–177. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1007 . Acesso em: 25 de set. de 2025.

de Oliveira Braga, A., & Rezende Gonçalves, M. A. (2020)**. INFLUÊNCIA DO OUTRO NA CONSTRUÇÃO DO OLHAR: CABELO CRESPO, INFÂNCIA E GÊNERO E RAÇA.** Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(33), 257–272. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1012 . Acesso em 25 de set. De 2025

DIEESE. Consciência Negra**: desigualdades raciais no mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2025. Disponível em:

https://www.dieese.org.br/infografico/2025/conscienciaNegraInfo.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Editora Elefante, 2020.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008. p. 194

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Edições Loyola, 1979.

GAUDIO, Eduarda Souza. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/535321/eduarda-souza-gaudio. Acesso em: 11 set. 2026.

G1. Racismo na infância deixa marcas profundas e desafia escolas. G1. Disponível em: Racismo na infância deixa marcas profundas e desafia escolas | G1 . Acesso em: 10 jul. 2026.

G1. Mãe denuncia caso de racismo contra filho de 3 anos fantasiado de macaco em escola municipal de SP. G1. Disponível em: Mãe denuncia caso de racismo contra filho de 3 anos fantasiado de macaco em escola municipal de SP | G1 Acesso em: 10 jul.

G1. Tarefa escolar em Pomerode pede que crianças usem feijão para representar cabelo crespo em desenho; aluno colocou bombril. G1. Disponível em Tarefa escolar em Pomerode pede que crianças usem feijão para representar cabelo crespo em desenho; aluno colocou bombril | G1 Acesso em: 10 jul. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Nilma Lino**. O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Corpo docente permanente. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: página institucional da UERJ. Acesso em: 11 set. 2026.

HOOKS, Bell et al. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20549-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html . Acesso em: 26 maio 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2ª ed.). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2022. Disponível em: liv101972_informativo.pdf acesso 09 de setembro 2025

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinariedade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JORNAL DA UNICAMP. Em dia histórico na Unicamp, Racionais recebem título de Doutor Honoris Causa. Campinas: Jornal da Unicamp. Disponível em: Em dia histórico na Unicamp, Racionais recebem título de Doutor Honoris Causa - Notícias - Jornal da Unicamp Acesso em: 10 jul. 2026.

JORNAL DO RAP. Há 27 anos, Racionais MC's lançava o clássico "Sobrevivendo no Inferno". Jornal do Rap. Disponível em: https://www.jornaldorap.com.br/rap-nacional/ha-27-anos-racionais-mcs-lancava-o-classico-sobrevivendo-no-inferno/ Acesso em: 10 jul. 2026.

JUSTINO, Jaqueline Ferreira. Perfil e produção acadêmica. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Disponível em: artigo "Leitura deleite, educação das relações étnico-raciais nos anos iniciais durante o ensino remoto". Acesso em: 11 set. 2026.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Institui diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: (09 do setembro de 2025).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Relações de gênero e étnico-raciais: uma perspectiva interseccional na educação infantil.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 241-256, ago. 2020. ISSN 2177 2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1011. Acesso em: 25 de set. de 2025.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/6734772/amanaiara-conceicao-de-santana-miranda. Acesso em: 11 set. 2026.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Perfil pessoal e acadêmico. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Disponível em: perfil institucional da UNILAB. Acesso em: 11 set. 2026. A página institucional apresenta formação, áreas de interesse e link para o Currículo Lattes.

PEIXOTO, Ana Cristina Santos. Corpo docente. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Disponível em: Corpo Docente – IHAC/UFSB. Acesso em: 11 set. 2026. A UFSB também disponibiliza o Currículo Lattes da pesquisadora.

RACIONAIS MC's**. Sobrevivendo no inferno.** São Paulo: Cosa Nostra, v. 1, 1997.

RACIONAIS MC'S. A vida é desafio. In: **Nada como um dia após o outro dia.** São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002. 2 CDs.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS – ABPN. **Crianças e infâncias negras: desafios e perspectivas antirracistas no Brasil.** Revista da ABPN, v. 12, n. 33, jun.-ago. 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/revista/index.php/abpn. Acesso em: 26 maio 2025.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Perfil acadêmico e profissional. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: Núcleo Gestor – Ações Afirmativas/UFMG. Acesso em: 11 set. 2026.

SANTOS, Patrícia Sodré dos. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/7273126/patricia-sodre-dos-santos. Acesso em: 11 set. 2026.

SILVA, Flávia Carolina da. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/6835746/flavia-carolina-da-silva. Acesso em: 11 set. 2026.

SOUZA, Ellen Lima; SULZ LYRA CORREA, Núbia Cristina. **RPG Girassóis: epistemologias acadêmicas negras para os fundamentos da educação infantil.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 44-65, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1002 . Acesso em: 25 de set. de 2025.

SOUZA, Ellen Gonzaga Lima. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/430546/ellen-de-lima-souza. Acesso em: 11 set. 2026.

TEODORO, Cristina. **A constituição de corpos negros em espaços de educação infantil: o lugar da identidade e do pertencimento étnico-racial.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 110-133, ago. 2020. ISSN 2177 2770. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1005 Acesso em: 25 de set. de 2025.

TEODORO, Cristina. Perfil pessoal e produção acadêmica. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Disponível em: SIGAA – Perfil de Cristina Teodoro. Acesso em: 11 set. 2026. A página institucional também informa o Currículo Lattes da pesquisadora.

VASCONCELOS, José Gerardo. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/3176982/jose-gerardo-vasconcelos. Acesso em: 11 set. 2026.

VIDEIRA, Piedade Lino. Perfil acadêmico. Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/3793985/piedade-lino-videira. Acesso em: 11 set. 2026.

VIEIRA, Enilton Ferreira. Perfil institucional. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Disponível em: Membros do NEAB/UNIFAP. Acesso em: 11 set. 2026.